

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Roldão Pires Carvalho

**HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA – A PROPAGANDA DO TICKET
CONSERVADOR-LIBERAL**

Sorocaba/SP
2019

Roldão Pires Carvalho

**HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA – A PROPAGANDA DO TICKET
CONSERVADOR-LIBERAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rovida Martini

**Sorocaba/SP
2019**

Ficha Catalográfica

C327h Carvalho, Roldão Pires
 História, comunicação e ideologia : a propaganda do ticket
 conservador liberal / Roldão Pires Carvalho. -- 2019.
 146 f.

 Orientadora: Profa. Dra. Mara Rovida Martini
 Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade
 de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2019.

 1. Ideologia. 2. Comunicação na política - Brasil. 3.
 Conservantismo - Brasil. 4. Análise do discurso. 5. Brasil Paralelo. I.
 Martini, Mara Rovida, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Roldão Pires Carvalho

**HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO E IDEOLOGIA – A PROPAGANDA DO TICKET
CONSERVADOR-LIBERAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 10/6/19

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Mara Rovida Martini
Universidade de Sorocaba



Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho
Faculdade Cásper Líbero



Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes
Universidade de Sorocaba

Dedico a todos que contribuíram para esta
jornada, principalmente minha esposa e filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, ao meu filho e à minha mãe pelo incentivo e suporte do início ao fim desta pesquisa.

À minha orientadora professora Dra. Mara Roviada pela paciência, disponibilidade e pelas observações e orientações pertinentes tanto para a pesquisa quanto para a elaboração desta dissertação.

À Universidade de Sorocaba, à CAPES e à professora Dra. Maria Ogécia Drigo, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, pela bolsa de estudo que permitiu a pesquisa e a conclusão deste projeto.

Agradeço aos membros da banca, Profa. Dra. Mara Roviada, Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes e Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho, pela disponibilidade e pelas sugestões oferecidas na qualificação.

Aos professores Dr. Wilton Garcia, Dr. Rodrigo Fontanari, Dr. Felipe Tavares Paes Lopes e a professora Dra. Mara Roviada, pelas aulas ministradas do decorrer do curso de mestrado que não só contribuíram para a pesquisa como para meu desenvolvimento intelectual.

Não posso deixar de agradecer a todos os mestrandos, alguns agora mestres, que tive o privilégio de conhecer durante este período, em especial ao grupo que entrou comigo. Carla Vichi, Anderson Fasano, Fernanda Brunheroto e Silvia Pannunzio, agradeço pelo companheirismo e por compartilharem das angústias e superações durante todo este processo.

Agradeço ao meu amigo César Soares e ao Prof. Dr. Walter Swensson pela contribuição nas indicações de referências sobre determinados temas históricos.

A história pode ser piorada em vez de melhorada, e a pior versão de todas, pelo menos para uma nação de telespectadores, talvez seja a história como dramatização.

(Robert Darton)

RESUMO

Após as mobilizações de junho de 2013 (as chamadas Jornadas de Junho), o espectro da direita autodenominado como *conservadores-liberais* iniciou uma forte campanha para vender seus ideários como solução para uma população notadamente insatisfeita. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a série *Brasil – A Última Cruzada* produzida e veiculada pelo *Brasil Paralelo*, um dos canais utilizados para se vender este bloco de ideias prontas. A denominação escolhida para estas ideias previamente prontas, *ticket conservador-liberal*, é retirado do conceito de *ticket think* de Adorno e Horkheimer. O objetivo primário da pesquisa é o de contribuir com o entendimento do *ticket conservador-liberal* e como objetivo secundário verificar se os sentidos empregados nas representações do passado na série possuem potencial ideológico. O conceito de ideologia empregado neste trabalho é o de John B. Thompson. Para o sociólogo, estudar ideologia é observar se os sentidos simbólicos empregados servem para estabelecer ou sustentam relações de dominação. Escolhemos alguns excertos que abordam de forma direta ou indireta algumas das ideias que compõem o ticket, como o ódio pela esquerda, fim das cotas raciais, desregulamentação trabalhista, Fascismo de esquerda, facilitar a venda e o porte de armas, e pensamentos análogos ao projeto “Escola sem Partido”. Utilizamos parcialmente a metodologia de John B. Thompson, realizando apenas a análise sócio-histórica e a análise discursiva. Para verificar se os sentidos empregados possuem potencial ideológico, realizamos a análise do discurso baseada em Patrick Charaudeau.

Palavras-chave: Ideologia. Ticket conservador-liberal. Análise de discurso. Brasil Paralelo.

ABSTRACT

After the mobilizations in June 2013 (the so-called June Journeys) the spectrum of the right-wing party, self-titled liberal conservative, started a strong campaign to sell their ideology as a solution to a notorious dissatisfied population. This research has as its objective of study the series *Brasil – A Última Cruzada* produced and advertised by *Brasil Paralelo*, one of the channels used to sell this series of ready ideas. The Liberal Conservative Ticket was the denomination chosen to this sequence of ready ideas, and it was taken from the concept of ticket think from Adorno and Horkheimer. The main objective of this research is to contribute to the understanding of the liberal conservative ticket, and as a secondary objective to verify if the meanings applied in the past representations from the series have an ideological potential. The concept of ideology used in this essay is from John B. Thompson. To the sociologist, the study of ideology is to observe if the symbolic meanings served to establish or sustain relations of dominations. We chose some excerpts which approach in a direct or indirect form some of the ideas that compose the ticket, like the hate for the left-wing party, the end for the racial quotas, labor deregulation, left-wing Fascism, to ease the acquisition and carry of weapons, and analogous thoughts from the project “*Escola sem Partido*”. We have partially used the methodology of John B. Thompson, focusing on the social-historical analysis and the discourse analysis. In order to verify if the meanings applied have ideological potential, we used the discourse analysis based on Patrick Charaudeau.

Key-words: Ideology. Liberal Conservative Ticket. Discourse Analysis. *Brasil Paralelo*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IDEOLOGIA, TICKET E ANÁLISE DO DISCURSO	14
2.1 Análise do discurso e Ideologia	14
2.2 O pensamento <i>ticket</i>	21
3 OS CONSERVADORES-LIBERAIS	25
3.1 Norteamento entre o ideário das direitas e esquerdas	25
3.2 O embate entre a mídia e as esquerdas	29
3.3 A busca pelo pensamento hegemônico – Os <i>think tanks</i>	32
3.4 O papel da Internet	35
3.5 Junho de 2013 – A apropriação das manifestações pela direita.....	37
3.6 Deus, bala e mercado – Os <i>conservadores-liberais</i>	39
4 A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO	42
5 O BRASIL PARALELO E SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA	52
5.1 A empresa	52
5.2 A proposta do passado e resumo dos capítulos.....	56
6 ANÁLISE DO DISCURSO – O <i>TICKET CONSERVADOR-LIBERAL</i>	75
6.1 O medo e o discurso de ódio	75
6.2 Racismo, sistema de cotas e a escravidão no Brasil.....	85
6.3 O imaginário da segurança através das armas	101
6.4 A lógica do discurso do “Fascismo de esquerda”	109
6.5 O discurso sobre os direitos trabalhistas.....	120
7 CONSIDERAÇÕES	133
REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo contribuir na análise do *ticket conservador-liberal* na série *Brasil – A Última Cruzada* produzida pela empresa *Brasil Paralelo*. Como objetivo secundário pretende-se identificar se as formas simbólicas empregadas possuem potencial ideológico de sustentar e estabelecer relações de dominação. Desta forma, resumiu-se o problema de pesquisa na pergunta: “Como as representações do passado são utilizadas e redefinidas para se propagar o *ticket conservador-liberal* na série *Brasil – A Última Cruzada*?”

Os objetos de estudo são os seis episódios da série *Brasil – A Última Cruzada*, produção audiovisual em formato semelhante a documentário, realizada pelo grupo *Brasil Paralelo*.

Entende-se que as produções do *Brasil Paralelo* fazem parte de uma campanha publicitária maior, na qual se associam outros grupos e pessoas, que através da internet e das mídias sociais propagaram estrategicamente o *ticket conservador-liberal* como propaganda política. O conceito de *ticket* empregado será abordado adiante de forma mais detalhada, porém ele consiste basicamente em blocos de ideias previamente prontas que podem ser apropriadas pelo consumidor sem uma reflexão crítica, pois são vendidas como verdades estabelecidas, sem deixar espaço para o debate.

Apesar da existência de conservadores e liberais datar no Brasil desde o século XIX e de nunca terem desaparecido, tomamos como embrião do movimento *conservador-liberal* as manifestações de junho de 2013. Se inicialmente eram manifestações encabeçadas pelo *Movimento Passe Livre*, as pessoas que aderiram posteriormente tinham reivindicações diversificadas. Segundo matéria publicada no site do G1¹ (2013), a pesquisa do IBOPE realizada na manifestação do dia 20 de junho indicava que as reivindicações eram as seguintes: 53,7% transporte público, 49% contra a corrupção, 40,5% redução da tarifa, 36,7% saúde, 30,9% gastos com a Copa do Mundo, 29,8% educação, 11,9% contra a PEC37, 11,4% necessidade de mudança na política e 4,1% contra a repressão policial. Esse compilado dos dados mostra que mesmo sendo o maior percentual a questão do transporte público, ele não era o único. O peso das questões de insatisfação política acaba sendo maior ao se analisar os números da pesquisa completa², seja por simples desejo de mudança, revolta contra a corrupção ou insatisfação com os governantes e políticos no geral. Muitos se perguntavam, no

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

² Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 19 nov. 2018.

período, quem seriam os grandes beneficiados que saberiam tirar proveito no campo político dessa mobilização. A reposta, de forma mais consolidada, pode ser considerada pelo resultado das eleições de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro e de grande quantidade de conservadores que defendem o bloco de ideias prontas que constituem o *ticket* aqui estudado. Este resultado foi o reflexo de uma construção comunicativa composta por vários agentes com pautas muito semelhantes, grupos como MBL, *Brasil Paralelo*, Vem Pra Rua ou pessoas como Olavo de Carvalho e Joice Hasselmann que propagam o *ticket conservador-liberal*.

Na tentativa de entender as jornadas de junho de 2013, a Boitempo lançou poucos meses após as manifestações o livro *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*³. Dentre os artigos incluídos na obra, dois tornam-se importantes por apontarem as tendências dos desdobramentos políticos e sociais que seguiram. O primeiro é do Professor Venício Artur de Lima, que aborda as questões do sentimento da falta de representatividade política e descrença nos meios de comunicação por parte dos manifestantes e dele próprio, e o quanto esses dois aspectos podem ser nocivos para a democracia, propiciando sentimentos autoritários e análogos ao fascismo. Lima (2013) atribui, em parte, aos meios de comunicação tradicionais a crise de representatividade que, sistematicamente, agem contra as pautas e lutas sociais populares. A colocação do professor levanta um questionamento que não será respondido neste trabalho: em que medida e quando devem ser atribuídas críticas às mídias tradicionais e quais papéis elas devem possuir no processo democrático? Mesmo não respondendo à questão, ela tangencia esta dissertação, pois os grupos conservadores, assim como parte da esquerda, questionam sistematicamente os meios de comunicação tradicionais, acusados de serem parciais quando tratam de temas que desagradam suas posições políticas. Ao mesmo tempo em que a mídia pode ser acusada de manipuladora, seu controle leva à censura e ao autoritarismo.

Em grande medida, as mensagens e o discurso dos grupos *conservadores-liberais* exploram esses dois sentimentos, desacreditando tanto o sistema político como os meios de comunicação, tornando os conservadores portadores da verdade e rechaçando qualquer divergência de pensamentos contrários de forma autoritária.

O outro artigo a se destacar é de Leonardo Sakamoto, o qual aponta a movimentação conservadora nas manifestações e a força das redes sociais como ferramentas na construção e reconstrução da realidade. Sakamoto (2013) diz que se torna evidente que os conservadores

³ ARANTES, Paulo Eduardo (org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

aproveitaram a oportunidade na convocação do sétimo ato, após a revogação do aumento das tarifas dos ônibus. A partir desse momento, os manifestantes tornam-se violentos contra a participação de grupos políticos, sindicatos e contra a mídia tradicional.

Como o próprio Sakamoto (2013) evidencia, não era apenas uma massa fascista de ultradireita, porém esses grupos aproveitaram o momento para que, de forma consciente, colocassem suas pautas conservadoras e autoritárias no discurso e nos diálogos diários, nas redes sociais, em vídeos, depoimentos, textos e memes⁴. Essas campanhas serviam para reforçar o pensamento daqueles que se alinhavam à mentalidade *conservadora-liberal* e, principalmente, para cooptar aqueles que estavam insatisfeitos com a situação política, social e econômica do país e não se sentiam representados.

Torna-se, dessa maneira, importante entender a estratégia de comunicação adotada pelos *conservadores-liberais*, pois tiveram êxito em influenciar diretamente as eleições de 2018. A escolha pelo *Brasil Paralelo* nesta dissertação se faz por dois motivos, mesmo não sendo um dos grupos mais conhecidos, ele reúne em seus depoimentos diferentes atores do cenário *conservador-liberal*, e o outro motivo é que, por apresentar suas mensagens em formato de série, existe uma organização lógica da narrativa, que evidencia melhor a mentalidade e a visão de mundo que se quer vender. A série *Brasil - A Última Cruzada* foi utilizada como recorte por apresentar vários elementos defendidos pelos conservadores liberais e por propor uma nova historiografia brasileira sem fundamentos científicos, que reforça a tese de que a intenção do grupo não é fornecer informação e desenvolver conhecimento, e sim vender o *ticket conservador-liberal*, mantendo e estabelecendo relações de dominação, étnica, cultural, econômica, de classes e religiosa.

Logo no início da pesquisa, dois aspectos saltaram aos olhos nas produções do *Brasil Paralelo*, o discurso de ódio principalmente à esquerda e o discurso racista. Ambos, em muitas vezes, se fazem de forma dissimulada e podendo passar despercebidos pelo consumidor menos atento da série. O enfoque inicial da análise do discurso e da própria pesquisa começou tomando este rumo, porém, se o debate se restringisse a estes dois aspectos, outras ideias que constituem o *ticket conservador-liberal*, tão importante quanto, ficariam de fora. Não temos a pretensão de esgotar os temas, não conseguimos abarcar todos, entretanto procuramos abordar os que acreditamos serem os mais relevantes no atual contexto político e social, como os direitos trabalhistas, fascismo de esquerda, estatuto do desarmamento. São

⁴ Segundo Silveira (2015, p. 223) meme é uma palavra semelhante à gene. Tem sua origem do livro *The Selfish Gene*, de Richard Dawkins lançado em 1976. Consiste em uma ideia contagiante que se propaga como se fosse um vírus ou o gene, através da comunicação e do contato pessoal.

discursos que se aceitos por parte da sociedade ou adotados como políticas públicas afetam as relações e as práticas sociais.

Na primeira parte do trabalho são abordados os conceitos teóricos metodológicos. A segunda parte está focada no contexto que permitiu o crescimento dos movimentos *conservadores-liberais* e na empresa *Brasil Paralelo*, seus integrantes, mentalidade e visão de mundo. Segue com uma rápida abordagem sobre a relação da Comunicação e da História como saberes científicos e posteriormente o resumo dos seis episódios da série. Na parte final estão as análises críticas do discurso, com os excertos das transcrições dos vídeos que apresentam relevância na estratégia comunicativa de propagandear o *ticket conservador liberal*.

2 IDEOLOGIA, TICKET E ANÁLISE DO DISCURSO

Para analisarmos como as representações do passado são ressignificadas para se vender o *ticket conservador-liberal* e dessa forma sustentar relações de dominação, iremos utilizar parcialmente a análise crítica do discurso baseada no modelo metodológico proposto por John Thompson (2011). Quanto à análise do discurso propriamente dita, será estruturado pelos conceitos de modos de organização do discurso de Patrick Charaudeau (2016). O conceito de *ticket* está baseado em Adorno e Horkheimer (1985).

2.1 Análise do Discurso e Ideologia

Foram escolhidos os seis capítulos da série *Brasil – A Última Cruzada* como objeto de estudo, pois, segundo o *Brasil Paralelo*, esta seria a maior série produzida sobre a historiografia brasileira, refletindo a versão histórica do grupo e de parte dos *conservadores-liberais*. Apesar de a produção abordar o tempo passado, os temas são deslocados para discussões atuais, como o tema do racismo, por exemplo. O material está disponível tanto no site quanto no canal do YouTube do grupo. Realizar a análise do discurso em todo o material seria inviável; ao todo são mais de seis horas de produção audiovisual. Por esse motivo, foram escolhidos dentro destes seis episódios trechos que abordam temas relevantes para a sociedade atual, que são levados ao público com a intencionalidade de alterar a percepção sobre o assunto e, conseqüentemente, implicando diretamente na realidade social.

A narrativa de toda a série concentra-se em duas estruturas lógicas, a primeira em criar um inimigo a ser combatido e a segunda em combater direitos sociais e vender a visão de mundo do grupo de forma que atendam a seus interesses. A composição destas duas estruturas lógicas constitui um conjunto de ideias previamente estabelecidas pelos *conservadores-liberais* que, para a nossa pesquisa, denominamos de *ticket conservador-liberal*.

O inimigo a ser combatido, criado pelo *Brasil Paralelo*, são todas as pessoas e representações associadas a movimentos de esquerda ou críticas à visão de mundo proposta pelos conservadores liberais. Combater os direitos sociais e a visão de mundo do grupo está diretamente implicado, pois boa parte da mentalidade do *Brasil Paralelo* está relacionada ao pensamento neoliberal, de Estado mínimo, iniciativa individual, meritocracia e livre mercado. Assim sendo, direitos sociais para minorias, leis trabalhistas, direito de manifestação são aspectos negativos e combatidos pelo grupo.

Dentro dessas duas organizações lógicas, escolhemos trechos que possuem o discurso de ódio e de identificação dos agentes a serem combatidos no que se refere à criação do inimigo. Quanto ao combate aos direitos sociais e visão de mundo do grupo, escolhemos

trechos que são pautas defendidas *pelos conservadores-liberais*, como o projeto de lei Escola sem Partido, o fim das cotas, facilitar a posse de armas e a desregulamentação das leis trabalhistas. Muitas vezes, esses temas não são abordados de forma direta, porém, a narrativa alterando os sentidos das representações do passado pode levar o espectador a pensar de forma que contribua aos interesses dos *conservadores-liberais*.

Com a escolha desses temas, utilizaremos o modelo do John B. Thompson para analisar se o material escolhido possui potencial ideológico. Antes de detalhar o modelo, faz-se necessário entender o significado de ideológico para Thompson (2011). Segundo o autor, a ideologia está atrelada diretamente à relação de poder e dominação através dos sentidos das representações:

[...] estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos *desde que* eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. (THOMPSON, 2011, p. 76. Grifos no original).

Ou seja, para Thompson (2011), ideologia se manifesta quando os sentidos das representações estão estabelecendo ou sustentando relações de dominação.

As relações de dominação são relações assimétricas de poder de maneira sistemática, ou seja, de forma permanente grupos ou agentes possuem relação de poder sobre outros em grau significativo. Para Thompson (2011) essas relações possuem diferentes enfoques, como gênero, classes, étnica, religiosa, econômica, entre outros.

As formas simbólicas, no seu entendimento, são falas, textos ou imagens produzidas e entendidas por pessoas ou grupos como construções constituídas de significado. Apropriando-se dessa perspectiva, a concepção desse trabalho está baseada no entendimento de que o discurso do *Brasil Paralelo* na série *Brasil - A Última Cruzada* são formas simbólicas que tentam deslocar as formas simbólicas anteriores para criar novos significados, nesse caso, da historiografia oficial brasileira. Seria um revisionismo historiográfico, porém, como veremos no transcorrer do trabalho, sem fundamentação científica válida e repleta de convenientes abstrações.

O modo proposto neste estudo é a hermenêutica da profundidade tradicional. Thompson demonstra “que a HP apresenta, não tanto uma alternativa aos métodos de análise existentes, mas um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e ligados entre si” (THOMPSON, 2011, p. 356). Sendo uma metodologia

para análise da ideologia, de como as formas simbólicas estabelecem relações de dominação, que pode ser utilizada com diferentes referenciais teóricos.

Realizamos três estágios de análise; a sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e interpretação. Devido à inviabilidade de um estudo de recepção, pelo curto tempo de um curso de mestrado, realizamos apenas algumas inferências sobre seus possíveis impactos.

Pela metodologia apresentada, realizamos uma análise tradicional parcialmente baseada em Thompson (2011). Não utilizamos a análise das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação de massa proposta por Thompson (2011) da análise tríplice, que consiste na análise de produção e transmissão, a construção da mensagem e a recepção e apropriação da mensagem.

A análise sócio-histórica considera os seguintes aspectos: as situações espaço-temporais, campos de interação, as instituições sociais e os meios técnicos de transmissão. Desse modo, a análise sócio-histórica será realizada considerando: o contexto social e político do Brasil nos últimos anos, principalmente do ano de 2013 a 2018; o grupo *Brasil Paralelo* como instituição, abordando sua forma de pensar e quem são os integrantes; o ambiente que torna-se propício para a propagação do *ticket conservador-liberal* via internet.

Para a análise formal ou discursiva, como mencionado anteriormente, foram escolhidos temas inseridos que constituem parte do *ticket conservador-liberal*. A realização dessa etapa está baseada nos conceitos de análise de discurso de Patrick Charaudeau (2016) com os modos de organização dos discursos. Segundo ele: “‘Comunicar’ é proceder a uma *encenação*” (CHARADEAU, 2016, p. 68. Grifo no original).

A encenação que pretende produzir sentido está inserida em uma situação de comunicação. Na concepção do linguista, a situação de comunicação é externa ao ato de linguagem, seria o espaço de troca do locutor com o interlocutor apresentando três características, a física, a identitária dos parceiros e as contratuais. As características físicas seriam aquelas em que os parceiros de comunicação estão fisicamente presentes, a quantidade, a proximidade e como estão dispostos no ambiente, levando-se em consideração se a mediação é realizada direta ou indiretamente, se é gráfica ou oral. Na característica identitária, consideram-se aspectos sociais, como idade, sexo, profissão, estado psicológico e a relação entre os parceiros, se eles possuem vínculos afetivos, se conhecem um ao outro. As características contratuais abordam dois aspectos, a existência de troca ou não entre os parceiros (e quando pode haver essa troca) e os rituais de abordagem. No caso desta pesquisa, a situação de comunicação está bem definida, os parceiros não estão no mesmo ambiente, os locutores são múltiplos, é realizada de forma indireta através de vídeos. A identidade dos

locutores é sempre colocada em posição de destaque no que se refere à profissão e superioridade, são retratados como portadores de conhecimento e não existe troca, é uma situação monológica.

A situação monológica não possui a presença do espectador presente, impossibilitando a percepção imediata da reação do parceiro de comunicação, porém, permite que a narrativa seja progressiva, interrompida apenas pelo próprio locutor ou no processo de edição. A não presença do interlocutor impossibilita a interrupção e a contra-argumentação, qualquer contestação não será imediata, não há exposição do locutor para o contraditório. Como depois do depoimento existe um processo de edição nas produções midiáticas do *Brasil Paralelo*, pode-se afirmar que a construção da narrativa e do discurso é reflexiva e com organização lógica, permitindo uma construção contínua e hierarquizada na produção dos sentidos. Mesmo que nem todos os espectadores interpretem as mensagens da mesma maneira, ela é produzida para que haja um entendimento desejado, existe intencionalidade. Podendo elaborar, editar e reelaborar as mensagens antes de destiná-la ao consumo dos espectadores, a intencionalidade das mensagens torna-se mais evidente, diminuindo o ruído ou o entendimento diferente do desejado.

Segundo Charaudeau:

O locutor, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela *Situação de comunicação*, utiliza *categorias de língua* ordenadas nos *Modos de organização do discurso* para produzir sentido, através da configuração de um *Texto* (CHARAUDEAU, 2016, p. 75. Grifo no original).

Seguindo essa proposta, detectaremos os modos de organização do discurso utilizados pelo *Brasil Paralelo* nos excertos escolhidos e, através deles, analisaremos os sentidos desejados nas representações. Existem quatro modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2016): enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Cada um com uma função base e um princípio de organização diferente. Porém, em um mesmo texto, em uma mesma narrativa, os modos de organização podem variar, passando de descritivo para narrativo, por exemplo. Destacaremos, assim, o modo preponderante em cada trecho escolhido.

O modo enunciativo tem como função base estabelecer a relação de influência entre o locutor e o interlocutor, colocar o ponto de vista do locutor em relação ao mundo e retomar e/ou se posicionar em relação a outro discurso.

O modo de organização descritivo tem como função base identificar e qualificar seres, objetos e locais. Nomeia, localiza no espaço e tempo, e qualifica positivamente ou negativamente o objeto de descrição.

O modo narrativo permite construir sucessões de ações dentro da história, sendo essa sua função base. A sucessão de ações depende de uma organização lógica baseada nos actantes (agentes que realizam ou que sofrem uma ação) e nos processos (unidade de ação que se relaciona com outra). A intencionalidade das ações dentro do processo é denominada de função narrativa. Charaudeau (2016) propõe dois tipos de questionários, um para os actantes e outro para o processo, que ajudam a compreender a intencionalidade e consequentemente a função narrativa.

Em relação ao questionário actante, verifica-se se o actante age ou sofre a ação. Caso seja agente, se o faz como agressor, benfeitor, aliado, oponente ou retribuidor, e de que forma realiza, se voluntária, involuntária, direta ou indiretamente. Quando o actante sofre a ação, questiona-se como faz, se é vítima ou beneficiário? Sendo vítima, caso reaja, o faz fugindo, responde contra a agressão ou negocia? No caso de ser beneficiário da ação, o actante reage retribuindo ou recusando? Finalmente, qualifica-se a ação de forma positiva ou negativa, se a ação foi virtuosa, corajosa, inteligente, desonesta, estúpida etc. No processo narrativo, o questionário verifica em quem recai a ação, sobre si ou sobre outro? Se a função da ação é melhorar, conservar ou degradar a condição inicial.

Com base nessa análise, pode-se buscar possíveis interpretativos e os sentidos da narrativa. Agentes considerados como aqueles que se posicionam como de esquerda podem ser qualificados negativamente, praticando ações que prejudicam a sociedade e possivelmente sendo interpretados como malignos e pessoas ruins. Qualquer representação simbólica análoga ao que se considera como esquerda, terá sentido negativo.

O modo argumentativo, segundo Charaudeau (2016, p. 201), “é mais difícil de ser tratado do que o narrativo”. Possivelmente porque o modo narrativo baseia-se em uma realidade tangível, que é visível, que pode ser contestada, considerada como invenção, mas não destruída. O argumento, diferentemente, pode ser totalmente anulado, invalidado e superado.

A função base do modo argumentativo é expor e provar casualidade de maneira racional para que se possa influenciar o interlocutor. A organização da lógica argumentativa está baseada em asserções de partida, de chegada e de passagem. A asserção de partida seria o pressuposto inicial no qual consiste uma ideia, ação ou visão de mundo inicial a ser justificada, admitindo outra asserção que a conclua. A asserção de chegada é a conclusão a ser

aceita como consequência da asserção de partida, legitima a proposta da asserção de partida. As asserções de passagem são aquelas que justificam as causalidades entre a asserção de partida e de chegada, relacionando-as.

A organização lógica argumentativa que estrutura o discurso do *Brasil Paralelo* como um todo, e dos conservadores liberais de modo geral, está pautada na asserção de partida de que os males da humanidade, e principalmente do Brasil, estão atrelados aos pensamentos, pessoas e atitudes considerados de esquerda. A asserção de chegada é que a solução para esses problemas são os *conservadores-liberais* e suas propostas de realidade e que a esquerda deve ser definitivamente destruída. As asserções de passagem procuram legitimar essas duas colocações, tentando demonstrar muito mais as causas e consequências negativas da esquerda e pouco argumento para evidenciar o quão positivo são as posições dos conservadores liberais. As asserções tanto de partida, passagem e chegada não implicam em posições condizentes com a realidade social, muitas delas, como iremos apresentar, são falaciosas, com a intenção de alterar os sentidos estabelecidos para outros que atendam ao interesse dos conservadores liberais. Analisaremos os possíveis interpretativos das asserções argumentativas, desta tentativa de alteração das formas simbólicas, que poderão possuir potencial ideológico na perspectiva de Thompson (2011). Dentro de todo o discurso da série encontram-se várias asserções argumentativas de partida e chegada, como, por exemplo, a que propõe que a escravidão, apesar de ser terrível (partida), era algo aceito (chegada) e que a escravidão africana praticada por mulçumanos era muito pior (passagem) o que implica em um possível interpretativo de que foi muito melhor ser escravizado no Brasil do que em certos locais da África, criando um eufemismo sobre o tema.

Conseguindo levantar os possíveis interpretativos dos excertos por meio da análise do discurso, veremos se os sentidos se enquadram potencialmente nos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (2011), de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

A *legitimação* ocorre quando uma causa aparenta ser justa e digna de suporte e apoio. Uma das estratégias para a *legitimação* é através da *racionalização*, na qual se apresenta uma linha de raciocínio que procura justificar uma cadeia de ações com o objetivo de convencer o receptor de que a proposta oferecida é digna de apoio. A *universalização* é outra estratégia de *legitimação*, que consiste em apresentar uma ideia que atenda ao interesse de um grupo como se fosse de interesse ou benéfico para todos. Finalmente, como estratégia de *legitimação*, temos a *narrativização*, que consiste em apresentar uma história como parte de uma tradição que não se altera, eterna, que deve ser preservada e aceita.

O modo de *dissimulação* opera ocultando, negando e/ou obscurecendo processos existentes ou desviando a atenção do receptor. O *deslocamento* de atributos e conotações positivas ou negativas de um determinado agente ou grupo para outros é uma das estratégias da *dissimulação*. Na *dissimulação* existe a estratégia do *eufemismo*, no qual as relações sociais ou ações são descritas de forma positiva ou são suavizadas em suas características negativas. Um exemplo encontrado na série está relacionado com a chegada dos negros escravizados no Brasil: o termo utilizado é “quando eles vieram” e “não quando foram trazidos à força”, ocultando a violência sofrida e colocando quase como um processo voluntário. A última estratégia da *dissimulação* é o *tropo*. O termo *tropo* está se referindo ao uso figurado da linguagem, podendo ser o uso da sinédoque (parte como um todo), metonímia (troca semântica por relação objetiva entre conteúdo e referente) e metáfora (aplicação de um termo no qual não se pode aplicar efetivamente).

O terceiro modo de operação da ideologia é a *unificação*. Esse modo procura, por meio dos sentidos empregados nas representações, estabelecer identificação entre pessoas, grupos ou instituições, independentemente da diversidade e contradições que possam existir procurando a unidade. A estratégia pode ser a *padronização* ou a *standardização*, que procura estabelecer forma simbólica padrão para grupos heterogêneos com a finalidade de criar uma identidade coletiva e unificá-los, como o discurso nacionalista, por exemplo, ou, no caso desse trabalho, os integrantes e seguidores se considerarem conservadores liberais. A outra estratégia é a *simbolização da unidade*, na qual símbolos são utilizados como forma de representação da unidade, como bandeiras, hinos, brasões e figuras míticas como heróis nacionais.

A *fragmentação* é mais um modo de operação da ideologia. O caso é oposto da *unificação*, quando determinados grupos podem se tornar uma ameaça aos grupos dominantes, ou atrapalham seus interesses, a *fragmentação* serve para dividi-los, colocando-os como ameaça ao grupo, como maus e perigosos. A primeira estratégia que pode se apresentar no modo de *fragmentação* é a *diferenciação*, que foca em aspectos e características que distinguem pessoas, reforçando a desunião e enfraquecendo possíveis mobilizações sociais com potencial de alteração do *status quo*. A estratégia do *expurgo do outro* também pertencente ao modo da *fragmentação*, baseia-se na construção de um inimigo caracterizado como perigoso, maligno, uma ameaça, que deve ser combatido.

O último modo de operação da ideologia proposto por Thompson (2011) é a *reificação*. Algumas relações de dominação são estabelecidas ao se colocar momentos históricos como algo imutável, estabelecidos como algo eterno, perene e natural, ofuscando os

processos históricos e as contradições sociais. A *naturalização* é uma das estratégias desse modo, que trata situações sociais como fenômenos naturais, como os discursos que propõem a distinção das relações de trabalho entre gêneros em detrimento às mulheres por engravidarem, ou que não podem realizar determinadas tarefas ou possuir determinados cargos por questões físicas ou psicológicas criadas no estereótipo misógino. Outra estratégia na *reificação*, a *eternização*, se faz quando fenômenos sócio-históricos são desvinculados dos processos e contextos históricos, caracterizando-os como coisas que não se altera e é recorrente. As duas últimas estratégias possuem uma característica em comum, retirar o agente da ação nos textos e nos discursos, que são a *nominalização* e a *passivização*. Na *nominalização* a ação se transforma em nome, como, por exemplo, “foi autorizado o uso da força policial nas manifestações” em vez de “o governador autorizou o uso da força policial nas manifestações”. Na *passivização*, o verbo fica na voz passiva como, por exemplo, “está sendo estudada a reforma de previdência” no lugar de “novo governo estuda a reforma da previdência”.

Normalmente, a ideologia opera utilizando mais de um modo e por meio de várias estratégias na mesma representação para produzir e alterar os sentidos. Para que a representação seja considerada ideológica, o contexto de produção e de recepção devem ser considerados na produção dos sentidos. Como não iremos realizar a análise de recepção, apenas inferências, não podemos afirmar que as produções simbólicas na série estudada sejam ideológicas, por isso, dizemos se elas possuem potencial ideológico.

Na linha de pensamento de Thompson (2011) é relevante entender que uma representação não se torna ideológica simplesmente pela intencionalidade de quem a produz, mas depende da apropriação, reapropriação e do efeito receptivo. Uma piada misógina, por exemplo, pode ter o efeito de manter a relação de dominação que existe em uma sociedade machista. Porém, pode ter efeito contrário ao ser recebido e apropriado pelas pessoas e gerar um movimento que atue contra as diferenças entre homens e mulheres. A intenção de quem produziu e pronunciou a piada pode não ser condizente com o efeito final imaginado, podendo criar fissuras e até rupturas nas relações de dominação. O mesmo ocorre quando uma representação não é produzida com a intenção de estabelecer ou sustentar relações de dominação e acaba por ser apropriada de maneira que ocorra. Desta forma, torna-se importante o estudo do processo de recepção para validar se o sentido empregado está realmente estabelecendo ou sustentando relações de dominação.

2.2 O pensamento *ticket*

No livro *Dialética do Esclarecimento*, escrito por Adorno e Horkheimer (1985), em determinado momento do fragmento *Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento*, os autores afirmam que não existiam mais antissemitas na Alemanha.

Explicam que o antissemitismo genuíno não existe, pois as pessoas nem ao menos sabem os motivos ou a origem do ódio ao judeu. O sentimento antissemita antes do nazismo surgiria da experiência de uma cultura herdada e vivida, seria um processo no qual o indivíduo poderia refutar essa conduta de forma reflexiva, existiria a subjetividade por meio do pensamento crítico e do posicionamento do indivíduo em relação à realidade. Em situações nas quais a subjetividade estivesse ofuscada ou inexistente, o antissemitismo surgiria como um *ticket*, um conjunto de ideias e valores preestabelecidos e não vivenciados. O antissemitismo na Alemanha seria fruto de parte do *ticket* nazista disseminado por todos os meios da propaganda nazista.

Alguns questionamentos se fazem necessários na perspectiva desses pensadores. Não seria apenas o antissemitismo institucionalizado no Nazismo e, dessa forma, potencializado as discriminações e perseguições? Será que não se poderia dizer que o antissemitismo milenar não era parte de um *ticket* antes mesmo dos nazistas? O antissemitismo anterior ao nazismo não seria parte do *ticket* religioso cristão? A dúvida seria se realmente o antissemitismo, como afirmam Adorno e Horkheimer (1985), era algo reflexivo antes do nazismo. O oposto também se aplica. No período nazista, não eram todos que diziam sim ao *ticket* de forma não reflexiva, por vezes, a “aceitação” do *ticket* era uma forma de se proteger do terror e da perseguição do regime nazista. Colocamos o *ticket* neste trabalho como bloco de ideias pré-estabelecidas que podem ser penetrantes para determinados grupos em situações e contextos específicos. Porém, é bom entender a linha de raciocínio desses pensadores.

Qualquer *ticket* surgiria dessa condição, na qual os indivíduos estariam com sua subjetividade privada ou obscurecida, desconectados com a realidade e, dessa forma, vulneráveis a blocos de ideias preestabelecidas. Existe uma relação direta entre a subjetividade e a objetividade para a aceitação e eficiência do *ticket*. Para os autores, a razão esclarecida partiria da relação do indivíduo (subjetivo) com o objeto (objetivo) a ser estudado e analisado. O sujeito provido da razão esclarecida faz a análise e a reflexão sobre o objeto em sua totalidade, permitindo não somente uma relação de troca, mas de semelhança, mimese, de se aproximar ao diferente, de identificação do indivíduo com o objeto, de simpatia ou empatia. O processo não ocorreria dessa maneira no sujeito com a razão esclarecida ofuscada ou empobrecida, o objeto não seria percebido em sua totalidade, o olhar do indivíduo estaria focado em um único aspecto, seria analisado à distância e não haveria envolvimento, troca,

seria considerado ameaça e/ou presa. Sem haver total luz sobre o objeto, haveria desconexão da realidade, seria uma percepção parcial.

O estereótipo torna-se uma forma de expressão da razão obscurecida, não refletiria a realidade, é apenas uma imitação do objeto real pela aproximação, mais do que pela repulsa, porém, superficial pelo distanciamento entre o sujeito e o objeto. Gabriel Cohn (1997) retorna ao estudo de Adorno sobre a personalidade autoritária, no qual detecta que as pessoas com tendência a aceitar propaganda e mensagens autoritárias organizam suas ideias através de estereótipos e personificações. O *ticket* seria um bloco de ideias previamente estabelecidas, que daria unidade ao pensamento da polarização entre estereótipo e personificação. Conforme o indivíduo aceita alguma das ideias do bloco que lhe parecem coerentes, seria levado a acreditar as demais, poderia aceitar uma ideia inicial e outras no “pacote”.

Os motivos que levariam os indivíduos à falta da razão esclarecida seria a sociedade industrial, que produz não somente produtos em série, mas pensamentos que pressionam os indivíduos ao consumo. O progresso que a razão traria ao indivíduo, agora o reifica pelo desejo de consumo, o sujeito torna-se objeto e conseqüentemente isso ofuscaria sua capacidade reflexiva. Por mais que os autores justifiquem esse pensamento, não seguiremos essa linha de raciocínio. Utilizaremos para esta pesquisa apenas o termo *ticket* como um conjunto ou bloco de ideias pré-estabelecidas que são distribuídas na tentativa de estabelecer esses pensamentos como hegemônicos ou que facilitem o processo de estabelecer ou perpetuar as relações de dominação. Outro aspecto que tangencia o trabalho dos autores está na questão da falta de conhecimento sobre determinados assuntos.

O *ticket* não seria aceito como um passe de mágica, mas sua aceitação seria decorrente de um processo. Teun van Dijk (2008, p. 19) diz o seguinte sobre o discurso racista:

É verdade que os textos não possuem, não têm um efeito automático sobre as opiniões dos leitores – principalmente porque, como veremos, muitos leitores podem resistir às interpretações sugeridas pelo discurso racista –, mas, sob condições especiais, essa influência pode ser penetrante

As condições especiais podem ser uma oportunidade de um contexto sócio-histórico específico ou criado por meio de uma estratégia de comunicação. A estratégia utilizada pelo *Brasil Paralelo* e por outros grupos conservadores-liberais, além de aproveitar o contexto atual, se pauta pela falta de conhecimento ou ignorância de boa parcela da população sobre determinados temas. A falta de conhecimento, em certa medida, se alinha ao pensamento de Adorno e Horkheimer (1985) de um maior aprofundamento sobre o objeto analisado, porém não atribuímos esta questão à modernidade ou ao pensamento capitalista de consumo e nem

ao fatalismo da pessoa acreditar em toda informação que receba. Teun van Dijk (2008), por exemplo, atribui parte da responsabilidade às escolas que não aprofundam o conhecimento sobre determinadas crenças, povos e culturas, facilitando a formação de estereótipos racistas.

Para Charaudeau (2015), a informação é um conteúdo que a pessoa desconhece, ou seja, os indivíduos somente são informados de algo que não sabem. Receber um conteúdo previamente conhecido pode ser considerado reforço da informação, tornando-a mais crível, reforçando o efeito de verdade. O mesmo autor faz uma distinção importante entre *valor de verdade* e *efeito de verdade*. O valor de verdade seria construído através da instrumentação científica, procurando de forma objetiva uma explicação para a realidade. O efeito de verdade está relacionado à crença, “está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o ‘ser verdadeiro’” (CHARAUDEAU, 2015, p. 49).

Trabalhamos o conceito de *ticket* de maneira mais simplificada do que Adorno e Horkheimer (1985). Assim nesta pesquisa o *ticket* seria um bloco de ideias prontas que atuariam na falta de conhecimento do indivíduo a respeito de determinados temas, inicialmente como uma informação e com seu conteúdo continuamente repetido para reforçar o efeito de verdade.

A utilização de “especialistas” no discurso do *Brasil Paralelo* serve para enfatizar o efeito de verdade do *ticket*, pretendendo tornar sua atuação mais penetrante.

3 OS CONSERVADORES-LIBERAIS

Para melhor analisarmos o discurso do *Brasil Paralelo*, torna-se importante entender o contexto histórico-social em que a própria empresa surge e como o termo conservador-liberal é apresentado e passa a ser compreendido. Este capítulo irá abordar alguns aspectos pertinentes do contexto histórico, as estratégias de comunicação, bem como o desenvolvimento da mentalidade da “nova direita” que, de fato, muito pouco de novo apresenta.

3.1 Norteamento entre o ideário das direitas e esquerdas

Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma eu chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; outra, que podemos chamar de desigualdade moral ou política, por depender de uma espécie de convenção e por ser estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios de que alguns desfrutam em prejuízo de outros, como o de ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que estes, ou mesmo o de se fazer obedecer por eles. (ROUSSEAU, 2017, p. 33).

Este excerto retirado da obra *A origem da desigualdade entre os homens*, de Jean-Jacques Rousseau (2017), irá nos ajudar a compreender, em parte, a complexa e contraditória, por muitas vezes, divisão por deveras simplista entre esquerda e direita na esfera política e social. Não buscamos estabelecer uma definição do que são esses polos de ideias, mentalidades e posturas sociais e políticas, apenas um norteamento para que possamos deixar mais claro o termo *conservador-liberal*.

Desde o surgimento desses termos na Assembleia Nacional Constituinte Francesa, onde girondinos ficavam dispostos à direita e jacobinos dispostos à esquerda, muita coisa mudou. Novas vertentes de pensamentos surgiram ampliando o espectro tanto do que se pode identificar como esquerda quanto direita. Essa diversidade de ideias e posturas nos permite afirmar que existem diferentes direitas e diferentes esquerdas, tornando a terminologia “direita e esquerda” relacional e não algo fixo e definitivo. Tanto o contexto sócio-histórico quanto a postura ou ideal em relação ao outro, tomado este como referencial, é que podem nortear se algo está ou é de esquerda ou de direita.

Porém, mesmo que haja o distanciamento histórico que nos coloca em outro contexto temporal e a amplitude que proporciona uma grande diversidade do que se pode propor como sendo de esquerda e direita, alguns resquícios bastante significativos permanecem para podermos caracterizar melhor esses posicionamentos. Os girondinos, que se posicionavam à

direita, eram compostos pela alta burguesia e aristocratas, pessoas e entidades que tinham “mais a perder” com grandes mudanças, que queriam conservar seus *status* e privilégios. Os jacobinos, que se posicionavam à esquerda, eram compostos pela média e baixa burguesia (pequenos comerciantes e artesãos), profissionais liberais, camponeses e outros membros das classes populares que pregavam e desejavam reformas políticas e sociais mais profundas. Não nos interessa entrar nos pormenores ou nos aprofundarmos no assunto, o que nos interessa é abstrair essas duas características que permaneceram até a atualidade e que fazem parte do germe dessas posições: a direita tende a ser conservadora, e quando propõe mudanças são para garantir o *status quo*, sem alteração da estrutura social; a esquerda tende a ser mais progressista, deseja e propõe mudanças que podem alterar a estrutura social, torna-se mais revolucionária. Lembrando que não podemos ser taxativos, que existem contradições e diferentes graus de propostas entre esses dois polos.

O historiador e escritor Yuval Noah Harari (2016), em seu livro *Sapiens – Uma breve história da humanidade*⁵, ao evidenciar algumas das contradições históricas, e consequentemente humanas, aponta para a questão da liberdade e igualdade. Palavras tão caras às civilizações ocidentais modernas, lema da Revolução Francesa, mas pouco perceptível como sendo algo contraditório e que, quanto mais se almeja uma, mais deve abrir mão da outra. Segundo o autor:

A igualdade só pode ser assegurada se forem diminuídas as liberdades daqueles que estão em melhores condições. Garantir que cada indivíduo seja livre para fazer o que desejar inevitavelmente compromete a igualdade. Toda a história política do mundo desde 1789 pode ser vista como uma série de tentativas de superar essa contradição. (HARARI, 2016, p. 173).

Podemos não concordar totalmente com a sentença de que toda a história política desde a Revolução Francesa esteja engajada na tentativa de superar essa contradição, mas entendemos que ela contribui para nortearmos os contrapontos entre esquerda e direita. Nessa perspectiva, aqueles que se posicionam mais à direita tendem a privilegiar mais a liberdade individual e os da esquerda em preponderar a igualdade. Mesmo que Harari (2016) não esteja mencionando diretamente a polarização entre esquerda e direita em seu raciocínio, ele exemplifica o sistema político americano: o partido Republicano como aquele que privilegia a liberdade individual e o Democrata a igualdade. Nos Estados Unidos, os republicanos são considerados a direita e os democratas a esquerda, mesmo que para muitos analistas e pesquisadores brasileiros os dois partidos sejam considerados de direita, reforçando o aspecto relacional dessa terminologia.

⁵ HARARI, Yuval Noah. *Sapiens – Uma breve história da humanidade*. 18. ed. Porta Alegre, RS: L&PM, 2016.

No livro *Direita Volver*, no capítulo Elemento de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual, Sebastião Velasco e Cruz, autor do capítulo, cita Steven Lukes como a posição que lhe é mais convincente. Para Cruz (2015), o posicionamento de Lukes indica que, mesmo que haja alguns aspectos comuns de história e identidade, o que une a ampla variedade da esquerda são algumas características que dão o “ar de família”, sendo o ideário de igualdade um deles. Algumas desigualdades seriam injustificáveis para a esquerda, enquanto a direita seria o resquício dos que tentam legitimar essa situação.

Retornando ao raciocínio inicial de Rousseau (2017), que critica a desigualdade chamada por ele de moral ou política, entendemos que a esquerda procura combater exatamente essa desigualdade e não a desigualdade natural, que é considerada positiva, que faz parte da diversidade humana. Entretanto, parte da direita tenta confundir essas desigualdades distintas ao colocar o combate à desigualdade moral um ataque à desigualdade natural. A desigualdade natural, além das mencionadas por Rousseau (2017), podemos entender também como habilidades, características e preferências natas dos indivíduos, que lhes permitem ser um bom atleta, escritor, artista ou engenheiro. Porém, para que essas habilidades sejam desenvolvidas e aproveitadas, elas devem ter condições para tal, e neste ponto é que a desigualdade moral ou política entra. A desigualdade moral, por muitas vezes, impede que as habilidades naturais se desenvolvam; um indivíduo com potencial para ser um excelente advogado pode nunca ter essa potencialidade desenvolvida por sua condição social e econômica. O discurso da meritocracia, por exemplo, tangencia essa questão, pois nesta perspectiva seriam as habilidades individuais que proporcionariam as diferenças e desigualdades morais ou políticas, desconsiderando-se totalmente que a diferença das condições sociais e econômicas tenham algum efeito e que proporcionam desigualdade competitiva.

A liberdade individual também faz parte desse discurso de crítica à igualdade, pois políticas contra as desigualdades sociais, principalmente as oriundas do Estado, em muitos casos afetariam a livre iniciativa. Exemplo dessa postura é o discurso do contrato de trabalho bilateral entre empregado e empregador sendo preponderante sobre as leis trabalhistas. As leis trabalhistas seriam uma arbitrariedade não somente contra o empregador, mas principalmente contra o empregado por tirar seu livre arbítrio em aceitar condições de trabalho que, supostamente, seriam justas e aceitáveis. Esta perspectiva desconsidera totalmente a relação assimétrica de poder dessa relação e a equidade que as leis trabalhistas procuram proporcionar.

Considerando essas características entre esquerda/direita e igualdade/liberdade um questionamento que sempre esteve presente desde a Revolução Francesa é: liberdade e igualdade de quem e para quem? Liberdade e igualdade também se tornam relacional e quase sempre de conveniência. Girondinos da alta burguesia francesa queriam igualdade eles e a aristocracia e liberdade contra o poder absolutista da Coroa. Jacobinos queriam uma igualdade mais ampla entre os setores mais populares, a burguesia e a aristocracia, e a liberdade para se desvincular de relações quase de suserania e vassalagem das classes populares com a aristocracia e burguesia⁶.

Isso posto, torna mais fácil trazer esses posicionamentos para a historiografia brasileira e o contexto político atual. Não se torna necessário, neste capítulo, uma longa explanação histórica, tendo em vista que nosso objetivo é tentar entender o contexto atual. Porém, alguns processos históricos nos ajudam a compreender melhor a postura e o pensamento da direita contemporânea.

O primeiro aspecto a se destacar está no fato que desde o Brasil Império até os dias atuais, poucos foram os momentos que se pode dizer que os diferentes espectros da direita não estiveram no poder no Brasil. Outro aspecto é que mesmo havendo divergências e disputas oligárquicas, sempre quando se acha necessário, essas diferenças são colocadas de lado e a direita se une em sua maioria, ao menos temporariamente. Isso não implica em dizer que a esquerda e as classes populares não tiveram papel político importante em nossa historiografia.

No Brasil Império temos as disputas oligárquicas entre liberais, que buscavam o federalismo para fortalecer os agentes políticos e econômicos locais, e os conservadores, que queriam a centralização do poder na Coroa. No Período Regencial, essa “união” ocorre após as políticas liberais, na regência do padre Diogo Antônio Feijó, que colocavam em risco a unidade do país com as mais diversas revoltas, algumas populares e outras de oligarquias locais, algumas com pleitos separatistas, outras não. Pressionado, Feijó renuncia e os conservadores assumem o poder e colocam em prática políticas mais conservadoras e centralizadoras. Os liberais abrem mão do poder nesse caso, principalmente pelo temor das revoltas populares com mentalidade jacobina. Em muitas dessas revoltas, as províncias sozinhas não deram conta em reprimir os revoltosos, necessitando de forças nacionais. Para os liberais, era melhor abrir mão do poder local para um poder centralizado do que acabar perdendo tudo em uma revolta popular. Como diz o provérbio popular: “vão-se os anéis, ficam os dedos”.

⁶ Para saber mais sobre essas relações, ver o livro: O grande massacre dos gatos, do Robert Darton.

Conflitos oligárquicos e arranjos continuaram existindo. A Era Vargas torna-se outro exemplo. A Revolução de 1930⁷ foi uma disputa que rompe a soberania do poder das oligarquias de São Paulo e Minas, que sempre negociavam essa posição com as outras oligarquias regionais, a conhecida Política dos Governadores. Boris Fausto (1997) coloca a diversidade de fatores e de segmentos da sociedade que levaram ao processo revolucionário de 1930, com segmentos da classe média, movimento tenentista, mas o principal foi a ação das oligarquias regionais dissidentes não ligadas ao café. Em 1932, a Revolução Constitucionalista é uma tentativa de a elite paulista cafeeira retomar o poder, uma contrarrevolução. Elite paulista que mesmo derrotada consegue maior espaço no cenário político e tem algumas de suas exigências atendidas.

No Golpe de 1964, a mesma prática de união das direitas ocorre, agora sob o mote do “perigo comunista”. Dessa maneira, não se torna novidade a junção de diferentes posições à direita, como a vertente que agora surge de *conservadores-liberais*. Mesmo parecendo posições em certa medida antagônicas, como vimos, o liberalismo também é relacional, seletivo. Os liberais moderados não pleiteavam o fim da escravidão no período regencial, por exemplo. O liberalismo tupiniquim sempre foi de ordem econômica ou política quando interessante; nos costumes, sempre foram conservadores.

Os conflitos, proclamações, golpes e revoluções que tiveram êxito sempre foram entre as classes dominantes, em vários casos com o apoio da classe média, nunca foi fruto das revoltas das classes populares. Nenhum evento histórico, como a Proclamação da Independência e da República, a Revolução de 1930, O Golpe de 1964 e até mesmo o processo de redemocratização, alterou de forma significativa a estrutura social brasileira. Foram mudanças que protegiam interesses, se não de todas, mas de boa parte das oligarquias.

Toda essa mentalidade conservadora e liberal ainda permanece, se não igual, muito parecida com a mentalidade das direitas brasileiras atuais. O ponto essencial são as manifestações de junho de 2013, quando grupos de direita se tornam mais evidentes e barulhentos. Devemos ressaltar que alguns de seus ideais circulavam nas mídias tradicionais e nas redes sociais, porém sem tanta visibilidade, de forma recorrente, ostensiva e com apoio popular de forma significativa.

3. 2 O embate entre a mídia e as “esquerdas”

⁷ As causas da Revolução de 1930 e os atores políticos envolvidos são bastante debatidos e com diferentes vertentes historiográficas em relação à importância de cada agente envolvido.

O primeiro aspecto que contribuiu para o fortalecimento das direitas no Brasil, podemos atribuir ao papel das mídias tradicionais, dos grandes veículos de comunicação.

Esse tema torna-se bastante complexo e delicado e está muita além de simplesmente taxar os grandes veículos de comunicação como tendenciosos e manipuladores. Pensar em veículos de comunicação neutros torna-se um pensamento análogo ao do projeto Escola Sem Partido. Não existe neutralidade, todo veículo de comunicação segue alguma linha editorial voltada mais à direita ou mais à esquerda. O que se torna evidente é o desequilíbrio que existe, com as linhas editoriais dos grandes veículos serem voltadas ao pensamento da direita. Outro aspecto é o oligopólio que proporciona a concentração do poder midiático nas mãos de poucos grupos empresariais. Dessa forma, os espaços destinados aos jornalistas, analistas, comentaristas e colunistas alinhados com pensamentos e posturas conservadoras e liberais são maiores.

O professor Vinício Artur de Lima (2015) lembra que além dos profissionais serem, em grande medida, alinhados à visão de mundo das direitas, os grandes meios de comunicação são empresas de propriedade de algumas das famílias mais ricas do Brasil. São empresários que visam lucros e interesses de ordem pessoal.

Este desequilíbrio de espaço midiático cria um dilema, que não temos pretensão de resolver, mas apenas evidenciar. Se por um lado a visão de mundo da direita prepondera nos grandes meios de comunicação que realizam ataques constantes à visão de mundo que tendem ao pensamento de esquerda, por outro, a esquerda constantemente ataca os meios de comunicação, mesmo sendo de forma pontual especificando os canais, atinge-se todos os veículos de comunicação. A situação acaba por deslegitimar tanto os meios de comunicação de modo geral, assim como o pensamento e políticas voltadas mais à esquerda. Ao que parece, os grandes beneficiados neste contexto são os segmentos da direita. Nesta situação, *conservadores-liberais* colhem o capital político da imagem que parte da mídia construiu sobre a esquerda e se aproveitam do descrédito dos grandes meios de comunicação com a imagem de manipuladores. Tanto os segmentos da esquerda quanto as grandes empresas dos segmentos tradicionais de comunicação possuem suas contribuições neste contexto.

No que se refere às esquerdas, pode-se atribuir o pouco empenho em tentar alterar a situação e a democratização dos grandes meios de comunicação. No período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder, não existiu política alguma para a quebra do oligopólio da indústria midiática. Um questionamento e uma reflexão surgem: em que medida esse desequilíbrio pode ser utilizado como retórica para a base militante de segmentos da esquerda? Acabar com esse desequilíbrio diminuiria a força do argumento em dizer que a mídia é

tendenciosa, acarretando em perda do capital político que essas acusações poderiam proporcionar. O argumento de mídia tendenciosa serve como blindagem a qualquer notícia que desabone integrantes ou ações de grupos de esquerda, principalmente junto aos seus militantes.

Por sua vez, além de defender interesses empresariais do setor e de expor a visão de mundo da direita, “[...] os principais veículos de comunicação criminalizam de maneira uniforme os principais movimentos sociais e organizações da sociedade civil, inclusive partidos políticos, identificados como sendo ‘de esquerda’” (LIMA, 2015, p. 92). Essa postura contribuiu para a demonização de políticas sociais e restringe a diversidade do debate de ideias, já que os pensamentos e os movimentos sociais considerados de esquerda são refutados antes mesmo de serem expostos, entendidos e debatidos.

Contraditoriamente, esses canais de comunicação praticam o discurso de defensores da democracia, da liberdade e da expressão. Sem dúvida, a liberdade de imprensa possui papel fundamental no processo democrático, mas, para isso, devem existir maior pluralidade e equidade de espaço para diferentes maneiras de interpretar o mundo. Com discurso muito semelhante aos atuais, a imprensa teve papel fundamental em deslegitimar o governo de João Goulart e em apoiar o Golpe de 1964, reforçando a contradição.

O aspecto mais importante na construção da realidade atual talvez seja o modo como a imprensa associa a corrupção e a classe política, principalmente políticos ligados à esquerda. A maneira como noticiam os fatos, os sentidos procurados e a ênfase destinada ultrapassam as fronteiras da informação para a de julgamento. Propiciam o sentido de que o governo petista foi o mais corrupto da História do Brasil, abstraindo escândalos de corrupção no passado que nem sequer foram investigados em governos autoritários. Não se trata de esconder fatos ou defender políticos, mas em ter cuidado e ponderar as informações passadas ao público da forma mais honesta possível. Alguns dos efeitos dessa maneira de publicar notícias podemos perceber na descrença popular na classe política, enfraquecendo a democracia. Lima (2015) aponta que este *system blame* (culpa do sistema) afeta a democracia e é o precursor de Estados autoritários, como na Alemanha na década de 30.

Esse contexto de deslegitimação da esquerda e da classe política realizada pela imprensa e a deslegitimação da imprensa, causada por ela mesma por suas contradições e pelos ataques de setores da esquerda, formam o mosto ideal para o surgimento de *outsiders* que desvinculam suas imagens da classe política tradicional e se promovem fora dos meios de comunicação tradicionais. Possivelmente, a descrença nos políticos e na imprensa propicia que as pessoas “desamparadas” procurem fora desse circuito as informações e as

representações que anseiam. Religiosos, empresários, militares surgem como renovação política, assim como blogueiros, youtubers, pessoas e grupos que se destacam nas mídias sociais como trazendo a informação neutra e real, não manipuladora. As eleições de 2018 reforçam essa perspectiva da realidade política e social no Brasil contemporâneo. Os grandes vencedores foram aqueles que capitalizaram as críticas à esquerda, se desvincularam da velha política e da grande mídia, mostrando-se como renovação, mesmo com ideias em nada novas.

Apesar de o contexto parecer aleatório, autômato, não intencional, a estratégia dos segmentos da direita que se aproveitaram da situação parece ter sido planejada.

3.3 A busca pelo pensamento hegemônico – Os *think tanks*

Para se entender o fortalecimento político da “nova direita”, deve-se entender os *think tanks*, seus conceitos e como agem.

O termo *think tanks* refere-se às salas de reuniões secretas nas quais eram discutidas as estratégias de guerra (ROCHA, 2015). Surgiram como instituições civis privadas que procuravam soluções para políticas públicas com a participação e pesquisa de especialistas e acadêmicos, patrocinados por pessoas físicas e jurídicas.

A pesquisadora Camila Rocha (2015, p. 262) faz a seguinte definição:

Os *think tanks* podem ser definidos de modo mais genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas.

Segundo a própria autora expõe, existe um amplo espectro de atuação dos *think tanks* com dois polos: que iriam de um “profissionalismo politicamente desinteressado” ao “ativismo político orientado ideologicamente”. Em um dos casos haveria instituições que buscam soluções e propostas para políticas públicas, não se pautando por diretrizes políticas rígidas; e no outro, haveria instituições que agem seguindo determinados ideários políticos de forma enfática. Rocha (2015) denomina esse segundo grupo de *think tanks* *ativistas*.

Os *think tanks* *ativistas* normalmente utilizam o *marketing* e a propaganda para expandir seus ideários, buscando influenciar políticos, meios de comunicação e o público em geral com o objetivo de implementar o pensamento hegemônico que atenda a seus anseios e interesses. Dentre o espectro de *think tanks* *ativistas*, nosso interesse está naqueles com ideários políticos de direita e neoliberais.

No Brasil, os *think tanks* *ativistas* de direita não são novidade, existem desde o início dos anos 80, porém, suas atuações eram pouco impactantes no cenário nacional. O fortalecimento dessas instituições ocorreu no Brasil em meio aos mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, facilitando o surgimento de novas instituições. Todas elas sob forte influência de *think tanks* americanas com ideário neoliberal. Destaca-se o Atlas Network que possui em seu quadro de diretório global, 14 *think tanks* no Brasil⁸, entre eles, o Instituto de Estudo Empresariais (IEE), Instituto Ludwig von Mises Brasil, o Instituto Liberal e o Instituto Millenium. Essa rede de *think tanks* permite apoio mútuo, assim como alinhamento no *modus operandi* para que as ações sejam homogêneas.

A oportunidade em expandir o ideário neoliberal, que faz parte do *ticket conservador-liberal*, aparece com as insatisfações demonstradas pela população nas manifestações de junho de 2013. Algumas dessas instituições surgem depois de 2013, aproveitando a onda de insatisfação, como o Instituto Liberal de São Paulo em 2014 e os Libertários em 2016.

O terreno para a proliferação e efeito mais penetrante do ideário neoliberal estava preparado anteriormente pelos grandes veículos de comunicação, com a desqualificação sistêmica de políticas sociais e econômicas associadas politicamente à esquerda, além da desqualificação da classe política de forma generalizada. O discurso neoliberal dos *think tanks* surge como a solução dos problemas de uma sociedade que tem parte de sua população se sentindo desamparada politicamente e temerosa economicamente. São velhas ideias, apresentadas por algumas caras novas, outras nem tanto, que são expostas como novas e de forma messiânica.

Camila Rocha (2015) destaca três tipos de estratégias da “nova direita” segundo o cientista político chileno Cristóbal Rovira Kaltwasser:

1. Estratégias não eleitorais que têm lugar no âmbito da sociedade civil; 2. Estratégias eleitorais partidistas existentes no âmbito do sistema político-partidário já estabelecido; 3. Estratégias eleitorais não partidistas que se relacionam à constituição de novas lideranças políticas à margem do sistema político-partidário estabelecido (*outsiders*) (KALTWASSER, apud ROCHA, 2015, p. 274. Grifo no original.).

Seguindo essas estratégias, a cartilha parece ter sido bem aplicada em todas as três modalidades no Brasil Contemporâneo. As não eleitorais no âmbito da sociedade civil, além dos próprios *think tanks*, podemos destacar a campanha constante de diversas fontes nas redes

⁸ Informação disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>. Acesso em: 12 mar. 2019.

sociais e na internet em deslegitimar políticos, principalmente de esquerda e ataques às políticas sociais vigentes, sem mencionar as convocações de manifestações de rua contra o governo Dilma Rousseff e pelo *impeachment*. Quanto às estratégias eleitorais, as duas parecem ter sido trabalhadas de forma separada, mas que, por fim, conseguiu-se o efeito de desvincular a imagem de velhos políticos como Jair Bolsonaro, caracterizando-o como “nova liderança política”.

O discurso de empresas ou grupos da sociedade civil, alinhados a essa estratégia política da direita, como o *Brasil Paralelo*, Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre, entre outros que exaltam a isenção partidária, que são de iniciativa privada, teve aceitação por boa parte da sociedade. Estrategicamente o discurso proporciona maior facilidade e mobilidade de capital social e político pelo não vínculo aos possíveis interesses políticos partidários. Qualquer agente que siga as mesmas diretrizes, o mesmo ideário, pratique discurso similar, ou se vincule a esses grupos, colhe a benesse e o apoio de seus seguidores.

O *Brasil Paralelo* faz parte da estratégia no âmbito da sociedade civil, assim como os *think tanks* ativistas de direita no Brasil. O *Brasil Paralelo* torna-se um canal de comunicação, uma ferramenta de divulgação da máquina publicitária dos conteúdos e estratégias elaboradas nos *think tanks*, pode-se dizer que tenta se estabelecer como um *think tank* no meio virtual através da internet. Só não o definimos como tal por se identificarem como empresa, dessa forma visam lucros, e os *think tanks* são instituições sem fins lucrativos. Fazemos essa aproximação de forma enfática não somente pelo alinhamento de ideias e visão de mundo, mas até mesmo pela participação e depoimento de integrantes dos *think tanks* nas produções audiovisuais, como o de Hélio Beltrão do Instituto Mises Brasil.

As estratégias não eleitorais que em parte são realizadas por *think tanks* ativistas de direita e seus canais de comunicação servem para preencher a ação política que supostamente estaria vazia no período entre campanhas eleitorais. Segundo o professor e pesquisador Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, os *think tanks* “[...] existem para modelar as condições de possibilidade e de visibilidade das políticas. Para construir, nas mentes e nos corações dos indivíduos, aquilo que devem considerar crível e factível” (MORAES, 2015, p. 232).

O autor continua:

Em suma, *think tanks* não se limitam a *modular* as políticas. Tentam é *modelar* o ambiente geral da política, a agenda. O que pretendem, podemos dizer, é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências” (MORAES, 2015, p. 232. Grifos no original).

Ou seja, os *think tanks* *ativistas de direita*, dos quais nos referimos, possuem como objetivo construir o pensamento hegemônico na sociedade, tanto na política, economia quanto nos valores. Reforçando essa proposta, lembramos que na página do *Brasil Paralelo* havia o seguinte objetivo e que agora foi retirado: “Temos um objetivo bem claro: Transformar o imaginário popular brasileiro. Para isso acontecer contamos com você.” (BRASIL PARALELO, 2017, s/p).

Se os modelos de *think tanks* inicialmente se propunham a criar o estreitamento entre sociedade civil, academia e o Estado, debatendo, pesquisando e buscando soluções para políticas públicas, suas finalidades mudaram. Moraes (2015) enfatiza que mesmo que ainda haja, em alguns casos, a pesquisa, a finalidade está em difundir ideias e crenças bem estabelecidas. Neste caso, as ideias e crenças estão pautadas no pensamento neoliberal das escolas de Chicago e Austríaca.

A internet foi o canal que melhor proporcionou a oportunidade de difusão deste pacote de ideias e crenças prontas, pré-estabelecidas e que buscam o pensamento hegemônico.

3.4 O papel da Internet

Com a popularização da internet nos anos 90 e início deste século, a visão que se tinha dessa ferramenta era romantizada, pautada pela ideia da possibilidade proporcionar um espaço de pluralidade de ideias, de maior circulação de informações, que facilitaria os processos democráticos e, principalmente, não estaria sob o controle das grandes empresas de comunicação. Mesmo que em partes a internet tenha proporcionado experiências dessa natureza, e continua realizando, essa perspectiva mais diletante encontrou uma realidade mais controversa. Os acessos hoje se concentram em poucas empresas e conglomerados de tecnologia e comunicação, como o Google e o Facebook, limitando a tão sonhada descentralização dos meios de comunicação. Porém, as plataformas produzidas por essas empresas proporcionaram condições de maior fluxo e debate de ideias e de mobilização populares, benéficas ao processo democrático. Entretanto, como o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira expõe:

A internet não é o espaço de uma única causa. Sua arquitetura distribuída e suas amplas possibilidades de acesso a tornam uma plataforma democrática, podendo ser apropriada pelas diversas culturas e subculturas que aceitam seus protocolos sociotécnicos (SILVEIRA, 2015, p. 216).

Isso implica em dizer que, ao mesmo tempo em que a internet pode ser apropriada por grupos e pessoas com o interesse em difundir a diversidade e o debate, ela permite a apropriação de grupos opostos, que divulgam a intolerância e o pensamento autoritário.

Nesse contexto, a internet deixa de ser um espaço de debate para se tornar um espaço de disputa de posicionamentos, ideias e visões de mundo. Disputas que servem tanto para enaltecer pessoas, pensamentos e instituições como para realizar o linchamento virtual por seus opositores. A ética constantemente é deixada de lado, verdade ou mentira parece não ser significativo, o importante é destruir o adversário.

No campo de disputa da comunicação digital via internet e redes sociais, Silveira (2015) aponta que os movimentos e grupos de esquerda não possuem o mesmo poder que os grupos de direita. A capacidade de articulação e mobilização da direita parece ser maior do que da esquerda.

Esse poder não está com as forças de esquerda, cujas redes ainda padecem da dificuldade de lidar com processos interativos e horizontalizados. A herança do “centralismo democrático”, mais vertical e centralizador do que interativo e democrático, parece dificultar que a velha esquerda a se recrie nas redes (SILVEIRA, 2015, p. 218).

O sociólogo atribui a dificuldade de atuação ao “centralismo democrático” mais verticalizado da esquerda tradicional em um meio de comunicação mais horizontalizado. Podemos acrescentar mais dois aspectos. O primeiro seria o descrédito da esquerda criado por parte dela própria e pela mídia tradicional, além dos escândalos de corrupção envolvendo parte da esquerda. O segundo aspecto podemos atribuir justamente à organização de segmentos da direita em utilizar material de comunicação das mídias tradicionais e de produzir e divulgar conteúdos novos, sejam vinculados aos *think tanks* ou não.

Segundo Silveira (2015), entre as estratégias de comunicação da direita, os memes assumem papel importante atuando no senso comum. A palavra meme possui origem da derivação da palavra genes retirada do livro *The Selfish Gene*, obra de Richard Dawkins. Outras definições se assemelham, associando o meme ao gene como a passagem das características genéticas de ser originário aos seus descendentes. Entende-se também como um vírus que contamina pelo contato, se replica no hospedeiro e contagia outros, em um contínuo ciclo de multiplicação e contágio.

As características “contagiantes” permitem que os memes trabalhem de forma rápida e eficiente no senso comum, ou seja, em valores e ideias que já foram apropriadas e apreciadas pelos indivíduos que as recebem.

Seguindo essa linha de raciocínio, os memes têm como finalidade instigar um pensamento e sentimento presente ou análogo e facilmente associado a essa preexistência. Trabalha como reforço contínuo de propaganda. Por possuir pouca ou nenhuma informação, torna-se excelente ferramenta para alimentar ressentimentos existentes, repulsa por opositores e instigar o ódio por adversários políticos ou ideias divergentes.

Outra estratégia deve ser adotada para a eficiência dos memes, que consiste em trabalhar na modelagem do senso comum, na formação das mentalidades, e na criação do pensamento hegemônico. Cabem aos *think tanks* e aos diversos influenciadores digitais, como youtubers, blogueiros ou empresas de divulgação como o *Brasil Paralelo*, esta parte da estratégia de comunicação. As produções devem ser mais elaboradas, com maior quantidade de conteúdo, com certa lógica e que procure alterar os sentidos das representações.

As produções do *Brasil Paralelo* possuem esta função, tentar na medida do possível moldar o senso comum, acrescentando e retirando aspectos que interessam aos grupos conservadores liberais, e preparar para um possível pensamento hegemônico conservador nos costumes e neoliberal na economia, dando origem ao termo conservador-liberal.

As estratégias do uso das redes sociais e da Internet na divulgação dos pensamentos conservadores e liberais estavam ocorrendo no Brasil antes de junho de 2013, mas entendemos que este foi o momento crucial e a oportunidade esperada para ampliar os esforços e conquistar maior quantidade de seguidores e adeptos de seus ideários.

3.5 Junho de 2013 – A apropriação das manifestações pela direita

Um movimento que surge como reivindicação por transporte público gratuito e de protesto pelo aumento das passagens, que inicialmente era relativamente modesto, torna-se o embrião das maiores manifestações populares e demonstrações de insatisfação política desde o movimento das Diretas Já.

Mesmo já havendo manifestações em outras localidades no país, anteriores a de São Paulo, colocamos o contexto paulista em destaque pela manifestação do dia 13 de junho. O primeiro ato em São Paulo ocorreu no dia 6, com outros no dia 7 e 11 antes do dia 13. A manifestação do dia 13 se torna importante devido à repressão policial com grande quantidade de detidos e feridos, inclusive profissionais da imprensa que cobriam o ato. A truculência da polícia, documentada pelos manifestantes e imprensa que circulava pelas redes sociais e pelos meios de comunicação tradicionais, parece ter sido o gatilho necessário para mobilizar parte da sociedade insatisfeita a ir para as ruas nas mobilizações dos dias 17 e 18 por várias cidades do país.

Gohn (2017) segue a mesma linha que outros autores que dividem as manifestações de Junho em três fases. A primeira se encontra nesse período de 6 a 13 de junho, com maior concentração em São Paulo com o Movimento Passe Livre (MPL) como o grande articulador dos protestos e com uma pauta bem definida, o não reajuste das tarifas do transporte público. A segunda se inicia no dia 17 com a convocação do MPL para o quarto ato e que recebe o apoio de grande parcela da população que não havia aderido anteriormente, mas que se solidariza com as manifestações em repúdio à violência policial ou por ver uma oportunidade de demonstrar sua insatisfação e indignação com a política nacional. A terceira parte seria do dia 21 até o final do mês; nesse período, o MPL já havia conseguido o objetivo almejado, o não reajuste das tarifas no transporte público, e não encabeçava mais a convocação para os atos. Na última fase, as manifestações já estão mais fragmentadas e com objetivos distintos, pela legalização da maconha, contra a PEC 37, contra a “cura gay” entre outros.

Nas segunda e terceira fases, quando a participação popular se amplia, as pessoas participam pedindo pautas difusas e diversas além do transporte público. Elas pediam melhores condições na saúde e educação, pelo combate à corrupção, contra os gastos excessivos da Copa, mudanças políticas. Reuniam-se nessas manifestações posições políticas heterogêneas, o que causava confusão entre os próprios políticos que acusavam seus opositores pelos atos.

Uma característica marcante foi que as manifestações, além de não possuírem uma liderança clara, não permitiam associação dos protestos com partidos políticos ou outras instituições, como sindicatos e movimentos sociais consolidados e tradicionais. Seria um movimento apartidário. Além do descrédito da população com os políticos, em partes causado, como mencionado anteriormente, pelos meios de comunicação tradicionais, existia a posição do próprio Movimento Passe Livre, que endossava esta atitude. Gohn (2017) evidencia que essa postura se deve ao fato de o movimento possuir características anarco-socialista, horizontalizado, mesmo que algumas figuras tenham se destacado, não possui uma hierarquização e há um certo repúdio a algumas características em relação ao sistema político vigente. Este mote de não partidário será cooptado pelos movimentos e pelos discursos subsequentes, voltados mais ao espectro da direta.

Sakamoto (2013) foi um dos poucos analistas que perceberam naquele momento que o discurso de “não partidário” foi cooptado por parte de um grupo mais intolerante, que posteriormente, de alguma forma, se alinharam a grupos mais voltados à direita.

Muito se especulava no momento, quem iria tirar proveito daquele movimento de insatisfação e indignação. Hoje, podemos dizer de forma mais clara que parte da direita

conseguiu tirar proveito, tanto das manifestações como da forma de propaganda e pressão política, quanto do manejo da insatisfação e indignação popular com a situação política e econômica do período, atribuindo todos os malefícios à esquerda de forma generalizada na figura do Partido dos Trabalhadores e seus membros.

A apropriação das manifestações de rua de junho de 2013 não foi algo que a direita conseguiu de forma imediata, mas sim um processo no transcorrer do tempo. Existiram três momentos nesse ciclo de manifestações entre 2013 e 2016 (GOHN, 2017). O primeiro foram as mencionadas manifestações de 2013. O segundo momento são as manifestações em 2014, durante as eleições presidenciais, com o surgimento de grupos e movimentos alinhados a espectros da direita. O terceiro momento ocorre após a eleição da presidente Dilma no ano de 2015 até o impeachment em 2016, com maior participação desses grupos que no período já estavam consolidados. O surgimento desses grupos, ao menos dos principais, como o MBL e o Vem pra Rua (novembro e outubro respectivamente), ocorre somente no segundo semestre de 2014, mais de um ano após junho de 2013. No intervalo de um ano, mais do que a apropriação das manifestações, houve um intenso e contínuo trabalho de manter a indignação popular contra o governo federal e o Partido dos Trabalhadores (PT). A intenção não está em esmiuçar essas manifestações subsequentes, esses dois momentos posteriores, pois entendemos que fazem parte da campanha publicitária dos mais diversos espectros da direita a desconstrução não somente do PT, mas de movimentos, instituições, políticas sociais e econômicas, e pensamentos análogos ou que possam ser associados à esquerda política.

3.6 Deus, bala e mercado – Os *conservadores-liberais*

Levando em consideração os aspectos históricos e a mentalidade das direitas brasileiras destacadas nesse capítulo e o contexto dos últimos anos, entendemos que dentro do amplo espectro da direita existe um arranjo político de união de diferentes forças contra o amplo espectro de políticas e movimentos que podem ser considerados de esquerda. Este arranjo político está baseado em três pilares, composto por agentes de segurança pública, religiosos e pessoas ligadas a grupos empresariais.

Para o professor e pesquisador Luiz Felipe Miguel (2018), existem três eixos mais radicalizados da direita, “o libertarianismo, os fundamentalistas religiosos e a reciclagem do antigo anticomunismo” (MIGUEL, 2018, p. 19).

O libertarianismo estaria associado em seu ideário à escola austríaca, propondo Estado mínimo e reduzindo todos os direitos basicamente ao direito à propriedade. Colocam a questão da igualdade e liberdade de forma antagônica, na qual a direita pregaria a liberdade,

concentrada na liberdade individual, e a esquerda na igualdade opressora com a participação do Estado (MIGUEL, 2018).

Os fundamentalistas não se concentram apenas na conhecida “bancada evangélica”, mas também de católicos mais conservadores. “O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2018, p. 21). Ou seja, pautados pelo discurso do que seria o ensinamento de Deus, em suas perspectivas ou da sua fé, não admitem visão de mundo diferente, tornando-se intolerantes e crentes de serem os portadores da verdade.

O terceiro eixo proposto por Miguel (2018) seria a reciclagem do perigo comunista ou anticomunismo, que agora é associado ao “bolivarianismo” em toda América Latina.

Concordamos com essa perspectiva, porém, dividimos nos três pilares citados anteriormente, composto por agentes da segurança pública, na qual se encontram os militares, religiosos e grupos empresariais. Não acreditamos que sejam perspectivas excludentes, mas complementares. Devemos salientar que dentro desta divisão proposta existe amplo espectro em cada uma delas, com convergências e divergências. Porém, notamos que dentro destes três pilares existem convergências de interesses macro que permitem este arranjo. A relação do capitalismo com a religião já foi bem explicada por Weber em *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, principalmente entre os integrantes das Igrejas neopentecostais que seguem a “teologia da prosperidade”. Aos grupos empresariais, que podemos associar ao libertarianismo, torna-se interessante o discurso conservador para a manutenção do *establishment* e manutenção do sistema econômico e replicação do capitalismo. O discurso anticomunista une os agentes de segurança nacional e os grupos empresariais, o primeiro por tirar benefício em ser aquele que impede o perigo comunista e o segundo pelo entendimento de que direitos sociais cerceados podem lhes trazer benefícios. Existem outros vários benefícios mútuos, por esse motivo não é de se causar estranhamento essa união e o consequente surgimento dos conservadores-liberais.

O posicionamento conservador-liberal reflete bem essa realidade. Provavelmente, boa parte dos que se posicionam dessa maneira, realmente se consideram conservadores nos costumes e liberais economicamente, não havendo contradição em sua crença. Outras parcelas devem tender mais ao liberalismo mais amplo e outros ao conservadorismo. O discurso *conservador-liberal*, dessa maneira, não se torna apenas a expressão de uma crença política, social e econômica, mas uma forma de consubstanciar uma rede de agentes e instituições heterogêneas.

Se inicialmente a indignação e o ódio ao PT e às esquerdas eram suficientes para a união de forças, a mudança de cenário com a esquerda se enfraquecendo demanda outros elementos de unificação. O *ticket conservador-liberal* atua como a argamassa que parece unificar esses diferentes fragmentos, com pautas conservadoras, de economia liberal e até mesmo posições extremistas e de ultraconservadores.

Podemos perceber essa “Rede Conservadora-liberal” com a “Aliança dos Movimentos Democráticos” com mais de 50 movimentos associados. Podemos perceber outra interação no fato de que integrantes do MBL eram membros da *think tank* Estudantes Pela Liberdade Brasil (EPL), que está associada ao diretório global da Atlas Network. O próprio *Brasil Paralelo*, como mencionado anteriormente, apresenta em suas produções depoimentos de participantes de outros grupos.

Se por um lado podemos dizer que esses grupos obtiveram sucesso em disseminar a repulsa pelo o que é associado à esquerda, baseado nas eleições de 2018, não podemos dizer ainda se o efeito discursivo, não para conseguir apoio nas pautas consistentes no *ticket conservador-liberal*, mas para unir essas diferentes forças pós eleições, está funcionando. Constantemente, nos três primeiros meses de mandato— período em que esta dissertação é finalizada - do governo Bolsonaro são noticiadas contradições, posições diferentes entre membros do alto escalão do governo, além das recorrentes críticas feitas publicamente por quem antes figurava como apoiador do projeto desse governo.

4 A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E COMUNICAÇÃO

O cinema desde seu surgimento sempre esteve com suas temáticas atreladas a temas históricos. No Brasil, a primeira Photo-cinematografia relacionada a temas históricos teria sido *Dona Inês de Castro* em 1909 (BERNARDET; RAMOS, 1988). Com maior ou menor frequência, temas históricos foram constantes nas produções cinematográficas no mundo todo e se estenderam para outros meios de produções audiovisuais. Esta relação despertou e ainda desperta interesses tanto de profissionais da comunicação quanto da historiografia. Porém, a relação dessas duas áreas do conhecimento, História e Comunicação, apresenta dois vieses: o olhar do historiador para os meios de comunicação e o inverso, dos profissionais da comunicação para a História.

Não pretendemos dar conta dessa temática, porém torna-se necessário e enriquecedor para esta pesquisa fazer alguns apontamentos da ótica de cada perspectiva em suas semelhanças e diferenças. Em relação aos meios de comunicação, iremos nos concentrar nas produções audiovisuais.

Aspecto em comum entre a historiografia e a produção audiovisual é que ambas são construções discursivas, mas com características bastante distintas. Tratando-se do passado, significa dizer que ambas são construções representativas e não uma recriação da verdade a ser estabelecida, ou uma reconstrução da realidade passada. Outro aspecto, agora divergente, é que historiografia deve estar totalmente comprometida com o saber científico, algo que não está como prioridade em boa parte das produções audiovisuais.

Mesmo sendo a historiografia uma construção discursiva, ela envolve práticas que devem ser compreendidas por quem a produz. Para melhor entendimento, devemos conhecer um pouco sobre como se faz a historiografia. Utilizaremos alguns dos conceitos de Michael de Certeau (1982) para demonstrar determinados aspectos que deveriam envolver a produção historiográfica. Para o autor, a operação histórica “se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (CERTEAU, 1982, p. 65. Grifos no original).

O lugar social implica em dizer que toda pesquisa historiográfica está associada a um local de produção estabelecido em determinado espaço e tempo, constituído de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Em outras palavras, a historiografia é produzida e limitada em um espaço, normalmente acadêmico, procurando repostas no passado em questões do presente, influenciado pela subjetividade do pesquisador.

Enquadrado no lugar social, para que a produção historiográfica seja aceita como ciência, deve-se seguir os procedimentos válidos estipulados por um corpo científico, por isso normalmente produzido no espaço acadêmico. Torna-se essencial a validação da produção

pelos pares ou, como Certeau (1982) apresenta, uma instituição social. Para algumas pessoas pode parecer exagero ou uma soberba dos historiadores, como se somente eles seriam capazes de produzir conhecimento histórico. Este questionamento é menos contundente quando se trata de pesquisas em outras áreas, como a da saúde, por exemplo. Para que um procedimento médico seja validado ou um novo fármaco seja aceito como eficaz, deve ser pesquisado, testado e atestado como seguro por instituições sociais da área do conhecimento em saúde. Assim como boa parte das pesquisas na área da saúde é realizada em instituições privadas e fora da academia, a produção historiográfica não precisa ser realizada exclusivamente em uma instituição universitária e por historiadores, porém estas produções deveriam seguir alguns critérios científicos para posteriormente serem validadas por instituições sociais ligadas ao saber histórico. O problema desta prática, sem a aprovação de um corpo científico, está na proliferação de produções com temas históricos totalmente ficcionais que são considerados ou assimilados como saber histórico. Robert Darton (1990) expressa bem esta situação em *Televisão: uma carta aberta a um produtor de TV*, um dos capítulos de seu livro *Beijo de Lamourette*, que consiste em uma carta resposta a um produtor de TV que lhe pediu para rever o roteiro sobre uma produção televisiva tendo como tema Napoleão e Josefina. Darton (1990) aponta vários aspectos de inconsistências históricas, inversões cronológicas, abstrações e inserções que não ocorreram, e finalmente conclui:

Como historiador, estou com aqueles que vêem a história como uma construção imaginativa, algo que precisa ser pensado e retrabalhado interminavelmente. Mas não acho que ela possa ser convertida em qualquer coisa que impressione nossa fantasia. Não podemos ignorar os fatos nem nos poupar ao trabalho de desenterrá-los, só porque ouvimos falar que tudo é discurso. A história pode ser piorada em vez de melhorada, e a pior versão de todas, pelo menos para uma nação de telespectadores, talvez seja a história como dramatização (DARTON, 1990, p. 68).

Discordamos de Darton de que a pior versão da história seja a dramatização. Acreditamos que a pior versão é a pseudo-história, que em sua versão legítima práticas sociais segregacionistas, racistas, opressoras e procuram estabelecer ou ocultar relações de dominação.

Referente ao lugar social, outros aspectos são determinantes na produção do saber histórico. Além dos métodos aprovados e exigidos por um corpo científico, encontramos limitações financeiras, as estruturas das organizações e os interesses institucionais que delimitam as linhas de pesquisa e a subjetividade do historiador inserido em um meio social em determinado tempo. Decorrente destes fatores, podemos afirmar que a produção histórica

não é neutra, as limitações e os impedimentos que o lugar social impõe, mesmo não expostos no trabalho final do pesquisador de História, estão presentes.

Certeau (1982) coloca como essencial esta relação do lugar social na produção historiográfica. “A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade” (CERTEAU, 1982, p. 76). Desta forma, o lugar social e seu entendimento é essencial para a produção da historiografia. Certeau (1982, p. 76) finaliza:

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou "edificante"), nem a-tópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade do lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda teoria. Bem mais do que isto, instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história.

Se o lugar em sua essência não é neutro, pelas particularidades por nós apresentadas de alguns conceitos de Certeau (1982), pedir a neutralidade da produção histórica ou pedir um ensino neutro de História seria negar a própria condição do saber histórico.

Porém, a operação historiográfica não se limita apenas ao lugar social, existe a prática e a escrita. Não pretendemos decorrer sobre todos os aspectos sobre a prática e a escrita, mas somente levantar alguns conceitos para entender melhor a relação História e Comunicação e suas possíveis implicações.

Em relação à prática do historiador, podemos dizer que não existirá neutralidade. Além do lugar social no qual está inserido e da sua própria subjetividade, o historiador ao praticar sua pesquisa escolherá técnicas e métodos empíricos que melhor atendam suas necessidades, escolherá os temas de sua pesquisa com diferentes enfoques, podendo ser econômico, cultural ou mentalidade. Deverá também escolher os documentos disponíveis para realizar a pesquisa. Baseado na sua subjetividade e em sua escolha teórica-metodológica, desconstruir estes documentos e reconstruí-los de forma historiográfica, associando e preenchendo lacunas com outras fontes e produções sociais do passado.

A desconstrução de uma forma simbólica (documento histórico) e reconstrução em outra forma simbólica (produção historiográfica) nos permite dizer que a historiografia é a representação do passado. Como demonstrado, mesmo marcada pelo local social, a historiografia segue critérios, limitações e validações para que seja reconhecida como conhecimento científico. Nas produções cinematográficas e audiovisuais também ocorre o mesmo processo de desconstrução e reconstrução, do roteiro, de um livro ou *remake* para a produção final. Se a temática for histórica, as representações do passado (historiografia ou

imaginário popular com mitos e lendas) serão desconstruídas e reconstruídas segundo os critérios do corpo técnico da produção e da interpretação dos atores. Diferentemente do historiador, os cineastas e os produtores não estão comprometidos com a produção do saber científico e, por isso, podem fazer alterações, inserir fatos, criar personagens, alterar nomes e descaracterizar processos históricos, tornando suas produções baseadas em fatos reais, mas completamente ficcionais. Voltaremos adiante com este assunto.

Retornando à prática do historiador, este irá procurar diante dos documentos, não apenas os aspectos coincidentes de diferentes fontes e documentos, mas também as diferenças e os deslocamentos dos padrões. As diferenças consistem tanto na diferença entre períodos temporais distintos de uma mesma temática, como as possíveis diferenças no mesmo período temporal sobre a mesma temática. Por exemplo, se o historiador está pesquisando o movimento operário brasileiro, ele irá detectar as diferenças de cada período. Os operários do final do século XIX provavelmente apresentarão diferenças e peculiaridades distintas do operário dos anos 30 do século XX, assim como serão diferentes dos anos 70. Porém, mesmo dentro de um determinado período existirão distinções e mudanças que devem ser buscadas, um grupo de operários poderia se posicionar de uma maneira e mudar seu comportamento e posteriormente retornar ao posicionamento anterior. Qual seria a razão desta mudança? Evidenciamos este aspecto da prática do historiador para deixar claro que, mais do que a regularidade e a permanência, o historiador trabalha com as diferenças dos modelos previamente estabelecidos. Por isso, deve-se ter muito cuidado com a prática que muitos leigos fazem em realizar comparações, procurando semelhanças entre períodos distintos que quase sempre acarretam em anacronismos. Esta prática é uma constante nas produções do *Brasil Paralelo*, como, por exemplo, comparar políticos da atualidade com Getúlio Vargas.

Finalmente, a última parte do que Certeau (1982) chama de operação historiográfica, a escrita. Como nas outras partes da operação historiográfica, não entraremos em detalhes, somente pontuaremos algumas características que podem ajudar no entendimento desta pesquisa e da relação da História com a Comunicação.

A escrita é o momento em que o historiador irá, baseado na prática e no local social, finalizar uma parte do processo de sua pesquisa, transformando-a em um “modelo” de entendimento de um determinado momento histórico. Neste processo, o tempo destinado à composição do texto, sua densidade, seguir-se-á mais uma vez a influência do local social e da subjetividade do historiador, que julga os aspectos mais relevantes ou que exijam mais detalhamentos. Contradições dentro do processo histórico podem ser, por exemplo, cronologicamente curtas, mas que exijam maiores distensões textuais para seu entendimento.

Ou simplesmente seja de interesse do pesquisador dar enfoque a determinados processos por entender que sejam relevantes e contribuam para o conhecimento histórico. Desta forma, além da técnica exigida, o ato de escrever também não se torna neutro pelas escolhas e pelo próprio sentido que a construção do texto pode empregar.

Reforçamos que em todo o processo de produção do conhecimento histórico não existe neutralidade. Esta “não neutralidade” não implica em dizer que haja manipulação deliberada na produção historiográfica contemporânea para atender determinados grupos ou visão de mundo. A perspectiva histórica, mesmo que venha a atender determinados interesses, deve estar pautada em documentação, em fontes confiáveis e seguindo os critérios científicos exigidos. História não é qualquer coisa referente ao passado, pode ser uma construção, uma representação, mas não é obra de ficção em que se pode criar sem fundamentos.

Nas produções audiovisuais, a prática de misturar ficção e temas históricos é corriqueira. Existindo algumas obras mais próximas da representação historiográfica e outras, como o roteiro que Darton (1990) analisou, e que resultou na carta ao produtor, são obras de ficção desconectadas de um saber histórico.

Existem diferentes intenções e objetivos quando se inicia uma produção audiovisual com tema histórico, podem estar comprometidas com o entretenimento, com visões políticas, com a propagação de um saber ou podendo abarcar outros aspectos que podem ou não ser atingidos da forma desejada. A pesquisadora Vitória Azevedo da Fonseca (2017) faz alguns apontamentos sobre as justificativas dos produtores em dois filmes brasileiros, *Independência ou Morte* (1972), de Oswaldo Massaini, e *Carlota Joaquina, a Princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati. Em *Independência ou Morte*, Massarini desejava produzir um filme grandioso ao estilo *hollywoodiano*, “tendo sido anunciado como comemorativo e que, na sua produção, serão observadas as regras da “representação verdadeira” da história” (FONSECA, 2017, p. 53). Mesmo com assessoria de historiadores para seguir a “representação verdadeira” da história, Massaini deixa claro que tem como principal objetivo a qualidade da produção cinematográfica brasileira. A produção de Camurati pretendia ser o oposto no que se refere aos padrões estabelecidos tanto na forma como nos conteúdos dos filmes históricos tradicionais. Um dos motivos que fez a produtora escolher o tema seria a falta de conhecimento da população sobre a História do Brasil. O filme apresentaria aspectos que poderiam facilitar a compreensão do Brasil no presente.

Os dois filmes apresentados e analisados por Fonseca (2017), retratam a Monarquia Brasileira, porém, produzidos em períodos distintos. “Quanto a passado versus presente, é bom dizer que o filme de tema histórico geralmente tem mais a ver com a época em que é

produzido do que com a época abordada” (TENDLER, 2001, p. 10). *Independência ou Morte* foi produzido em 1972 em plena ditadura civil-militar, aborda o tema de forma patriótica e enaltecendo as figuras históricas de maneira heroica reforçava os interesses políticos do sistema vigente, tanto que, mesmo não recebendo financiamento do Estado, recebeu apoio com espaços cedidos para filmagem e elogios de Ministro. *Carlota Joaquina* foi produzido em um período democrático, em 1995, podendo abordar o tema e a história de forma menos diletante e com personagens históricos mais humanizados em suas virtudes e defeitos.

O cinema com tema histórico dificilmente não carrega consigo teor político. Por esse motivo, sempre existiu interesse dos governos em todo o mundo pelo tema: “Este interesse governamental pelos filmes históricos não é gratuito, pois o que se deseja é uma visão de história comprometida com o ocultamento da dominação” (BERNARDET; RAMOS, 1988, p. 12). Esta afirmação de Jean-Claude Bernardet e de Alcides Freire Ramos (1988) pode ser datada do período de redemocratização e se referindo ao desejo do governo federal brasileiro em períodos não democráticos nesse tipo de produção, porém não pode ser descartado nos dias atuais. Entretanto, a produção pode atender visões políticas divergentes às do governo, como uma forma de crítica e protesto.

A complexidade de interesses na produção audiovisual com tema histórico pode ser evidenciada através da análise que Robert Darton (1990) faz sobre o filme *Danton* e suas implicações. O filme é lançado em janeiro de 1983 e conta o embate entre Georges Jacques Danton e Maximilien Robespierre pelo fim ou continuidade do Terror em meio à Revolução Francesa. A produção e direção estão a cargo do polonês Andrzej Wajda.

Para entendermos as polêmicas que o filme trouxe em território francês, Darton (1990) aborda sobre o momento político da França e da Polônia, não de forma detalhada, mas evidenciando alguns pontos. Na França, François Mitterrand alinhado à esquerda foi eleito com o apoio dos socialistas e comunistas franceses. A Polônia era uma ditadura comunista alinhada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, encabeçada pelo Primeiro Ministro Wojciech Jaruzelski e que encontrava forte oposição do Solidariedade, sindicato fruto da união de vários sindicatos, liderado por Lech Walesa. A polêmica sobre o filme se instaura principalmente pela forma como retratam o conflito entre Robespierre e Danton e os próprios personagens. O filme de Wajda coloca Danton como personagem principal, desagradando parte de historiadores e políticos de esquerda franceses que possuem Robespierre como símbolo revolucionário e a principal figura da Revolução Francesa. Robert Darton (1990) aponta vários aspectos e características positivas e negativas que os personagens apresentam no filme, porém destaca que Danton é privilegiado nesta construção. O filme desagradou o

governo, políticos alinhados à esquerda e parte dos historiadores pela percepção de que se tratava de um ataque à própria esquerda e que os alunos das escolas poderiam ter uma visão distorcida dos personagens por pouco saberem sobre eles⁹. Mitterrand pede que se reavalie o currículo escolar de História na França e vários políticos e historiadores de esquerda começam a criticar o filme e a expor suas incoerências históricas.

Robert Darton (1990) endossa que realmente existem problemas no que tange aos fatos históricos no filme e faz uma suave crítica aos currículos pedagógicos de História que desprezam os fatos. Porém, endossa que o maior problema da causa das indignações está na interpretação política, na disputa simbólica de poder. Wajda faz uma analogia entre Robespierre e Danton como o mundo do Leste e o ocidental (DARTON, 1990, p. 53). O historiador apresenta vários aspectos no filme que podem corresponder a essa analogia. Danton representando uma burguesia decadente e incapaz de convencer e reverter o Terror, da mesma maneira, seria a sociedade capitalista decadente e sua incapacidade de intervir na situação da Polônia. Robespierre pregava o Terror, a eliminação dos contrarrevolucionários e impedia a liberdade de expressão, assim como ocorria na Polônia de Jaruzelski. Ou poderia se associar Robespierre e suas medidas revolucionárias à ditadura do proletariado leninista.

Após os apontamentos e críticas, como a visão ortodoxa da Revolução Francesa pelos historiadores franceses, ou a visão de mundo dos intelectuais de esquerda na Europa, Darton (1990) finaliza que a ambiguidade do filme permite visões e interpretações distintas e que provavelmente foi visto de forma diferente em Paris e Varsóvia.

O texto de Robert Darton (1990) torna-se interessante por levantar vários aspectos referentes à relação História/Comunicação e à própria pesquisa. A asserção de que o filme com tema histórico reflete mais sobre o contexto sócio-histórico que foi produzido do que sobre o próprio período retratado se confirma. Reforça que a apropriação da produção também dependerá dos referenciais do espectador, através do seu conhecimento prévio, experiência e contexto sócio-histórico. A questão do conhecimento prévio abarca a parte do conhecimento apreendido no sistema educacional, ou seja, nos casos de filmes que retratam temas históricos, o aspecto conhecimento/ignorância será essencial para o entendimento crítico da obra, implicando na importância do ensino de História de qualidade.

Outro aspecto importante que se destaca no texto é a formação de figuras míticas que surgem através de determinada perspectiva histórica e depois são apropriadas por

⁹ Cabe um parêntese, neste caso, para explicar o motivo dos alunos não saberem exatamente quem eram os personagens. O ensino de História na França naquele momento deixava em segundo plano o estudo de fatos e da cronologia, assim como dos personagens históricos.

determinados grupos. Darton (1990) está falando de Robespierre apropriado por segmentos da esquerda marxista como símbolo revolucionário, porém esta prática ocorre com diferentes segmentos da sociedade e visões políticas distintas, alinhadas a espectros da direita e da esquerda. A crítica da visão histórica ortodoxa sobre a Revolução Francesa com Robespierre mitificado se estende a toda historiografia que se baseia em figuras históricas retratadas de maneira a mitificá-las. A historiografia moderna não descarta a importância das figuras históricas, mas as retrata da maneira mais humanizada possível, com defeitos e virtudes, não de forma diletante e heroica.

Devemos salientar um aspecto que não está relacionado diretamente à questão da relação da História com a Comunicação, mas que se torna bastante evidente no texto de Robert Darton (1990). Mesmo este não sendo o enfoque, retrata a pluralidade dos espectros da esquerda política. Este aspecto é importante porque durante as análises dos discursos que apresentaremos neste trabalho, encontraremos de forma constante a intencionalidade de retratar a esquerda como única e uníssona. O texto apresenta a complexidade e a pluralidade de diferentes espectros da esquerda. Temos no mínimo três posições de esquerda distintas no texto. Os políticos franceses e o próprio Primeiro Ministro François Mitterrand, Wajda e o Solidariedade, e a esquerda dos países alinhados a União Soviética, neste caso a Polônia de Jaruzelski. Parte da esquerda francesa, incluindo o próprio Mitterrand, é simpático à Wajda e ao Solidariedade em sua luta na Polônia, e apoiam a produção do filme. Wajda usa Robespierre, um símbolo da esquerda francesa, para realizar crítica ao sistema político na Polônia comunista e por este ser também um símbolo revolucionário para os países do Leste Europeu. Como se pode perceber, existe uma complexa relação de interesses, visões de mundo e apropriações simbólicas de entrelaçamento e repulsa. A esquerda não é monolítica e uníssona.

Retornando às intencionalidades das produções audiovisuais, mas saindo da esfera política e entrando na econômica, os filmes visam lucro, com exceções de produções institucionais e educacionais que visam o saber. A crítica que realizamos não está propriamente no lucro, mas no fato que para tornar o filme com tema e pretensão de narrativa histórica mais atrativa comercialmente, realizam-se distorções que descaracterizam fatos, personagens e processos históricos.

O espectador deve estar atento e crítico às produções audiovisuais com narrativa histórica em relação às possíveis intencionalidades da produção, sejam econômicas, políticas, de entretenimento ou pretensamente o compartilhamento de um saber. O não questionamento

sobre o filme pode levar o espectador a acreditar que uma narrativa ficcional seja realmente parte de um processo ou acontecimento histórico.

Ramos e Bernardet (1988) fazem distinção de dois gêneros de filmes com temática histórica, o filme histórico naturalista e o filme documentário. O filme histórico naturalista oferece aos espectadores a ilusão de estarem em fatos narrados, no entanto, toda produção carrega consigo o ficcional. Também não apresenta a divergência histórica, tornando-a a única versão dos fatos. O filme documentário tem como característica aparentar maior veracidade, principalmente quando apresenta imagens dos fatos ocorridos. No entanto, os autores lembram que os documentários não deixam de ser uma construção de interpretação da realidade e que as imagens podem ser colocadas fora de contexto. Nos documentários são comuns entrevistas e depoimentos que por mais sinceros que possam ser os depoentes ao estarem diante de uma câmera, existe um ato de interpretação. Para Ramos e Bernardet (1988), o maior problema do filme documentário é a veracidade da fonte, se não está havendo manipulação “criativa” com intenção de distorcer os fatos. Os filmes documentários possuem a capacidade discursiva que tende a construir realidade ao invés de simplesmente reproduzi-la, justamente pela característica de aparentemente estar apresentando a “verdade”. Provavelmente por esse motivo que o *Brasil Paralelo* trabalha com o formato de filme documentário.

Nesta parte do trabalho, levantamos alguns aspectos que assemelham e diferenciam o olhar dos profissionais de história sobre as produções audiovisuais e a perspectiva do produtor, profissional da comunicação, sobre a História.

O professor de História pode utilizar produções audiovisuais como complemento na construção do conhecimento do aluno, seja filme documentário ou filme histórico naturalista. As finalidades são múltiplas, o filme pode refletir a visão de mundo de parte da sociedade no período em que foi produzido para demonstrar a reprodução de como deveria ter sido determinado período histórico, locais geográficos, monumentos e locais de memória, entre outras. Porém, sempre pontuando eventuais desvios históricos, lacunas ou interpretações que possam surgir.

Para o pesquisador de História contemporânea, as produções audiovisuais são excelentes documentos históricos, principalmente no que se refere a retratar o momento político e social em que foi produzido.

A História para o produtor audiovisual serve principalmente como fonte de inspiração criativa, seja qual for a intencionalidade, se de entretenimento, político, financeiro ou

conhecimento. Posteriormente, esta mesma produção potencialmente servirá como documento histórico para futuros historiadores.

Expandindo as fronteiras das produções audiovisuais, as relações entre Comunicação e História tornam-se mais próximas, apesar de serem ciências distintas. A historiografia é um ato de comunicação, de informar e proporcionar conhecimento de um passado para o presente e futuro, baseado em uma série de documentos, entre eles registros orais e escritos. A comunicação é por excelência um processo de produção de registros dependentes do interdiscurso de um passado e do efêmero presente. A História possivelmente possa ser mais dependente das falas, escritas e processos de comunicação remanescentes dos humanos do passado. A Comunicação, apesar de necessitar do passado para a construção do discurso e dos sentidos, pode existir sem a História, mas sem dúvida torna-se muito mais empobrecida.

Este aspecto cíclico faz com que a série *Brasil - A Última Cruzada*, e demais produções do *Brasil Paralelo*, torne-se importante fonte documental da visão de mundo dos *conservadores-liberais* para os historiadores futuros sobre o momento histórico hoje vivenciado.

5 O BRASIL PARALELO E SUA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Nesse capítulo, apresentaremos brevemente a empresa *Brasil Paralelo* e a sua proposta de revisão sobre a historiografia brasileira por meio de um resumo sobre os seis capítulos da série *Brasil – A Última Cruzada*.

5.1 A empresa

Para se estabelecer o sentido em uma situação de comunicação, devemos compreender quais são e quem são os agentes desse processo. Segundo Charaudeau (2016), existem quatro agentes nesse processo. O *Eu comunicador* ou locutor que é o agente pensante e que elabora o discurso. O *Eu enunciador* que está sempre presente e se mostra na situação da comunicação, é o agente da fala. O espectador que se divide em dois agentes, o primeiro é o *destinatário*, agente idealizado pelo interlocutor como o que compreenderá e irá aceitar a mensagem em sua totalidade. O outro é o *receptor*, o sujeito interpretante que irá deliberar e se apropriar, ou não, da mensagem enviada. O *Brasil Paralelo*, como empresa, é considerado neste trabalho como *Eu comunicador* e seus depoentes o *Eu enunciador*. Essa distinção se faz necessária por entender-se que por mais que seus depoentes tenham intencionalidades em seus discursos, o processo de edição pode alterar o sentido pretendido pelo depoente em favor do sentido pretendido pelo *Brasil Paralelo*. As análises serão sobre a empresa *Brasil Paralelo* que se utiliza do *ethos* de seus depoentes para legitimar a relação de superioridade em relação ao espectador, por tentar se mostrar como portadora de um conhecimento que o *receptor* não possui.

O *Brasil Paralelo* apresenta seu primeiro vídeo no YouTube em dezembro de 2016, com o primeiro capítulo da série *Congresso Brasil Paralelo*, intitulado *Panorama Brasil – Um raio X*. Segundo Filipe Valerim, um dos fundadores, em entrevista ao Boletim da Liberdade¹⁰, publicada em 19 de julho de 2018, o projeto começou com um grupo de jovens que perceberam que havia um “despertar de consciência política” após a reeleição da Dilma Rousseff em 2014. A ideia inicial seria entrevistar profissionais contrários à política vigente e disponibilizá-las on-line e ao vivo, cobrando uma taxa para aqueles que quisessem assisti-la novamente. O nome surgiu da associação que tiveram com o filme “Interstellar” de Christopher Nolan, no qual o protagonista deve procurar outro planeta para salvar a humanidade e o encontra após atravessar um “buraco de minhoca”¹¹ em um universo paralelo.

¹⁰ Veículo jornalístico *on-line* que segue a linha editorial conservadora-liberal.

¹¹ Teoria da possibilidade do salto no espaço/tempo através de um portal, percorrendo grandes distâncias em curto período de tempo ou viajando para outras dimensões.

O *Brasil Paralelo* seria o buraco de minhoca que levaria as pessoas a uma realidade diferente daquelas das grandes mídias e, na perspectiva dos produtores, salvando-as.

Valerim conta que a estrutura era pequena, com duas câmeras emprestadas, dinheiro emprestado a juros para viagens e uma pequena sala de seis metros quadrados alugada. Percebe-se que as produções realmente foram ganhando qualidade técnica no decorrer do tempo, porém o que chama a atenção foi o acesso às pessoas entrevistadas. Segundo Valerim, conforme conseguia entrevistar uma pessoa, ela iria facilitando o acesso a outras. Se realmente existia falta de capital financeiro, capital político ou social, o grupo possuía mesmo sendo por intermediários, pois alguns dos participantes são deputados, senadores, artistas, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que concederam entrevista ou deram algum depoimento.

Após conseguirem gravar com 86 “especialistas”, perceberam que o formato deveria ser alterado, pois algumas entrevistas possuíam mais de duas horas com assuntos diversos. O formato foi alterado para documentário de maneira “que conectassem as diferentes pautas sobre a situação política do Brasil em uma narrativa didática, mas que também fosse comovente” (VALERIM, 2018). A quantidade de entrevistados, antes mesmo de o material ser publicado, reforça a tese de que o grupo possuía capital social e político para realizar o projeto.

O próprio grupo se apresenta como empresários, que o *Brasil Paralelo* é uma empresa com capital privado e que se sustenta e gera lucro por meio das vendas de assinaturas para conteúdos exclusivos. São contra grandes investidores, patrocinadores ou de incentivo estatal, pois isso poderia ser um entrave na autonomia e isenção. Segundo informação dada na entrevista, até aquele momento a empresa contava com 30 pessoas trabalhando, divididas em administrativo financeiro, relacionamento com parceiros e membros, marketing, pesquisa e produção, sendo a última a maior área.

As pessoas que assinam, além de terem acesso ao conteúdo e aulas exclusivas para membros, também podem participar de grupos fechados de debates com temas relacionados às séries. A estimativa do grupo é de que para cada assinante, mil pessoas possuem acesso aos conteúdos gratuitos. Os assinantes, nessa narrativa, são importantes para ajudar a financiar suas produções, que, segundo o *Brasil Paralelo*, possuem a capacidade de expandir a consciência dos espectadores.

Os quatro valores da empresa, liberdade, verdade, arte e ambição, são determinantes tanto no que se refere à linha editorial quanto à seleção dos colaboradores. A liberdade refere-se às livres escolhas e as responsabilidades individuais. A verdade é considerada objetiva, não

sendo relativa e um objetivo inesgotável. A arte é a linguagem que não se expressa pela razão, seria a linguagem da emoção. A ambição está relacionada à meritocracia, acreditam que qualquer conquista sem mérito é fugaz.

Referente à escolha dos entrevistados:

Quanto à seleção do elenco de entrevistados, cada caso é um caso. Geralmente somos orientados pelo nível de especialidade e a capacidade de expressão dos entrevistados para abordar os temas que serão tratados no documentário. Três atributos que perseguimos na hora de selecionar entrevistados e produzir as séries são: Didática, storytelling e design. Acreditamos que esses três elementos são fundamentais para transmitir a mensagem com eficiência (VALERIM, 2018).

Apesar do nível de especialidade orientar na escolha, parece perder espaço ou importância para a didática, *storytelling* e *design*. No caso da série *Brasil – A Última Cruzada*, que se propõe a narrar uma “nova historiografia”, apenas dois entrevistados possuem produções com alguma relevância historiográfica, Jorge Caldeira e Alberto da Costa e Silva. Outros dois com pesquisas acadêmicas em História, Flavio Alencar e Valdirene Ambiel, além de mais dois ou três professores supostamente formados em História os demais são jornalistas, escritores, economistas, cientistas políticos, professores de outras áreas correlatas, como sociologia e filosofia, ou de áreas diversas, como yoga, ou seja, muito pouco para querer desqualificar a historiografia vigente e implantar uma nova historiografia. Para propor uma nova historiografia, seria esperada uma abordagem de pesquisa científica realizada com especialistas e pesquisadores da área, que pudesse contradizer a vigente, eventualmente pautada por especialistas de outras áreas do conhecimento que contribuíssem no desenvolvimento da pesquisa, como economistas e cientistas políticos. Porém, o excerto da entrevista deixa claro que o conhecimento específico sobre o tema que o entrevistado irá abordar não encontra respaldo em um currículo acadêmico ou intelectual. Fica-se com a sensação de que no caso da série *Brasil – A Última Cruzada* o interesse não está em ampliar o conhecimento histórico do espectador, mas transmitir a mensagem com eficiência do *ticket conservador-liberal*.

Dentre os entrevistados estão personalidades conhecidas e associadas ao pensamento conservador e liberal, como integrantes do Instituto Mises e da família real, Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Leandro Narloch, Rodrigo Constantino, entre outros.

A empresa deseja ampliar o negócio para dinâmicas presenciais, mas ainda está estudando e aprendendo o modelo e o formato adequado, pretendendo manter a produção via internet como o carro chefe. O *Brasil Paralelo* também realiza algumas transmissões ao vivo

via internet sobre temas que acreditam ser pertinentes ao propósito do grupo, permitindo uma forma mais dinâmica e rápida na produção de informação em relação aos documentários.

Em matéria do jornalista José Fucs¹², publicada no jornal O Estado de São Paulo em março de 2017, a empresa teria faturado 1,5 milhões de reais nos seis meses iniciais de existência. Questionado pelo Boletim da Liberdade sobre os valores, Valerim brinca que foi muito mais e que existe muita especulação sobre o faturamento do *Brasil Paralelo*. Confirma apenas que os valores foram suficientes para cobrir os custos da produção da série *Brasil – A Última Cruzada*.

A mentalidade do grupo se expressa de forma bastante clara em suas produções. Os seis capítulos da primeira série produzida, *Congresso Brasil Paralelo*, demonstram algumas das perspectivas de mundo e de como se posicionam. O foco central argumentativo tange a esfera econômica, defendendo as pautas do pensamento liberal, de livre iniciativa, Estado mínimo, livre mercado, menor taxaço, desburocratização etc. Pregam o nacionalismo e propõem uma nova historiografia que forneça orgulho ao brasileiro. São favoráveis ao Escola sem Partido, ao porte de arma e outras pautas conservadoras. Imputam todo mal da sociedade atual às iniciativas que se posicionam à esquerda ou que a elas estejam associados. Os grandes veículos de comunicação são criticados e desacreditados, como manipuladores e muitas vezes associados com a esquerda. De forma resumida, defendem a pauta *conservadora-liberal*.

Suas produções possuem duas estruturas de lógica narrativa que compõe o *ticket conservador-liberal*. A primeira seria a de criar um inimigo a ser combatido, nesse caso, a esquerda e tudo que possa a ela ser associado, mesmo que não seja. No episódio três da série *Congresso Brasil Paralelo*, intitulado *As raízes do problema – Como chegamos até aqui?*, o foco está em imputar os problemas políticos e sociais ao pensamento marxista e ao comunismo. Constrói-se a narrativa principalmente demonstrando o regime opressor que existiu na União Soviética e o quão maligno os pensadores de esquerda podem ser. Chegam a citar Saul D. Alinsky, que atribuiu a Lúcifer o título de primeiro radical ao querer romper com o *establishment* imposto por Deus. De forma generalizada, as ações e pensamentos negativos apontados pelo grupo são atribuídos a qualquer pessoa ou pensamento análogo à esquerda oupositor ao pensamento *conservador-liberal*. Para eles, a esquerda e os sistemas políticos associados são atrelados a algo ruim, maligno e até mesmo assassino¹³ e a direita

¹² Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-maquina-barulhenta-da-direita-na-internet,70001714254>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹³ O jornalista Diego Casagrande no episódio 3 “*A raiz do problema – Como chegamos até aqui?*”, aos 12’20” aproximadamente, descreve os sistemas socialistas e comunistas, como uma de suas características, como assassino.

conservadora-liberal como o ideal de sociedade. Esse maniqueísmo torna-se estruturante em todas as produções do grupo.

A segunda estrutura lógica baseia-se em vender as ideias que interessam aos grupos *conservadores-liberais*, como o fim de políticas de equidade social, livre mercado, Estado mínimo e controle sobre a informação. O potencial ideológico, baseado em Thompson (2011), concentra-se principalmente nessa segunda estrutura lógica, pois combatendo políticas de equidade social, as relações assimétricas de poder se estabelecem e, perdurando, tornam-se relações de dominação.

Consideramos que o *Brasil Paralelo* é uma empresa de comunicação destinada a produzir e veicular propaganda dos ideais elaborados nos *think tanks* conservadores e liberais como, por exemplo, os Institutos Mises e Millenium ou em congressos e encontros como a Cúpula Conservadora nas Américas. As ideias e estratégias produzidas nessas instituições e congressos de alguma maneira deveriam extrapolar as fronteiras e não influenciar apenas os seus participantes e integrantes. Como mencionado no capítulo anterior, os *think tanks* *ativistas* possuem como uma de suas finalidades a propagação de seus ideários. A internet foi o meio de encontrar novos adeptos, contando com blogueiros, youtubers e os mais diversos influenciadores digitais, que mesmo aparentemente trabalhando de forma isolada, sempre abordam os mesmos temas e ideias idênticas ou muito similares. Este bloco de ideias produzidas e propagadas é o *ticket think conservador-liberal*, que chamaremos apenas de *ticket conservador-liberal*.

5.2 A proposta do passado e os resumos dos capítulos

“Buscando pelas origens, o indivíduo torna-se caranguejo. O historiador olha para trás; por fim, ele também acredita para trás” (FRIEDRICH NEITZSCHE, 2017, p. 11).

O aforismo retirado do *Crepúsculo dos ídolos*, de 1888, representa, em certa medida, como a historiografia era produzida no século XIX e início do século XX. Como ciência, a História procurava a consolidação se apropriando de métodos positivistas, que somente no século XX se mostraram inadequados. Politicamente, tinha a função de criar o mito de origem dos Estados Nacionais existentes, principalmente dos novos. Dentre os objetivos dessa historiografia estava a busca por heróis e fatos grandiosos que atribuíssem à origem desses Estados um passado glorioso a ser resgatado e seus valores implementados no presente. Por isso que Nietzsche afirmava que o historiador acreditava para trás, pois o futuro do país estava pautado pela grandiosidade de seu passado.

A proposta que o *Brasil Paralelo* oferece na série *Brasil – A Última Cruzada* está pautada nessa perspectiva ultrapassada do século XIX e início do século XX, baseada em mitos de origem, heróis e um passado glorioso para legitimar pensamentos e ações presentes que atendam aos interesses dos grupos conservadores-liberais. Para confirmar a asserção, faz-se necessário melhor explicação e entendimento sobre a historiografia do século XIX.

Politicamente, o mito de origem, além de criar um sentimento de nacionalismo, tem a finalidade de criar a identidade nacional, o mito que une as pessoas em uma mesma origem, um passado em comum e legitima o poder das classes governantes. No caso brasileiro não foi diferente. “O Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro” (REIS, 2007, p. 26). Para se criar a narrativa do mito de origem, da identidade nacional e legitimar o poder do imperador D. Pedro II, foi criado em 1838/1839 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo Manoel Salgado Guimarães (1988, p. 4), o IHGB possuía como projeto:

[...] dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia.

Em 1840, o instituto criou um prêmio para quem escrevesse o melhor plano na elaboração da historiografia brasileira. O texto premiado foi “Como deve ser escrita a História do Brasil”, do botânico e viajante alemão Karl Phillip von Martius. A monografia, que foi publicada na revista do IHGB em 1845, tornou-se estruturante nas produções historiográficas posteriores, principalmente na futura construção do mito da democracia racial¹⁴ e mescla de raças.

A historiografia pautada pela mescla das raças deveria ter seu foco no português civilizador, na sua coragem, na sua fé cristã católica e na relação com a Igreja. As demais “raças desamparadas” deveriam ser defendidas pelo historiador, porém como aquelas que deveriam seguir o exemplo dos portugueses, os bons selvagens eram aqueles que partilhavam de seus valores.

O historiador José Carlos Reis (2007) evidencia uma importante questão levantada por Von Martius, que não caberia à historiografia atual, mas que seria abordada por todos os principais historiadores brasileiros no século XIX, de Varnhagem até Gilberto Freyre no

¹⁴ A democracia racial se consolida somente no início do século XX, principalmente com as obras de Gilberto Freire, que se baseia no conceito da mescla racial harmoniosa. Reis chega a dizer que Freire seria um neovarnhageano.

século XX, em relação ao negro. “O Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos?” (REIS, 2007, p. 27). Para todos os historiadores anteriores a Freyre, a resposta sempre foi que a vinda dos negros teria sido pior para o desenvolvimento do Brasil.

A questão de Von Martius ganha resposta diferente com Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, que responde positivamente à introdução dos negros ao Brasil. Em sua perspectiva, o encontro das três raças foi fraterno, generoso e democrático, evidenciado pela miscigenação.

Freyre sabia dos conflitos e contradições, sua justificativa era que apenas queria demonstrar como os indivíduos sobreviviam a essas situações¹⁵, porém fez de forma a harmonizar as divergências e as tensões. O domínio português foi o início de uma relação, mesmo com uso da força, que seria fraterna, misto de amor e ódio. A violência sexual na relação de escravidão poderia se tornar afetuosa. A miscigenação ocorria pelo fato do português não ser etnicamente e culturalmente puro devido à dominação muçulmana na Península Ibérica. Este aspecto, que até então era considerado negativamente pelas elites como empobrecimento da raça passa a ser colocado positivamente por Freyre. Para Reis (2007, p. 55) “O livro genial de Freyre renovou a visão do Brasil das elites em crise”. A narrativa sedutora enobrece a elite conservadora e fortalece as relações de dominação, notabilizando o caráter político de sua obra. O mito da democracia racial baseia-se principalmente nessa perspectiva que Freyre traz, com a mudança do sentido de negativo para positivo da introdução dos negros no Brasil e de miscigenação harmoniosa entre índios, brancos e negros. Essa perspectiva ainda está presente em boa parcela da população que não percebe o racismo como estruturante nas relações sociais brasileiras, pois o mito da democracia racial mascara as relações de dominação étnicas.

Na sequência, seguem os resumos dos capítulos da série *Brasil – A Última Cruzada*, que evidenciam alguns dos aspectos acima mencionados, como o racismo mascarado pela mitologia da democracia racial, e a criação de heróis que se tornam exemplos de comportamento e ideais a serem seguidos. São seis capítulos que totalizam quase sete horas de material audiovisual que abordam o período da dominação muçulmana na Península Ibérica no início do século VIII até a primeira metade do século XX com a era Vargas. Seria impossível, em um período extenso como o proposto, oferecer uma perspectiva sobre o passado de forma plena nas quase sete horas de vídeo, sendo necessárias escolhas, recortes e

¹⁵ A justificativa de Freyre foi retirada da nota de rodapé do livro *Claros e Escuros* de Muniz Sodré (2015 p. 115), na qual consta o depoimento do Prof. Emmanuel Carneiro Leão.

abstrações. Justamente nessas escolhas, abstrações e como se faz a construção dessa narrativa, que podemos detectar a mobilização dos prováveis sentidos pretendidos pelo grupo para atingir um público também escolhido, aquele que pouco sabe sobre História, e vender o *ticket conservador-liberal*.

O primeiro capítulo intitulado *A cruz e a espada* possui como temas principais a construção do Estado de Portugal através da reconquista do território dominado pelos muçulmanos e as grandes navegações. Enfatizam a importância em realizar a apologia aos heróis nacionais e não somente às belezas naturais. Dessa forma, reforçaria a identidade nacional por meio da História e forneceria as especificidades e as características únicas do povo, assim como a proposta do IHGB no século XIX.

Os Templários ganham destaque na narrativa não somente pelas Cruzadas no Oriente, mas por ajudarem na reconquista do território português e na fundação do Estado junto ao rei Dom Afonso Henriques, um templário. Portugal torna-se o refúgio da Ordem quando extinta e perseguida pelo Papa Clemente V e pelo rei da França, Felipe o Belo. Da Ordem dos Templários origina a Ordem de Cristo e seus bens e riquezas financiaram o reinado português e as expansões marítimas.

Os muçulmanos são retratados como ameaçadores, violentos, traidores, sem virtudes e malignos, tornando-se a maior ameaça à civilização ocidental. Em contrapartida, Portugal é reverenciada como desenvolvida, com grandes conquistas políticas, como o Tratado de Tordesilhas, e composta por homens corajosos que se lançaram ao mar. Os comandantes das tripulações como Cabral, Grão Mestre da Ordem de Cristo, e Vasco da Gama são enaltecidos.

As navegações são colocadas como uma necessidade do povo português em expandir e conquistar, como processo de continuidade da guerra e expulsão dos mouros. Teriam caráter comercial e militar além de, segundo essa narrativa, buscar a Terra Prometida. O descobrimento do Brasil tem sua grandeza amplificada pelo sucesso dessa busca.

No primeiro capítulo fica evidente a relação com a mentalidade historiográfica proposta por von Martius, colocando os portugueses como grandiosos, virtuosos, heroicos e exemplos de civilização, o que proporcionaria uma origem e um passado glorioso ao país e à nação brasileira. O português civilizador tem papel central.

O segundo capítulo intitulado *A Vila Rica*, com quase uma hora e dez minutos de produção, enfoca a chegada do português no território que se encontra hoje o Brasil e todo o período colonial. Na perspectiva da série, o Brasil teria surgido no instante em que os portugueses encontraram os índios, pois os dois agentes não seriam mais os mesmos, essa visão desconsidera a formação do país como um processo.

Existe uma narrativa sobre a história da migração dos seres humanos pelo planeta, da chegada ao continente americano e do reencontro dos isolados povos pré-colombianos com os europeus após milênios, pareceria o “milagre da vida e da persistência em sobreviver” (BRASIL PARALELO, 2017b). Toda essa narrativa, principalmente do “isolamento”, serve para posteriormente afirmar que os povos isolados “emburrecem¹⁶” e se tornam pobres culturalmente, ou seja, essa é a perspectiva adotada pelo grupo em relação aos povos nativos na América.

Os povos indígenas são retratados constantemente como selvagens, violentos, pobres culturalmente e canibais. Entretanto, o encontro teria sido benéfico para ambos os povos, pois para os índios o contato com os portugueses também teria sido uma descoberta. Os índios que se aliaram aos portugueses teriam se beneficiado pelo risco que corriam no confronto contra outras tribos violentíssimas que os escravizavam e matavam. As trocas de produtos entre índios e portugueses também teriam sido benéfica a ambos. Consequentemente, seria errada a versão anterior da História em que o português teria exterminado o índio.

As capitanias hereditárias teriam importância para o estabelecimento das pessoas na colônia para proteger as riquezas encontradas e não em explorá-las. Teria a função de proteção e não exploração.

As eleições nas vilas são enaltecidas como processo democrático para resolver os problemas locais, herdados da cultura portuguesa que possuía esse costume. Essa democracia privilegiava o empreendedorismo, o que teria facilitado a construção dos engenhos de açúcar, mesmo com apenas duas capitanias possuindo êxito inicial. Os índios são colocados como inimigos desse empreendedorismo, pois atacavam e destruíam os engenhos.

O conflito foi em parte resolvido diplomaticamente entre os portugueses e indígenas com a ajuda dos jesuítas que atuaram no processo de paz e de civilização do índio. Segundo a narrativa, “não seria a primeira vez que o homem percebia que as pessoas não nasciam cultas e que era necessário educá-las para uma vida melhor” (BRASIL PARALELO, 2017b). A educação seria feita por religiosos desde a Idade Média, assim como os jesuítas fariam com os índios, pois possuíam a vocação para a educação. Atingia, dessa forma, três interesses, civilizar o índio para os portugueses, expandir a influência da Igreja Católica para o além-mar e educar, atendendo o desejo e vocação dos jesuítas. A religião é colocada como o princípio fundamental da cultura, dessa forma, o jesuíta trouxe o germe da cultura ocidental para o território brasileiro. Os jesuítas interagindo com diferentes povos e civilizações no globo

¹⁶ Termo utilizado por Leandro Narloch em seu depoimento para se referir aos povos nativos das Américas.

aprendiam e ensinavam, porém a série enfatiza o caso brasileiro, que teria levado uma cultura local que estaria no paleolítico para o barroco em vinte anos.

A série aborda a escravidão de forma rápida. Enfoca a narrativa no continente africano e no Islamismo como altamente escravocrata. Não se comenta sobre a escravidão indígena. Afirmar que não havia racismo na escravidão brasileira, e que foi somente uma questão de oportunidade. Dessa forma não haveria necessidade de reparações históricas.

Na sequência falam rapidamente sobre os governos de Duarte da Costa e de Mem de Sá e da União Ibérica para chegar à invasão holandesa em Pernambuco. A série enfatiza que os holandeses não civilizaram a região e sim dominaram uma região já civilizada pelos portugueses. Na retomada, os brasileiros sozinhos lutaram e expulsaram os holandeses com um exército formado por índios, portugueses e negros, que lutaram juntos, reforçando a ideia de democracia racial. A batalha dos Guararapes seria uma batalha entre católicos contra protestantes e judeus. Esse momento seria o “desabrochar da brasilidade e da nacionalidade”.

Os bandeirantes são retratados como empreendedores, aqueles que em suas buscas fundaram Vila Rica e levaram para o interior do país a religião, o idioma e o início da identidade nacional.

O período do governo do Marquês de Pombal é criticado pelo seu comportamento iluminista e perseguição aos jesuítas. Sem os jesuítas, várias regiões da colônia ficaram estagnadas, sem escolas e educação. A educação, segundo a narrativa, teria se estatizado, o que seria um perigo, pois cria cidadão para o Estado. Em determinado trecho da narrativa, a formação da cidadania é colocada como algo perigoso, pois estaria associada a um Estado que forja mentalidades. O período seria um retrocesso no desenvolvimento cultural do Brasil. Pombal é retratado como corrupto, estatizador e interventor na economia. A Inconfidência Mineira seria fruto da revolta pela política aplicada por Pombal, principalmente pela cobrança do quinto.

O capítulo todo de *Vila Rica* endossa a mentalidade do século XIX, enaltecendo a harmonia das três raças, tendo o português o papel principal como civilizador, corajoso e cristão. Tanto o índio como o africano poucos papéis desempenham nessa visão de mundo. O racismo torna-se evidente pelo modo como retratam o índio e o processo de escravidão. A religião cristã, católica, é evidenciada e torna-se a referência cultural, assim como deveria ser na historiografia proposta no IHGB.

O capítulo seguinte é intitulado *A Guilhotina da Igualdade*. No enunciado declara-se que este seria o capítulo mais importante, a chave para entendermos a política brasileira até os dias atuais. O tema abordado é a Revolução Francesa e a chegada da família real ao Brasil. O

discurso está voltado aos aspectos considerados negativos da Revolução, no quanto foi violenta e que foi um movimento que manchou com sangue a história da civilização, tendo reflexos no Brasil.

A narrativa parte do período absolutista, colocando brevemente algumas características do sistema e apontando Luiz XVI como o ápice dos desmandos políticos e econômicos. A reação a essa política do imperador francês seriam as reuniões e o surgimento de pensadores opositores como Rousseau, Voltaire e Diderot que propunham uma nova era na qual a prosperidade e a propriedade privada destruíam o caráter da humanidade. A produção das enciclopédias e dos livros Iluministas são os pontos de partida da Revolução.

O pensamento iluminista é criticado por desconsiderar as tradições e substituir a religiosidade pela razão, pela secularização da cultura. O contra-argumento teria sido apresentado pelos ingleses, no qual a forma de pensar revolucionária rompia com os direitos naturais à vida, à propriedade e à busca pela felicidade. Na fala de Olavo de Carvalho afirma-se que existe grande distinção entre os pensamentos de John Locke e dos pensadores franceses, porém não menciona-se a parte em que Locke fala que o povo possui o direito de se rebelar contra um governo tirano. Olavo menciona o horror que os ingleses viam a Revolução Francesa devido à violência e diz que na Inglaterra também houve banho de sangue, mas, segundo ele, uma coisa era matar católico, outra era matar todo mundo.

Robespierre é qualificado como o homem que causa calafrios na história da humanidade. Descrevem brevemente sobre a Assembleia Nacional Constituinte Francesa de 1789 e sobre a divisão entre esquerda e direita, jacobinos e girondinos respectivamente. Posteriormente, citam algumas frases de Robespierre referentes ao terror e de como ele a usara de forma a atemorizar a população e forçá-la a aderir à causa revolucionária.

O Período do Terror, causado por Robespierre e demais revolucionários, enfatiza a perseguição e a morte de mais de quarenta mil pessoas, inclusive a do rei e a da rainha. Essa postura colocada como um governo sem limites, pelo *Brasil Paralelo*, acaba sendo utilizada na narrativa para definir o que é a esquerda até os dias atuais. Segundo Flávio Mongenstern, a definição da esquerda se faz com a frase: “Precisamos enforcar o último rei nas tripas do último padre” (BRASIL PARALELO, 2017c).

A narrativa coloca José Bonifácio como o homem que por ter vivido na França no período revolucionário seria aquele que pregaria a prudência, que alertou para o que os ingleses ensinaram e que seria a pessoa capacitada com conhecimento e prática para guiar o Brasil.

A revolução americana também teria influenciado Bonifácio. Porém, o *Brasil Paralelo* apresenta de forma distinta as duas revoluções, a francesa com qualidades negativas e a americana com qualidades positivas. Na versão do grupo, a Revolução Americana tem como característica a busca pela independência e a continuidade dos costumes e aos modos de vida tradicionais dos colonos. A cobrança dos altos impostos é evidenciada como o principal motivo da revolução. O que diferenciava, segundo o grupo, é que a Revolução Americana não queria romper radicalmente com o passado.

As duas revoluções são colocadas claramente como radicalmente opostas. Uma seria a continuidade e a preservação dos direitos tradicionais, a outra seria a ruptura e a criação de um novo mundo. A liberdade dos franceses em nada teria em comum com a liberdade americana com o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade da declaração de independência dos EUA. A França é caracterizada por Olavo de Carvalho como uma história de erros, a dos estadunidenses não, pois houve erros e acertos, que justificam o crescimento econômico americano.

As guerras napoleônicas são então mencionadas e colocadas de forma negativa, como ameaça à civilização. Napoleão é mencionado como o maior terror militar da humanidade desde a época dos tempos romanos. Na comparação das revoluções, esqueceram de mencionar que os Estados Absolutistas ameaçados pelo o que representava a Revolução Francesa atacaram a França. Esqueceram também de mencionar que existiu conflito e batalhas na Revolução de Independência dos Estados Unidos. A narrativa prossegue abordando as conquistas de Napoleão pela Europa, a captura do Papa e enfatiza que até em 1807 somente dois países não haviam sido conquistados, Portugal e Inglaterra. A ordem do fechamento dos portos europeus aos navios britânicos e a recusa da Coroa Portuguesa são expostas de maneira a evidenciar a coragem dos portugueses em enfrentar Napoleão. Seria a pequena nação portuguesa contra o “mais temido general da história” (BRASIL PARALELO, 2017c). A fuga da família real é colocada como uma estratégia perspicaz de Dom João e como um plano antigo de transferir a corte portuguesa para o Brasil.

Segundo a versão do *Brasil Paralelo*, a fuga da família real salvou a civilização e a cultura ocidental, tendo em vista que se considera o objetivo principal da Revolução Francesa pôr fim a esse sistema. Enaltecem Dom João por ter sido o único que enganou Napoleão, como se pela astúcia tivesse vencido o general. Enfatizam repetidamente que o plano de transferir a sede do governo português para o Brasil era antigo e que não foi uma fuga, mas uma mudança estratégica.

José Bonifácio surge como herói da resistência de Portugal diante dos franceses que participou da linha de frente e que agiu como um suicida nas batalhas, enaltecendo sua coragem.

A produção segue com os participantes comentando sobre o quanto Dom João e a família real foram importantes para o desenvolvimento cultural do país e de vários setores que antes não eram considerados como prioridades, como abertura de escolas militares, bancos, bibliotecas, teatros, universidades e jardins. Todos os aspectos positivos da vinda da família real são bastante enaltecidos e focam principalmente na abertura dos portos e no fim do sistema colonial. Enfatizam que a abertura dos portos não foi apenas interesse dos ingleses, mas, sim da coroa portuguesa para a melhora do comércio na colônia brasileira e o crescimento da exportação.

A elevação do território brasileiro para reino unido é colocada de forma diletante pelo professor Thomas Giulliano, como o momento em que o Brasil passa a ser incluído efetivamente no ocidente e reforça-se a da beleza do fato do Brasil ser reino, sede da Coroa sendo um país latino-americano.

Com o final das Guerras Napoleônicas, cita-se o Congresso de Viena e alguns dos países participantes e das negociações políticas com a tentativa dos franceses em diminuir a responsabilidade sobre o confronto. O Brasil é colocado como peça-chave na tentativa francesa, que apoia o *status* do país como reino fora da Europa e arranja o casamento de Dom Pedro com Maria Leopoldina, uma Habsburgo, ganhando um aliado. O arranjo matrimonial foi importante politicamente para o país devido à relevância da família Habsburgo no cenário histórico e mundial, além de proporcionar maior desenvolvimento em outras áreas devido às missões austríacas, trazendo conhecimento e tecnologia.

Mais uma vez se levanta o “fantasma revolucionário” com a Revolução do Porto, que obrigou a volta de Dom João VI para Portugal. A revolução liberal do Porto é comparada à Revolução Francesa, associando os aspectos negativos e principalmente pelo fato de ambas possuírem uma assembleia constituinte. De forma bastante dissimulada, tenta-se atribuir aspectos negativos à representação simbólica e aos sentidos sobre a constituição.

Dom João mais uma vez é enaltecido, agora pela decisão política de retornar para Portugal, sendo considerado um ato de coragem por enfrentar uma situação adversa e de abnegação por deixar o Brasil, seu filho D. Pedro e a sua “última tentativa de ser feliz” (BRASIL PARALELO, 2017c).

O capítulo todo está baseado no tema revolução, em como ela torna-se negativa quando pretende oferecer mudanças profundas no *establishment*, porém, revoluções que

alteram sem mudanças profundas na hierarquia social e política são consideradas positivas. O grupo não expõe sua concepção do que é ou não revolução, uma palavra que historicamente é utilizada, apropriada e reapropriada em contextos e sentidos diferentes conforme os interesses políticos em jogo. Vale lembrar que o Golpe de 1964 foi por muito tempo chamado de revolução. Consideramos revolução qualquer processo ou movimento que rompe de forma repentina ou contínua com *establishment*. Tanto a Revolução Francesa quanto o processo de Independência dos E.U.A. são revolucionários. Podemos caracterizar a Independência dos Estados Unidos como revolucionária por ser o primeiro processo de rompimento nas Américas da relação colonial, outra característica é o fato de ser o primeiro a instaurar um governo democrático republicano. Mesmo que haja o entendimento que essa democracia e liberdade não eram para todos, já que existia a escravidão, o processo de independência rompeu com o *establishment*. Além do rompimento na forma de se governar, sem um monarca, existe o rompimento econômico da relação colonial e principalmente na maneira de pensar o Estado, influenciando a ruptura e independência de outras colônias e até mesmo na Revolução Francesa. Todas essas rupturas das relações políticas, econômicas e culturais são ignoradas pelo discurso do *Brasil Paralelo*, fazendo parecer apenas a continuidade do que já existia.

Porém, realmente existiram processos históricos em que se faz parecer uma ruptura, mas as mudanças são apenas um arranjo ou uma adaptação para a manutenção do estado vigente ou simplesmente uma disputa oligárquica, sem haver mudanças na estrutura social. Basicamente é a ideia do mudar para que nada mude, não existe ruptura. Essa forma de pensar sempre foi aplicada pelas oligarquias brasileiras. A permanência de Dom Pedro no Brasil e posterior independência, a Proclamação da República, o golpe de 1964 e a Revolução de 1932 foram “revoluções” para que nada mudassem. A Revolução de 1930 que poderia ser considerada uma alteração, por muitos especialistas é considerada apenas uma disputa entre oligarquias. A estratégia de apresentar algo novo, mas que mantêm as estruturas estabelecidas, torna-se uma das mais utilizadas pelas elites conservadoras. Este capítulo trabalha esse aspecto, coloca o medo de profundas mudanças e das rupturas como parte do *ticket* conservador. Os que propõem alterações e mudanças nas estruturas sociais são tachados negativamente e associados aos movimentos de esquerda que sempre será apresentado como violento e destruidor dos valores, da religião e da cultura ocidental. Porém, não perde a linha da criação dos heróis nacionais, nesse caso a figura de D. João que se torna a figura mitificada do herói, junto de José Bonifácio que terá sua construção completa no decorrer dos dois próximos episódios.

O quarto episódio da série intitulado *Independência ou morte* está baseado em três personagens históricos, Dom Pedro I, Maria Leopoldina e José Bonifácio. Os três seriam os grandes articuladores da independência do Brasil, atendendo ao clamor popular, são retratados como corajosos, visionários, sábios e amantes do Brasil.

Inicia com breve comentário sobre a infância infeliz de Dom Pedro, que era amado pelo pai e odiado pela mãe. Seria uma criança abandonada que convivia com uma avó doente mentalmente e que seu único companheiro era seu irmão Miguel.

Sobre Maria Leopoldina comenta-se a respeito de sua educação esmerada, digna de uma princesa que irá se casar para firmar a união com outra casa nobre e do contexto histórico que viveu durante as Guerras Napoleônicas. O encontro de D. Pedro e Leopoldina é contado de forma diletante e aparentemente fantasiosa, com detalhes de troca de olhares tímidos, difícil de comprovar historicamente, mas que fornece tom de romantismo na narrativa. Depois de casados e do nascimento da primeira filha, passam por dificuldades com a morte de outros dois filhos, que seria, segundo a narrativa, o prelúdio de tempos difíceis.

Tempos difíceis seriam inicialmente a Revolução do Porto e o perigo do pensamento revolucionário. A série retorna ao tema do capítulo anterior e do dilema de D. João, de seu retorno e que, ao deixar o filho no Brasil, garantia a dinastia de Bragança dois reinos, o do Brasil e o de Portugal. As eleições nas províncias antes da partida de D. João são mencionadas para associar e retomar a figura de José Bonifácio, que simbolicamente começa a ser criada no episódio anterior, como homem sábio e corajoso e, que agora, possui papel decisivo tanto na estabilidade do governo como da Independência.

O *Brasil Paralelo* foca na perspectiva de que todo o povo brasileiro era contra a Revolução dos Portos e não a elite brasileira. Diante das revoltas, Dom Pedro aceita a separação e independência do Brasil com o aval de sua esposa. Leopoldina, na narrativa, terá papel fundamental por ser considerada uma mulher visionária, que acreditava que se o Brasil não conseguisse a independência através de seu marido, iria ocorrer o mesmo que na América Latina, a fragmentação da colônia, perspectiva compartilhada por José Bonifácio. Dessa maneira, os principais agentes de articulação dessa narrativa sobre a Independência do Brasil são Leopoldina e Bonifácio que teriam em seu favor o clamor popular. Menciona-se o abaixo assinado dos paulistas, mineiros e da população do Rio de Janeiro para que Dom Pedro ficasse no país, quando as cortes portuguesas exigiram seu retorno a Portugal. A grande questão seria indagar qual era essa população e onde se encontrava, estavam inclusos os índios, os negros escravizados e as demais pessoas das populações menos abastadas que viviam no interior do país fora dos grandes centros ou esses não eram considerado povo? Não

menção que esses abaixo assinados eram, em sua grande maioria, fruto do interesse das elites econômicas e políticas faz crer que toda a população que vivia no território que hoje se encontra o Brasil tinha esse mesmo desejo ou estava comprometida com o processo de independência.

Após a independência, a narrativa aborda as revoltas e os conflitos internos entre os favoráveis e os descontentes com o processo de independência, relatando o quão violento foi o processo. Não chega a ser uma total contradição ao clamor popular que a independência teria, pois os descontentes seriam somente portugueses que viviam no Brasil.

Bonifácio e Dom Pedro têm a relação estremecida por conta da amante do imperador, Domitila, a Marquesa de Santos. Bonifácio como pilar moral da narrativa consegue prevalecer e organiza as demandas do Império. A abertura da Assembleia Constituinte surge como outra desavença entre os dois. A constituição de 1824 é bastante enaltecida como liberal e moderna devido ao poder moderador.

A ruptura entre Bonifácio e Dom Pedro é colocada como algo catastrófico para o imperador, que também perde sua esposa. Leopoldina mais uma vez é bastante enaltecida pelo grupo, como visionária, caridosa, líder política, intelectual e virtuosa. Reforça-se que ela foi a primeira governante do Brasil.

O comportamento de Dom Pedro e a perda da Cisplatina são motivos de críticas e insatisfação popular. Após crise de consciência, Dom Pedro se casa novamente e larga a amante. Refazem o Dom Pedro virtuoso e heroico para que pudesse retornar a Portugal para enfrentar seu irmão D. Manoel, que havia aplicado um golpe de Estado. A renúncia de D. Pedro diante da insatisfação política de seus opositores e de parte da população, dessa maneira, fica amenizada, pois irá se tornar herói em Portugal. Pedro é considerado o rei guerreiro que lutava pela liberdade e constitucionalidade e Miguel como o rei absolutista. D. Pedro, construído como herói de guerra, com todos os valores positivos, morre conseguindo a redenção e se reconciliando com Bonifácio, pedindo para que este fosse o tutor de seu filho D. Pedro II. O episódio termina com a carta resposta de aceite ao pedido de D. Pedro.

Além de construir a imagem dos três protagonistas do capítulo de forma positiva, podemos destacar que consideram como população brasileira, no período, apenas a elite branca e parte das pessoas que viviam nos grandes centros urbanos. A população marginalizada não está inclusa, ressaltando a perspectiva elitista da realidade que o grupo possui.

O capítulo cinco, intitulado *O último reinado*, aborda o período regencial, o reinado de Dom. Pedro II e a Proclamação da República. A história monárquica é colocada pelo grupo

como uma história rica, não porque não houve erros, mas pela produção de grandes homens, ressaltando a visão do grupo de que são necessárias as criações de heróis e que a História deve ser pautada pelas grandes figuras e não pelo restante da população. Enaltecem Calos Gomes, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, Duque de Caxias, Princesa Isabel e o próprio D. Pedro II como grandes figuras históricas e exemplos de pessoas e personalidades.

Os dois anos de Bonifácio como tutor e professor seriam os responsáveis pela base intelectual do imperador, que teria aprendido o amor pelo saber e pelo Brasil. Abordam de maneira negativa a retirada de Bonifácio como tutor, sendo algo que prejudicaria o desenvolvimento do monarca e, de certa forma, do próprio país naquele momento. Repetidamente, altos elogios são destinados a Bonifácio, como patriarca da independência, pai, sábio, altruísta, patriota, visionário, político exemplar entre outras qualidades positivas.

O período em que Feijó foi o regente é bastante criticado, sendo atribuído a ele e ao seu partido, o liberal, algumas das revoltas pelo país, por acreditarem que os estados deveriam ter mais autonomia, se desvinculando da centralização no imperador. As revoltas seriam consequência dos pensamentos liberais de descentralização do poder. A Farroupilha não teria o interesse de se separar do restante do Império, mas seria uma medida extrema de se fazer ouvir pela falta de representatividade no Rio de Janeiro. Todas as demais revoltas seriam causadas pela descentralização prematura. Feijó renuncia diante dos problemas e Araújo Lima, um conservador, assume e coloca fim às políticas liberais que causaram as revoltas nas províncias. Pode-se perceber que o liberalismo para o grupo só se torna interessante na questão econômica, mas rechaçam o liberalismo político.

O “Golpe da maior idade” não é caracterizado como tal, mas como algo genial, pois havia desejo da população e participação do congresso nacional. Golpe seria algo realizado à revelia da população¹⁷. O desenvolvimento Dom Pedro II consegue desenvolver com sucesso os processos políticos e a democracia juntamente com o povo.

O fim definitivo das revoltas é atribuído a Dom Pedro II, no caso da Farroupilha também à figura de Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.

Esse capítulo evidencia certa predileção, ao menos por parte do grupo, pelo sistema monárquico. A monarquia é colocada de forma positiva pelo fato de não ser eleita e não ter que realizar políticas pensando nas eleições, o imperador poderia ver a política de maneira mais profunda. Permitia escolher o Presidente do conselho de ministros conforme a

¹⁷ Mesmo não mencionando, podemos ter um possível interpretativo com as declarações do grupo, que de forma indireta querem combater o discurso de que o *impeachment* da presidente Dilma foi um golpe, pois havia apoio de parte da população e foi aprovado pelo Congresso.

necessidade, alternando entre Liberais e Conservadores caso o processo político assim exigisse.

Na perspectiva da série, o sistema com o Presidente do conselho do ministro, espécie de primeiro ministro, permitia que os partidos tivessem mais liberdade para debater e expor suas posições políticas. Esse sistema “parlamentar” seria o grande diferencial do Brasil em relação aos outros países da América Latina onde existiam o presidencialismo e a influência do caudilhismo, conflitos internos, falta de liberdade e massacres. Entende-se que, para o grupo, o parlamentarismo monárquico seria a melhor forma de governo.

Na sequência, seguindo a característica de focar em personagens históricos, Dom Pedro II passa a ser a figura evidenciada como democrático, intelectual, desenvolvimentista e apreciador da arte e da cultura. Posteriormente, o foco fica em Carlos Gomes, como patriota e figura ímpar. Segundo o grupo, O Guarani foi a obra que inseriu o Brasil na cultura ocidental diante dos europeus.

A Guerra do Paraguai é apresentada como um dos fatores que deram unidade nacional, sentimento de patriotismo e identidade nacional. Existe uma explicação superficial sobre a situação no Prata, o conflito entre *blancos* e *colorados* e dos apoios que receberam do Paraguai (*blancos*), Brasil e Argentina (*colorados*). A imagem de Solano Lopes é construída negativamente e expressam que qualquer colocação positiva atribuída a ele é fruto de professores comunistas que faziam associação do seu governo com o governo cubano. A carnificina que ocorreu principalmente após Conde d’Eu assumir a linha de frente dos combates é justificada por ser uma guerra e por ele ser homem reto. A vitória na guerra é motivo de gratidão aos militares por manterem a unidade nacional.

O fim da Guerra do Paraguai seria o início do ápice do desenvolvimento brasileiro com avanços tecnológicos, políticos e econômicos. O desenvolvimento econômico, segundo o grupo, se fez pela transferência de poder político e econômico da coroa para homens que, naquele momento, eram mais ricos que o imperador e pelo investimento que esses homens realizavam, empreendendo em vários segmentos da economia. A figura destacada nesse contexto é a do Barão de Mauá.

A reputação internacional do Brasil cresce devido à estabilidade econômica e política. Torna-se uma nação moderna e progressista e a arte brasileira floresceu. O crescimento da arte serve para fazer a ligação com a figura do Machado de Assis, menino pobre, mulato e sem formação que se tornaria o maior escritor brasileiro de todos os tempos. Machado torna-se uma espécie de *self made man* e que se importava com questões humanas e não raciais, reforçando a mensagem do grupo sobre o mito da democracia racial.

O capítulo passa para a questão do Padroado e os conflitos entre a Coroa e a Igreja Católica pelo uso do beneplácito régio por parte do imperador, que se nega em cumprir determinadas bulas papais, como a de impedir o casamento entre católicos e maçons. Os desencadeamentos desse conflito enfraqueceram a coroa. A série aponta como sendo uma falha de Dom Pedro II a maneira como tratou esse caso, causando desgaste com a Igreja Católica e seus seguidores. Desgaste este que foi um dos motivos da queda do Império. O sentido possível a ser interpretado é que todo governante deve seguir alinhado com o cristianismo e com Igreja, sem desafiá-la.

O tema da abolição ganha destaque como um desejo de Dom Pedro II, abordando rapidamente as leis que iriam minando a escravidão, como a Euzébio de Queiroz, ventre livre e sexagenário como formas de o imperador buscar uma solução para o problema. O tema era algo delicado e dividia opiniões por conta dos interesses econômicos de parte dos cafeicultores e da dependência da coroa em relação ao segmento agrário, por esse motivo não era enfrentado diretamente ou rapidamente. Parecem defender que o processo deveria ser longo, pois uma atitude rápida em relação à escravidão causaria ruptura ou esgarçamento da malha social. Apesar de dizerem que a escravidão era um problema social, não abordam o tema e muito menos dizem que após a abolição surge outro problema social que foi deixar os alforriados à própria sorte. A princesa Isabel é colocada como a grande abolicionista, assim como seu pai e avô e que também eram conservadores. Faz-se a associação entre abolicionistas e conservadores. Colocam como motivo de orgulho a maneira como a escravidão no país foi “superada”.

A Lei Áurea foi motivo de festas e confraternização de todos os brasileiros, em que todos seriam iguais perante a lei. Bonifácio e Pedro I são lembrados, pois estariam felizes com a abolição. A festa da abolição seria onde as grandes figuras do Brasil se encontraram.

Do período que começam a falar de Nabuco, aproximadamente no minuto quarenta e quatro do capítulo até finalizarem com as festividades da abolição no início dos cinquenta e oito minutos, passam quatorze minutos falando sobre abolicionistas e a abolição, mais do que o dobro do tempo destinado ao processo de escravidão diretamente. Distinguimos os dois temas como coisas separadas, apesar de análogas, pois o tema da abolição não está se aprofundando nas questões da escravidão, e sim em enaltecer as figuras abolicionistas e em legitimar a sustentação da escravidão por quase todo o período Imperial brasileiro e não no sujeito concreto escravizado e em se aprofundar nos problemas sociais. Não estão falando sobre a escravidão, estão falando sobre os abolicionistas.

A narrativa segue agora no enfoque da Proclamação da República. O Império torna-se insustentável, pois não possuía mais apoio de maçons, fazendeiros, Igreja e militares que queriam um sistema republicano, influenciados pelo pensamento positivista. O pensamento positivista é abordado de forma negativa, responsável por um complô contra o Império e a vontade popular. Porém, além de ser dito que era baseado nas ideias de Auguste Comte e que defendiam uma sociedade racional planejada por tecnocratas e que deveriam romper com o passado, nada mais se menciona. Qualquer contribuição que o positivismo possa ter no conhecimento científico é esquecida.

A Proclamação da República é retratada como um golpe atendendo interesses escusos, com a manipulação do exército por parte dos republicanos. O Império é enaltecido em detrimento ao regime Republicano. O período de estabilidade e crescimento econômico está concentrado no Brasil Império, segundo a série. Dom Pedro mais uma vez é reverenciado por não impor resistência que geraria uma guerra fratricida, por não ter roubado e ido para o exílio pobre, não aceitando qualquer indenização.

Intitulado *Era Vargas – o crepúsculo de um Ídolo*, o último capítulo da série possui aproximadamente 85 minutos, tornando-se o mais longo da série. Abrange o período da Proclamação da República até o fim do período Vargas.

A Proclamação da República é caracterizada como um dos maiores erros na História do Brasil por deixar quatro séculos de legado para trás, um retrocesso e uma ofensa ao imperador D. Pedro II. Os heróis do período monárquico seriam apagados pelo sistema republicano. Segundo a perspectiva do capítulo, democracia só existiu no período do reinado. Para justificar a asserção, fazem a distinção de regime e forma de governo, que nem sempre república significa democracia. Colocam como exemplo a monarquia constitucional britânica com características positivas como sendo democrático e com o poder emanando do povo, em contrapartida, colocam como forma de governo republicano, não democrático, a Coreia do Norte e China.

A República brasileira não seria exemplo de democracia, seria resultado de uma conspiração golpista, praticada pelas oligarquias. A estratégia de subtrair e evidenciar processos e fatos históricos conforme o interesse do grupo, como prática comum em toda a narrativa da série, continua nesse último capítulo. Os conflitos e interesses oligárquicos só teriam ocorrido na República e não no reinado, de forma que os interesses das elites regionais não estivessem sempre presentes desde o período colonial. O complexo jogo de poder entre as elites regionais e o da Coroa, seja ele no período Colonial ou na Monarquia, sempre ocorreu,

porém, é lembrado apenas agora para evidenciar o coronelismo na Política dos Governadores, na Primeira República, como resultado da República.

Com a ascensão de Vargas e fim da Primeira República no golpe de 1930, inicia-se a parte mais importante do capítulo que pretende construir a imagem de Vargas associada à ditadura, ao nazi-fascismo e ao socialismo. Como aliado dos integralistas e dos comunistas, Vargas chega a ser comparado a Hitler. As estatizações, o nacionalismo, as intervenções econômicas são expostas como aspectos negativos do governo Vargas. O controle dos sindicatos sobre a égide do governo não é considerado uma estratégia em conter greves e mediar a relação do proletariado e da burguesia industrial, evitando conflitos, greves e beneficiando o capital, mas como uma associação ao comunismo. As leis trabalhistas baseadas na *carta de lavoro* são motivos para associarem Vargas ao fascismo, e por serem defendidas hoje por políticos associados a partidos de esquerda, fazem a ginástica simplista de afirmarem que o fascismo era um movimento de esquerda.

A Revolução de 1932 é tratada como a guerra civil do Brasil, as outras revoltas até mesmo com mais mortes e duração como a Farroupilha, por exemplo, são esquecidas. É retratada como a Revolução Constitucionalista e não como a tentativa de retomada da oligarquia paulista ao poder.

Escola e a mídia são retratadas como ferramentas de controle do governo estatizante e centralizador de Vargas. Através delas reforçariam a imagem de Vargas e criariam a identidade nacional, por meio de símbolos e heróis nacionais, criados pela elite intelectual nas universidades, e propagadas pelos meios de comunicação e escolas. Seria uma tentativa de remodelar o imaginário nacional. Luiz Felipe Pondé aparece como comentarista para afirmar que tanto comunismo quanto o fascismo tentam centralizar no Estado a produção da identidade nacional, da mesma maneira que Getúlio. Esquece-se, entretanto, de mencionar que o período da monarquia tão enaltecida pelo grupo fundou o IHGB com a mesma intenção. A estratégia de construir uma identidade nacional por parte dos governantes foi e ainda é praticada por diferentes formas de governo, democráticos ou não, a tentativa nesse caso está somente em associar Vargas ao fascismo e ao comunismo. Ironicamente, a mesma postura de Vargas colocada no capítulo em querer alterar o imaginário nacional e a criação de heróis e símbolos nacionais é a mesma praticada pelo *Brasil Paralelo*, que tinha como objetivo em sua página na internet¹⁸, e agora retirado, o dizer: “Temos um objetivo bem claro: Transformar o

¹⁸ Informação disponível em: <https://brasilparalelo.com.br/>. Acesso em: 2 fev. 2018.

imaginário popular brasileiro. Para isso acontecer contamos com você” (BRASIL PARALELO, 2017).

Na narrativa, o Brasil teria entrado na Segunda Guerra em favor dos aliados devido aos valores ocidentais de liberdade que a população possuía que levou ao clamor popular e não por interesse político e econômico. Evidenciam a simpatia de Vargas pelos regimes nazista e fascista, esquecendo que antes da Segunda Guerra outros líderes mundiais também chegaram a elogiar o regime, como Churchill fez com Mussolini.

Com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo, o foco do capítulo passa para o conflito entre Vargas e Lacerda, principalmente por intermédio dos meios de comunicação. Lacerda é retratado como o herói defensor da democracia. O suicídio de Vargas após a pressão sofrida em decorrência do atentado contra Lacerda é considerado um ato político.

Na narrativa do grupo, a mudança política que surge com a Era Vargas foi a causadora do caudilhismo e da republiqueta paternalista que o Brasil se tornaria. Seria o marco negativo da política nacional, o responsável pelo surgimento de todos os políticos não militares que seguiram.

Não se pode negar que Vargas foi um ditador, que perseguiu seus opositores, que controlou os meios de comunicação, ou que foi populista. Porém, não se pode dizer que era comunista ou fascista como querem fazer crer. Vargas como político é bastante complexo, um grande articulador e negociador com várias forças políticas e sociais. Negociava, apoiava e combatia a elite cafeeira paulista conforme a situação, assim como fazia com os Integralistas (movimento fascista brasileiro), com sindicalistas e comunistas. Adotava medidas políticas baseadas no fascismo Italiano, no salazarismo português ou no *New Deal* aplicado nos Estados Unidos da América. Esquecem de mencionar que, em boa parte dos países nesse período, o intervencionismo estatal na economia se deu na tentativa de recuperação econômica devido às políticas liberais que levaram a Quebra da Bolsa em 1929. Sem mencionar que a Quebra da Bolsa torna-se um dos fatores responsáveis pela descrença no liberalismo, na ascensão de líderes autoritários e nos acirramentos das tensões que levaram à Segunda Guerra.

Durante toda a série pode-se notar que o interesse não está em informar historicamente o espectador, mas em vender um bloco de ideias, o *ticket* que atende a interesses dos grupos conservadores liberais. A proposta apresentada sobre o passado brasileiro está pautada na historiografia do século XIX e em Gilberto Freire no início do século XX, exaltando o português civilizador associado à Igreja, criando heróis, mitos fundadores e deixando de fora

o sujeito concreto da sociedade de cada período. Os processos históricos são reduzidos e mutilados evidenciando os fatos que melhor agradam na narrativa.

Na sequência do trabalho, iremos abordar alguns dos temas que englobam o *ticket conservador-liberal* de forma mais específica, analisando o discurso e os sentidos mobilizados para atender seus interesses e consequentemente o pleito em estabelecer e sustentar relações de dominação.

6 ANÁLISE DO DISCURSO - O *TICKET CONSERVADOR-LIBERAL*

Este capítulo torna-se o coração desta pesquisa, pois nele é que efetivamente iremos analisar as formas simbólicas empregadas pelo *Brasil Paralelo* em sua narrativa do passado. Dividimos as análises em subtítulos contendo assuntos específicos sobre algumas das temáticas do bloco pronto de ideias que constituem o *ticket conservador-liberal*.

A primeira análise se refere à criação do inimigo a ser combatido. Pretendemos demonstrar como o discurso empregado procura incutir a sensação de medo e consequentemente o sentimento de ódio por agentes que supostamente pretendem prejudicar a população brasileira. O inimigo de forma genérica é a esquerda que operaria por intermédio das escolas e dos meios de comunicação tradicionais, entre outras supostas estratégias. A estratégia de imputar à esquerda todos os males da sociedade permeia todos os capítulos da série e de outras produções do canal *Brasil Paralelo*, por este motivo, é recorrente identificarmos esta postura e visão de mundo em outras análises. O deslocamento de que tudo o que é maligno e prejudicial está associado à esquerda fica evidente em uma das análises realizadas, na qual o *Brasil Paralelo* afirma que o Fascismo é um movimento de esquerda.

Os outros temas que serão analisados abordarão o sistema de cotas raciais e o racismo, a visão de mundo na qual a população armada proporciona segurança e desenvolvimento econômico e que as leis trabalhistas prejudicam o trabalhador e o desenvolvimento econômico. Pretendemos demonstrar que as ideias apresentadas, se consumidas conforme o anseio e intencionalidade da mensagem, podem afetar diretamente as relações e as práticas sociais, incitar a violência, aumentar as diferenças sociais e a assimetria nas relações de poder entre determinados grupos.

6.1 O medo e o discurso de ódio

Analisaremos nessa parte da pesquisa uma das estruturas lógicas da narrativa do *Brasil Paralelo*, a criação dos inimigos a serem combatidos. Criar um inimigo faz parte do modo de operação da ideologia, apontado por Thompson (2011), como *fragmentação*, que utiliza a estratégia do *expurgo do outro*, neste caso, por intermédio do ódio.

O medo e o ódio são ferramentas utilizadas para amplificar o “perigo” e a necessidade de urgência no combate a esse inimigo ao mesmo tempo em que tenta desestabilizar o estado psicológico do indivíduo, deixando-o em um estado psicológico de massa. Segundo Freud (2011), o que une as pessoas em uma massa psicológica são os afetos positivos ou negativos, o amor pelo líder ou uma ideia ou o ódio por algo. O ódio, nesse caso, é utilizado para unir as pessoas no combate aos inimigos em comum. Com o estado psicológico alterado, a situação

fica propícia para maior facilidade em aceitação do *ticket* proposto. Lembrando que para que seja penetrante, o contexto sócio-histórico deve ser favorável, como o caso brasileiro nos últimos anos, com crise econômica, desemprego, violência, corrupção e a descrença no sistema político, como mencionado anteriormente. Não quer dizer que nos últimos anos essa situação seja no geral mais grave que em outros períodos, mas está em maior evidência e mais perceptível aos brasileiros, gerando maior sensação de insegurança. O *Brasil Paralelo* aproveita o contexto de instabilidade social para atribuir a culpa da situação aos inimigos por eles apontados.

O uso do medo como ferramenta política dos conservadores não é novidade. Antônio Lavareda (2011), em um de seus artigos sobre neuropolítica, cita Lakoff sobre as narrativas morais na política. Ela seria composta por duas partes. A primeira seria a estrutura dramática da narrativa na qual surgem os heróis, vilões e vítimas. A segunda seria a estrutura emocional, que está atrelada à primeira, na qual utiliza o medo, a raiva, o alívio.

A composição dessas duas formas de narrativa, assim como as texturas emocionais, se tornam complexas, já que a narrativa passa a constituir estrutura cerebral imaginada, vivenciada e reconhecida. A mesma estrutura cerebral das narrativas complexas e emocionais são as das experiências. Ou seja, as narrativas complexas proporcionam no cérebro efeito similar ao da experiência vivida. A metáfora primária ocorre quando simultaneamente duas experiências são ativadas, causando a díade do que é bom e do que é mau, do justo e injusto, moral e imoral, por exemplo. Lakoff (apud LAVAREDA, 2011) usa a representação da “moral” na política dos Estados Unidos, na qual existe a preponderância de duas “morais”; a dos progressistas baseada na empatia, e a dos conservadores, baseada no medo. Não significa que ela seja absoluta, está colocada de forma generalizada e o próprio autor defende que existe muito de progressista em conservadores e de conservadores em progressistas. A moral do medo é que teria levado os EUA a entrar em guerra contra o Iraque, na famigerada “guerra contra o terror”, ou anteriormente ao perigo comunista.

Se realizarmos outros recortes históricos, vemos outras narrativas complexas nas quais incutem o misto de estrutura dramática e emocional, como a Alemanha nazista. A estrutura dramática está na narrativa do povo ariano, puro e superior, e a estrutura emocional na construção do medo que se transforma em ódio pela ameaça que os judeus representam. Trazendo para a realidade brasileira, podemos notar similaridade em discursos nos quais se falam da “família tradicional”, que teriam virtudes e uma moral positiva e que estaria ameaçada pelos movimentos LGBT, pela educação sexual ou pela mídia tradicional que desejaria a ruptura da estrutura familiar tradicional. Algumas dessas narrativas sugerem que

isso tudo seria uma estratégia dos comunistas, que se utilizariam do “marxismo cultural” para derrubar a “família tradicional” como base fundamental do *establishment*.

O *Brasil Paralelo*, assim como influenciadores digitais e outras empresas que propagam o *ticket conservador-liberal*, parece adotar da mesma estrutura narrativa na criação de uma estrutura dramática na qual estão os heróis, vilões e vítimas com a estrutura emocional baseada principalmente no medo que se transforma em ódio.

O pressuposto teórico referente ao ódio está pautado nos conceitos do psicólogo Jean-Pierre Lebrun, de que o ódio é inerente ao ser humano e que por esse motivo torna-se um esforço inútil combatê-lo. Porém, ele evidencia uma diferença entre o ódio e o gozo do ódio, “em outros termos, a satisfação que se pode tirar do fato de autorizá-lo, de deixá-lo em livre curso, e, portanto, gozar de odiar aquele ou aquela que está encarregada de transmitir-me esse traço da minha condição” (LEBRUN, 2008, p. 29).

O ódio, segundo o mesmo autor, sempre se refere ao Outro, estando este presente ou apenas como uma leve representação em sua ausência. Essa linha de raciocínio origina-se do preceito freudiano de que todo indivíduo seria virtualmente um inimigo da civilização.

O combate em relação ao discurso de ódio não tem como objetivo combater o ódio propriamente dito, mas combater o gozo do ódio. O discurso como construtor da realidade, quando permeado pelo ódio, não só estimula o gozo do ódio como se torna a materialização do sentimento em prática. Dessa forma, o discurso de ódio age como estímulo e ensina a liberação do gozo do ódio como prática social, contribuindo para a construção de uma realidade social segregadora e discriminatória.

As pessoas aprendem a canalizar o ódio para determinados grupos, mesmo considerando que o ódio seja intrínseco ao humano, não nascemos odiando especificamente alguém, esse ódio é construído. A construção do ódio pode ser determinada por experiências pessoais traumáticas, ou aprendida nos discursos e práticas sociais com a família, amigos, escolas e meios de comunicação.

Utilizando a análise do discurso, pretendemos demonstrar que de forma dissimulada o *Brasil Paralelo* por meio de suas produções tenta estimular o ódio contra profissionais da educação, da comunicação e contra pessoas simpatizantes ou adeptas a pensamentos relacionados à esquerda.

Antes de partir para o objeto de estudo dessa parte do trabalho, os enunciados dos dois primeiros capítulos da série *Brasil - A Última Cruzada*, torna-se adequado uma breve análise do próprio nome da série, pois evidencia a mentalidade do grupo e contribui para a leitura dos possíveis interpretativos.

O nome escolhido, *Brasil - A Última Cruzada* evoca a urgência da situação, atribuindo à série e ao esforço em produzi-la como uma das últimas alternativas em uma batalha que não está explícita. Entretanto, podemos atribuir, baseando-se na estratégia de comunicação adotada pelo grupo, que esta batalha pelo Brasil está sendo realizada pelas forças *conservadoras-liberais* e grupos de esquerda. Pode-se interpretar que esta batalha torna-se a derradeira para que o Brasil progrida no caso de vitória dos *conservadores-liberais*. O contexto ganha caráter divino e de batalha quase que apocalíptica ao se utilizar o termo *cruzada*, associando a batalha aos conflitos de católicos e islâmicos pela Terra Santa na Idade Média. Considerando que para muitas pessoas o muçulmano representa o mal, o terrorismo e a barbárie, e que o cristão representa o bem, a civilização e os valores a serem seguidos, o *Brasil Paralelo* escolhe este nome para a série estabelecendo o conflito derradeiro entre as forças do bem e do mal. O conceito repete-se durante toda a série, em vários capítulos, tentam associar a imagem do grupo aos cruzados e consequentemente aos atributos positivos que os cavaleiros carregam, como nobres, protetores dos indefesos, que lutam sempre pela justiça e, principalmente, no caso dos Templários nas Cruzadas, lutam em nome de Deus. Tentam criar a imagem do *Brasil Paralelo* como a representação do que é bom, justo, honesto, correto e verdadeiro. A batalha proposta, apesar das séries estarem na disputa simbólica, potencializa o estabelecimento de confrontos concretos, criando um inimigo maligno a ser combatido e exterminado.

A escolha dos dois enunciados analisados se fez não somente por evidenciarem a criação do inimigo a ser combatido e instigarem o ódio sobre os mesmos, mas por estarem preponderantemente no modo enunciativo, oferecendo parcialmente a visão de mundo que o grupo possui sobre a realidade brasileira.

O inimigo a ser combatido é construído de forma gradativa. No enunciado do primeiro capítulo, apreciamos como a estratégia do grupo se manifesta.

Olá! Seja bem-vindo ao lançamento da série Brasil- A Última Cruzada. Você está prestes a conhecer uma história de sacrifício, virtude e coragem, que por muito tempo nos foi negada. Reunimos mais de cinquenta especialistas para produzir a maior série já feita sobre a história do Brasil. Você está prestes a assistir uma narrativa séria sobre a sua história.

A Brasil Paralelo é uma organização cem por cento privada. Nosso objetivo é reverter as mazelas feitas em nossa cultura nos últimos anos. Não recebemos dinheiro público. A nossa independência é assegurada por milhares de pessoas que, ao entrarem em contato com o nosso trabalho, decidem se tornar membros e financiar esta transformação cultural.

Ao se tornar membro da Brasil Paralelo, você vai ter acesso a uma plataforma com mais de cinquenta aulas exclusivas, com especialistas que

vão ampliar sua visão de mundo. Um grupo fechado onde vamos nos conhecer e planejar o futuro em conjunto e você vai poder debater com outros membros sobre cada entrevista, participar de encontros presenciais e ter acesso aos bastidores de produção diariamente. Mas eu diria que o mais importante é que seu financiamento torna possível que novas produções sejam distribuídas gratuitamente para que novos brasileiros tenham a chance de despertar suas consciências. É a chance de fazer algo efetivo pelo nosso país.

Durante o lançamento dessa série você terá acesso ao preço promocional para tornar-se membro. Esse preço é por tempo limitado, não perca tempo. Junte-se a nós.

Fique agora com o primeiro capítulo da série “Brasil – A Última Cruzada” e até breve. (BRASIL PARALELO, 2017a).

O primeiro aspecto a se analisar é como o sujeito comunicante, *O Brasil Paralelo*, se posiciona em relação ao receptor, ao telespectador. O grupo se posiciona com relação de superioridade ao espectador, esta afirmação se dá logo no início do enunciado da frase: *Você está prestes a conhecer uma história de sacrifício, virtude e coragem, que por muito tempo nos foi negada*. O locutor se apresenta na condição de superioridade por ser o portador de um saber, de um segredo, que foi negado ao espectador e que será desvelado por ele. Ratifica-se o posicionamento em seguida: *Reunimos mais de cinquenta especialistas para produzir a maior série já feita sobre a História do Brasil. Você está prestes a assistir uma narrativa séria sobre a sua história*. O conhecimento do grupo está amparado por mais de cinquenta especialistas, reforçando a condição de saber. Nesse mesmo excerto, o *Brasil Paralelo*, além de ser o portador de um saber, está disposto a compartilhá-lo em benefício de todos e principalmente do espectador, que ignora sua própria história.

A representação simbólica do defensor, protetor e detentor dos valores positivos a serem seguidos, começa a ser construída em pró do *Brasil Paralelo*. Ao mesmo tempo, cria-se o inimigo com as asserções apresentadas, que partem do pressuposto que a negação da história foi realizada por alguém. Os únicos agentes que poderiam negar a história dessa forma seriam os historiadores, os professores de História e o sistema educacional que elabora o currículo escolar. O *Brasil Paralelo* cria clima conspiratório com essa afirmativa, atribuindo aos grupos que deveriam ser os produtores de conhecimento histórico, o seu oposto, o de negar a História e, de certa forma, forjar uma historiografia falsa, que esconde a história de sacrifício, virtude e coragem. Porém, como mencionado, não existem projetos, pesquisas e profissionais qualificados para alterar toda uma área do saber. Os documentários não se sustentam com bases documentais, estão cheios de lacunas e abstrações, a história é mutilada para se enquadrar nos anseios do grupo. A atenção dessa pesquisa volta-se para a construção do inimigo, nesse caso, o historiador e os educadores que por muitas vezes assumem posições

críticas ou estimulam o pensamento crítico e questionador nos alunos. Esta perspectiva crítica muitas vezes confronta a visão de mundo conservadora e liberal tornando-se, na perspectiva do grupo, manifestação de cunho comunista ou esquerdista. Entende-se que a historiografia brasileira na perspectiva do *Brasil Paralelo* foi produzida por historiadores comunistas ou esquerdistas e por isso deve ser rechaçada.

Na continuidade do vídeo, além de reforçarem sua posição liberal e independente, enfatizam que o objetivo do grupo está em reverter as mazelas da cultura brasileira. Este argumento reforça o posicionamento do grupo como benfeitores da sociedade que combatem forças obscuras provocadoras de mazelas aos brasileiros. As forças são obscuras, pois não se evidencia quem são os causadores das mazelas na cultura brasileira e muito menos como foram provocadas. Ao não evidenciar quem pratica as mazelas, deixa-se em aberto o inimigo a ser combatido, que pode ser oportunamente apresentado quando e onde o *Brasil Paralelo* desejar. O resgate ou a tentativa de transformação cultural implica em negar as manifestações culturais atuais, uma forma de intolerância e de repúdio às manifestações do Outro, demonstrando o caráter autoritário do grupo.

O ódio não se manifesta diretamente no discurso, se apresenta de forma dissimulada ao se construir um inimigo que tenta lesar o espectador e sua cultura, que nega a história e consequentemente parte da identidade do povo brasileiro. O discurso estimula o espectador a combater esses agentes malfeitores e conspiradores, a sentir raiva e repulsa por qualquer pessoa, grupo ou ideia, que sejam apontados pelo *Brasil Paralelo* como os causadores dos malefícios. Se o ódio está no Outro, formula-se a percepção desse Outro negativamente e com características malignas, que quer prejudicar, facilitando o florescimento desse sentimento negativo.

Em seguida, o público é convidado a fazer parte da associação e, consequentemente, agir de forma positiva realizando algo efetivo pelo país. Os atributos positivos criados por intermédio do discurso podem ser adquiridos aos que se integrarem ao grupo, como portadores de uma verdade oculta, como o criador de um futuro melhor que foi planejado em conjunto com outros integrantes, que terá a visão de mundo ampliada e principalmente poderá despertar a consciência de outras pessoas.

Ao mencionar que é capaz de despertar consciências, o *Brasil Paralelo* enfatiza que as demais pessoas, que não concordam ou que não são adeptas a essas ideias, são inconscientes, dormentes ou iludidas. Consequentemente, o grupo se torna o porta-voz da verdade absoluta, tentando retirar do espectador a possibilidade de discordar.

A intenção em ensinar o *ticket conservador-liberal* torna-se evidente quando são oferecidos como benefícios aulas de conteúdo exclusivo e a oportunidade de encontros para debater o futuro, evidenciando o caráter propagandístico da produção.

No segundo excerto analisado, detecta-se o mesmo *modus operandi*, no qual o *Brasil Paralelo* se posiciona em relação de superioridade e como bem feito, porém de forma mais enfática, principalmente na criação do inimigo a ser combatido.

Por décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia, nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso, que não temos virtude. Ideologias perversas contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis em jovens, que hoje estão perdidos e sem norte.

A nossa resposta está sendo imediata. Estamos distribuindo um antídoto em cada canto do país, para todos os brasileiros. Nossos documentários são produzidos para despertar a consciência e o patriotismo de qualquer pessoa. São distribuídos gratuitamente para que tenham o maior alcance possível.

O nosso compromisso é com a liberdade e a consciência do povo brasileiro. Cumprimos a nossa missão. Há um ano, lançamos nossa primeira série, Congresso Brasil Paralelo, e ele já foi visto por mais de quatro milhões de brasileiros. Um impacto profundo nas raízes culturais do nosso Brasil. O mais importante é que pessoas como você fizeram a sua parte, tornando-se membros do Brasil Paralelo, comprando nosso produto e nos financiando. Por causa desse ato de coragem, estamos aqui para um novo passo, um passo em direção para a retomada da nossa verdadeira cultura, na nossa verdadeira missão como brasileiros.

Os nossos membros, além de viabilizarem este projeto, têm acesso a dezenas de aulas com os maiores especialistas do país, com os temas que expandirão sua visão de mundo, fazem parte de grupos fechados de membros para discussões internas, acompanham os bastidores de produção e participam de eventos presenciais por todo o Brasil, onde nos conhecemos e planejamos o futuro em conjunto. Chegou a hora de fazer a sua parte pela retomada na nossa cultura. Fique agora com o segundo capítulo da nossa série e até breve. (BRASIL PARALELO, 2017b).

Na criação do inimigo a ser combatido e consequentemente odiado por suas más intenções estão aqueles que destroem o patriotismo. O primeiro maniqueísmo se manifesta entre os patriotas e os não patriotas ou antipatriotas, sendo o *Brasil Paralelo* o grupo que defende a pátria, e seus opositores, os que querem destruí-la.

Diferentemente do excerto anterior que os historiadores estão implícitos no texto, os agentes negativos são expostos, a escola e a mídia. A estratégia de deixar em aberto os causadores das mazelas na cultura serve para situações como esta agora citada, pode-se criar inimigo a qualquer momento quando este for de interesse do grupo.

A escola e a mídia são caracterizadas negativamente como as responsáveis pela crença de que o brasileiro é fadado ao fracasso e sem virtude, propaga ideologias perversas e deixam nossos jovens perdidos e sem norte. Desloca-se totalmente o sentido do que representa a

escola, formadora de cidadãos capacitados para o pensamento crítico e para o trabalho. O sentido da mídia também é deslocado, tirando dela a forma simbólica de informação para o de embuste.

Existe a nítida tentativa em desacreditar duas instituições importantes no que se refere à informação e ao conhecimento. De forma genérica, a escola passa a significar todo o sistema educacional brasileiro assim como todos os profissionais que o formam. Da mesma maneira, a mídia é tomada como um agente constituído por todas as suas formas de representação e os profissionais que dela participam. Isso implica em atribuir às pessoas envolvidas na educação e nos meios de comunicação as características negativas relacionadas à escola e à mídia. O objetivo evidente é refutar qualquer forma de pensamento e crítica contrária às propostas do *Brasil Paralelo* e ao *ticket conservador-liberal*, seja através do conhecimento acadêmico ou da informação da imprensa.

As pessoas envolvidas, tanto no sistema educacional como com os meios de comunicação, são reificadas de forma indireta quando o *Brasil Paralelo* diz trazer o antídoto para o problema. Antídoto só é utilizado contra uma toxina, um veneno. Se os documentários são antídotos, o grupo considera que a escola e a mídia possuem a característica de animais peçonhentos ou que são agentes terroristas.

Referente à “ideologia perversa”, pode-se afirmar que são pensamentos relacionados à esquerda. Esse discurso procura legitimar reivindicações do próprio grupo, como o projeto “Escola sem Partido”. O uso do adjetivo perverso imputa o sentido de maligno, ruim, pervertido, desumano, de pouca qualidade moral para qualquer pessoa que tenha posicionamento político à esquerda ou contrário ao que prega o grupo. Reforça a ideia da cruzada entre o bem e o mal, alimentando o ressentimento para com o Outro, para aquele que supostamente quer prejudicar os jovens, o brasileiro e a pátria.

O ódio, mais uma vez, não está exteriorizado, não se insulta diretamente os profissionais da educação e da comunicação, mas os associam aos estereótipos comunistas, antipatrióticos, conspiradores, destruidores da juventude, perversos, pode-se dizer que atrelados ao próprio mal. Pode parecer exagero atribuir essa posição do *Brasil Paralelo* em relação aos profissionais da comunicação e da educação, mas não o é na medida em que não se tem controle na forma de recepção, apropriação e ressignificação da mensagem. A reação da pessoa que consome esse discurso de forma acrítica pode ser de descrença nos profissionais citados sem sentimento de ódio ou manifestações de repúdio e ódio que podem ser proferidos de forma simbólica ou até mesmo em agressões físicas.

Na realidade proposta pelo *Brasil Paralelo*, o jovem brasileiro, tratado de forma genérica, não possui capacidade crítica, torna-se facilmente influenciável, passivo e fatalista. Quando se tira a característica da racionalidade do jovem, está retirando uma característica humana, ou seja, o *Brasil Paralelo* está desumanizando o jovem brasileiro. Não são levados em consideração a classe social, a formação educacional, o local onde vivem e outros fatores que poderiam influenciar na subjetividade e na formação de cada indivíduo. Ao qualificar os jovens como perdidos e sem norte, pode-se desdobrar para vários possíveis interpretativos em relação ao adjetivo perdido, pode significar arruinado, perturbado, derrotado ou imoral. Da maneira que advertem, todos os jovens estão nessa situação, o que faz surgir o sentimento de urgência para uma reação.

Após convidar o espectador a participar do grupo e ajudando a financiá-lo nessa cruzada contra o mal, o *Brasil Paralelo* expressa, mais uma vez, sua intenção de retomar a verdadeira cultura brasileira, evidenciando a postura de intolerância contra a diversidade cultural, como se existisse apenas uma única cultura verdadeira. O ódio se manifesta mais uma vez, agora rejeitando a cultura do outro, colocando-a não apenas como cultura inferior, mas a negando por completo, pois se existe cultura verdadeira se pressupõe que as outras são falsas. A dissimulação do ódio se manifesta na intencionalidade de resgatar algo bom, a verdadeira cultura brasileira, como se ela realmente tivesse existido de forma singular. Romantizando o discurso de cruzada, torna-se quase a busca pelo Santo Graal.

Podemos identificar alguns dos modos pelos quais a ideologia opera e das estratégias apontadas por Thompson (2011).

A *legitimação* se apresenta no primeiro discurso e estará presente em toda a série, pois a narrativa dos seis episódios utiliza-se da estratégia da *narrativização*. Ao dizer que as pessoas estão prestes a conhecer a sua própria história, *uma história de sacrifício, virtude e coragem, que por muito tempo nos foi negada*, procuram dar início a esta estratégia, pois se propõe a contar a “verdadeira história”, que foi mudada para atender interesses outros. Outro modo de operação ideológica é a *reificação* por meio da *eternalização* em que o presente é tratado como parte de uma história que sempre ocorreu, da mesmidade, de tradições eternas que devem ser preservadas. O discurso de que se nega a verdadeira história serve como a chave para abrir as portas dos valores e visão de mundo que o *Brasil Paralelo* pretende propor, valores que seriam tradicionais e eternos, que foram ocultados supostamente pelos professores e historiadores.

Os *modus operandi* da ideologia pela *fragmentação* e *dissimulação* está evidente no discurso ao criar um clima conspiratório, que no primeiro discurso apresentado não está

evidente, mas no segundo se aplica às escolas e às mídias. Existe clara intenção de colocar essas duas instituições como inimigas da sociedade brasileira, que agem sorrateiramente difundindo ideologias perversas e destruindo o patriotismo utilizando a estratégia de *deslocamento*, atribuindo todas as qualidades negativas a todos os profissionais da educação e da comunicação e do *tropo*¹⁹ por meio da *sinédoque*, ao se referir a eles como escola e mídia de forma genérica. A *fragmentação* está utilizando a estratégia do *expurgo do outro*, pois em seguida, após qualificá-los negativamente, convida os espectadores a combater, a resistir e a acabar com as ações dessas instituições. Ainda como estratégia do *tropo*, pode-se colocar a *metáfora* como um instrumento quando se referem a suas produções e séries como *antídoto* para a realidade proposta.

Tanto no primeiro quanto no segundo enunciado, o projeto “Escola Sem Partido” torna-se a parte do *ticket* apresentado e vendido de forma indireta. Ao se colocar a escola como disseminadora de ideologias perversas, que para os conservadores-liberais são associadas ao marxismo, socialismo e comunismo, e que ela está deixando os jovens perdidos e sem norte, cria-se a urgência de uma ação como a aprovação do projeto. Quando se coloca escola de forma genérica, potencializa a urgência da ação ao imputar o sentido de que todas as escolas e profissionais da educação estão comprometidos com a conspiração de ensinar as ideologias consideradas perversas.

A solução para esse problema, que seria a aprovação do projeto “Escola sem Partido” não está apresentada nesses excertos. Porém, a estratégia da propaganda dos *conservadores-liberais* não está apenas em difundir suas ideias e anseios. Para que sejam atingidos seus objetivos devem criar uma realidade na qual suas ideias sejam essenciais para resolverem os problemas que eles mesmos projetam. Esta realidade também não é anunciada apenas em um único veículo ou fonte de informação, ela é constantemente repetida por diversos meios, principalmente pela internet. A pessoa escuta essa mensagem do *Brasil Paralelo*, posteriormente recebe um post de Facebook com mensagem semelhante, lê em um blog, ou assiste a um vídeo de um YouTuber e acaba por acreditar que a realidade proposta por esses grupos é o que realmente ocorre. Com os algoritmos, basta um acesso em um conteúdo semelhante para receber uma enxurrada de material que reforça essa perspectiva.

Realizando uma analogia com Freud (2011) em *Psicologia das massas e análise do Eu*, poderíamos questionar se os princípios das massas psicológicas não poderiam ser aplicados no mundo virtual por meio das mídias sociais. Considerando esta hipótese, os

¹⁹ Thompson (2011) denomina como tropo as estratégias que se utilizam de figuras de linguagem como sinédoque, metonímia ou metáfora para se deslocar os sentidos.

indivíduos, influenciados pelo ódio, poderiam ficar vulneráveis a entrar em um estado psicológico de massa, no qual estariam suscetíveis a qualquer tipo de informação análoga em combater pensamentos e pessoas que acreditam ser de esquerda. O ódio à esquerda, seguindo o pensamento freudiano, poderia ser o afeto que uniria essas pessoas, levando-as para o estado psicológico de massa. Os indivíduos nesse estado perderiam qualquer vínculo com a percepção da realidade social. Poderiam acreditar que realmente as escolas estariam em um complô, compostas de professores marxistas, que estariam realizando campanhas eleitorais para políticos de esquerda. Mesmo quando existe essa prática de algum professor se manifestar partidariamente, se ocorre com frequência, isso deve ser tratado administrativamente, com a direção da escola e diretoria de ensino.

Por meio desta hipótese, no estado psicológico de massa, com a capacidade cognitiva comprometida e pouco conhecendo sobre a realidade das escolas e dos meios de comunicação, os indivíduos podem não compreender que não existe sistema de informação neutra, seja na escola ou nas mídias. Estas pessoas podem ter dificuldades em realizar uma reflexão crítica para concluir que a intenção desse tipo de discurso e projeto de lei é silenciar as divergências, agir contra a diversidade de ideias, agir contra a democracia. A clara percepção que o objetivo é calar vozes fica obscurecida.

6.2 Racismo, sistema de cotas e a escravidão no Brasil

Segundo Bethencourt (2018), o racismo historicamente sempre teve finalidade política. Criar mitos ou histórias nas quais os Outros possuem características negativas e o grupo de pertencimento positivas, sempre foram formas de legitimar posições políticas e sociais. O grupo de pertencimento normalmente se caracteriza por ser a normativa civilizatória. O Outro é caracterizado como exótico ou com comportamento e características que devem ser repreendidas e exortadas. A narrativa historiográfica do século XIX apresentava essas características, assim como a perspectiva proposta pelo *Brasil Paralelo*. A normativa civilizatória é a cultura e o povo português, enquanto, o índio, o negro e o muçulmano são os Outros com costumes primitivos e bestiais. Somente por apresentar a civilização europeia, na figura do português, como norma civilizatória já se configura como uma narrativa racista.

O racismo, para Bethencourt (2018), ocorre quando pessoas sofrem um ato de discriminação devido a atributos supostamente herdados pela sua ascendência. Ou seja, o racismo depende de uma ação discriminatória, pois, segundo suas pesquisas, a prática de atribuir características aos povos foi comum na História desde a antiguidade. Esses atributos

poderiam ser positivos e negativos. O interessante da perspectiva do Bethencourt (2018) é que o racismo não está atrelado somente aos aspectos étnicos, mas também culturais, como os judeus com a ancestralidade religiosa. O conceito utilizado nesta pesquisa tem uma perspectiva mais radical. Consideramos racismo quando as características “herdadas” são negativas, independente da ação discriminatória, por entender que a partir desse momento já exista o processo de diferenciação, pois a pessoa que julga está tomando ela mesma como a normativa étnica e cultural. Esta perspectiva adotada pela pesquisa se assemelha mais ao entendimento das manifestações de racismo de Van Dijk (2008) utilizadas para a organização do discurso racista, que se baseia em enfatizar os aspectos positivos do Nós, os negativos do Eles e não enfatizar os aspectos negativos do Nós e o positivo do Eles. Assemelha-se por entendermos que o discurso é a concretização e exposição do pensamento, uma ação discriminatória. Porém, acreditamos que o racismo deve ser combatido antes mesmo da ação discriminatória, ele existe na forma de pensamento não exteriorizado.

Para Sodré (2015), o racismo alterou suas características com os abolicionistas no século XIX, movimento que teria muito mais o objetivo de imitar o ideário europeu do que a preocupação humanista, saindo da dominação para o de exclusão. Considerando que a dominação para Thompson (2011) está baseada nas relações assimétricas de poder de maneira contínua, na forma mais sofisticada de racismo, acreditamos que a exclusão é uma forma de manter as relações de dominação, pois na situação de periferia social, a pouca representatividade política, a falta de acesso à educação de qualidade e formação superior, que permitiria melhores empregos e consequentemente ascensão social, são comprometidas. A manutenção do *establishment* étnico permanece pouco alterada. Excluir é retirar poder e possibilidades, consequentemente reflete em dominação pela assimetria. A narrativa do *Brasil Paralelo*, como veremos, promove a continuidade dessa relação de dominação, negando que haja exclusão, perpetuando o mito da democracia racial. A mesma situação ocorre com relação ao índio e o discurso decorrente a ele.

A finalidade dessa análise não está em desmentir ou realçar as inconsistências históricas que o *Brasil Paralelo* expõe em seu discurso, mas em evidenciar a propaganda do *ticket conservador-liberal*, as intenções políticas desse discurso que possui a finalidade de estabelecer e sustentar uma relação de dominação. Porém, faz-se necessário pontuar algumas das discrepâncias, pois são utilizadas propositadamente para criar discursos com a intenção de propor realidades ficcionais que afetam as relações sociais, de poder e políticas.

Antes de partir para a análise do discurso dos depoentes sobre a escravidão, um dado torna-se importante. Destaca-se o tempo destinado à questão da escravidão na versão da

construção da história proposta pelo grupo, seis minutos e dezoito segundos, em um total de seis capítulos que totalizam quase sete horas de produção. O não dizer, nesse caso, diz muito sobre como pensam ou a visão de mundo que querem propor e a relevância dada à escravidão no processo histórico brasileiro. No capítulo cinco, com o título *O Último Reinado*, desprende-se alguns minutos para se abordar a abolição, dando enfoque aos abolicionistas, enaltecendo-os. Dessa forma, não entendemos que estejam abordando o tema escravidão e sim os abolicionistas.

Toda a narrativa apresentada neste trabalho está no segundo episódio da série *Brasil- A Última Cruzada*, intitulado *A Vila Rica* entre aproximadamente o trigésimo segundo e o trigésimo oitavo minuto.

A proposta do *Brasil Paralelo* sobre a questão da escravidão se inicia com o locutor na seguinte narrativa:

Os engenhos de açúcar a serem construídos, agora eram uma realidade e viriam acompanhados de uma das maiores chagas da História do Mundo. Das grandes manchas morais da biografia humana é impossível não lembrar da escravidão como uma das maiores. Quando falamos em escravos, lembramos da luta e da dedicação dos abolicionistas pela liberdade e dos povos que demoraram tanto para despertar e ver um futuro livre. É difícil pensar o quão horrível foi nascer e morrer sem ser o dono de sua própria vida. O fato de podermos olhar as coisas dessa forma é o privilégio de vivermos do lado de cá da linha do tempo da humanidade. O compromisso em manter a humanidade livre vem da lembrança que demoramos milênios para vencer o mal da escravidão. Foi um mal que por muito tempo não esboçava perspectiva de nos libertarmos.

Os antigos povos hebreus e assírios, os gregos e os romanos, os europeus, astecas, incas, maias, e tantos outros, não conseguiram vencer o status quo em que nasceram e viveram. Se olharmos para trás e vemos a mancha da escravidão, é a história jogando holofote sobre nós, esperando deliberarmos sobre nossas ações, para saber quem somos e como seremos lembrados. É a História cumprindo seu papel, nos ensinando os grandes erros e lembrando que muito dos nossos antepassados perderam seus sonhos na falta de liberdade (BRASIL PARALELO, 2017b).

Apesar de no excerto acima o *Brasil Paralelo* considerar a escravidão um desvio moral, todo discurso possui a finalidade de deslegitimar qualquer reivindicação da sociedade afrodescendente no Brasil e mascarar o racismo. A resistência dos negros escravizados, as revoltas e as lutas são apagadas e esquecidas nessa narrativa, assim como na proposta de Gilberto Freyre. Na luta pelo fim da escravidão só se mencionam os abolicionistas, eles é que seriam lembrados primeiramente e não a condição e a resistência do escravizado. Este discurso torna-se a primeira estratégia para se construir a realidade desejada pelo *Brasil Paralelo*. Ao se desconsiderar as lutas, as revoltas e os atos de resistência, procura-se

deslegitimar a luta e as reivindicações contemporâneas, como se estas fossem algo inventado por pessoas que se vitimizam, arranjando desculpa para conquistar algo de maneira fácil, se aproveitando supostamente de algo que não existiu ou que teve pouca relevância e gravidade.

Na construção dessa narrativa, ao citar outras civilizações que praticavam a escravidão, reforça-se a importância dos abolicionistas, pois conseguiram algo que milenarmente outros não conseguiram. A inconveniente lembrança de sermos o último país ocidental a abolir a escravidão é esquecida, convém a amnésia histórica.

O eufemismo começa a ser criado na fala do cientista político Adriano Gianturco:

A escravidão do ponto de vista moral, ético, não há nenhuma dúvida, não há discussão é uma aberração moral. Acho que por aí não tem conversa, ninguém discorda disso. Do ponto de vista histórico, infelizmente foi a normalidade no mundo inteiro, por grande parte da história na verdade. É um período muito recente que nós temos sistemas econômicos baseados na não escravidão. (BRASIL PARALELO, 2017b).

O trabalho escravo é apresentado como a normalidade no mundo todo e que somente na história muito recente surgiram sistemas econômicos não baseados na escravidão. Quando se estabelece o sistema econômico baseado no modo de produção e na forma em que o trabalho foi empregado, como nesse caso o sistema escravista, baseia-se pela preponderância que esta forma possui em relação às outras, não significando ser a única. A amnésia histórica ressurgue no discurso, o uso da palavra “recente” funciona para endossar e legitimar o sistema escravocrata no Brasil e esquecer todo o período da Idade Média e do sistema econômico feudal que se sustentava preponderantemente pelo trabalho servil. A escravidão não desapareceu da Europa Ocidental e cristã nesse período de mil anos, mas possuía a servidão como forma de trabalho e consequentemente no modo de produção e no sistema econômico. O sistema econômico escravocrata ressurgue no Período Moderno, preponderantemente nas colônias. Mesmo havendo escravos no território europeu, a escravidão não era a força de trabalho preponderante no continente. Relações de dominação e exploração existiam e ainda existem, porém em contextos diferentes. A afirmação do cientista político torna-se falaciosa, necessitaria de melhor explicação e contextualização se a intenção fosse dizer que o sistema econômico e a relação de trabalho capitalista são relativamente recentes na História. A interpretação que se faz, em relação à intencionalidade, está em naturalizar a escravidão e amenizar qualquer problema social decorrente dessa relação. Nessa construção da realidade proposta em que a escravidão foi algo normal no mundo, de forma universalizada, enfatiza-se a questão: Por que deveria haver dívida histórica para com os descendentes das pessoas

escravizadas no Brasil, como os afrodescendentes? Essa questão torna-se polêmica, pois, as pessoas escravizadas não estão mais vivas para receberem qualquer benefício que compense as sevícias e os sofrimentos causados. Em determinado aspecto, pode ser considerado até mesmo um insulto à memória do escravizado acreditar que uma cota em universidade compense o que viveu. Porém, a compensação não se trata da escravidão, como a narrativa do *Brasil Paralelo* tenta vincular. A compensação ou a dívida que se tem está na estrutura social que privilegiou determinadas etnias em relação a outras, está no racismo, que afeta os indivíduos contemporâneos. A questão está nas pessoas estigmatizadas e que sofrem preconceitos hoje, fruto da mentalidade racista estruturada no decorrer da História brasileira.

Para rebater esse argumento, o racismo também será alvo de deslegitimação por parte do *Brasil Paralelo* com o historiador negro Flávio Alencar:

O quê que era ser escravo, né? Ser escravo era... é ser vencido em uma guerra justa e perder sua liberdade. Ou, nascer de uma mulher nessa condição. É isso que definia... É a base legal, né? Pra... Pra ser escravo. Então é... Se fala muito de reparação histórica com relação à raça e etnia, mas o fundamento da escravidão nunca foi a origem étnica, no Brasil nunca foi (BRASIL PARALELO, 2017b).

O historiador bastante reticente explica o que era ser escravo: ser capturado por uma guerra justa ou nascer de uma mulher nessa condição e que a escravidão no Brasil nunca teve origem étnica. Dessa forma, não caberia nenhuma reparação histórica.

Primeiramente torna-se necessário realizar um breve comentário do que seria guerra justa. Este conceito foi debatido e tema de filósofos desde o período clássico, em que procurava-se legitimar a ação bélica, mudando alguns de seus aspectos no decorrer do tempo e espaço. No período da Idade Média, a religiosidade tornou-se importante para legitimar as ações militares contra povos não cristãos, fazendo parte do que seria “guerra justa”, assim como qualquer ameaça contra o governante e posteriormente a Coroa no período Moderno. Entendemos aqui que a fala do professor está se referindo ao que a Coroa portuguesa imputava como “guerra justa”. Contra os indígenas, por exemplo, a guerra justa seria:

- declaração de guerra a partir de decisão tomada em *junta* que determinava pela justeza da guerra que se pretendesse efetuar contra determinado povo indígena. Os principais critérios para tanto eram: (a) que os índios punham empecilho à propagação da fé católica; (b) que atacavam povoados ou fazendas portuguesas; (c) que eram antropófagos; (d) que eram aliados de inimigos portugueses (GOMES, 2017, p. 78. Grifo no original).

Entretanto, não implica em dizer ou acreditar que exista alguma guerra justa.

Existem alguns erros graves que não deveriam passar despercebidos por um historiador. Na primeira parte ao se referir aos aspectos que determinavam a escravização das pessoas, as duas situações apresentadas estão corretas, porém não eram todos os escravizados frutos da captura de uma guerra justa. A guerra justa no território do Brasil Colônia, como diz a citação anterior, se dava principalmente contra os povos indígenas que ofereciam resistência ao acultramento português e a evangelização e no continente africano contra os muçulmanos. No Brasil Colônia, mesmo em alguns períodos sendo proibida pela Coroa, a prática de prear índios pelos bandeirantes, principalmente nas capitanias mais pobres, era comum e não se limitava às guerras justas. Os escravizados de origem africana não eram todos frutos de guerra justa, muitos não eram muçulmanos ou estavam em guerra com qualquer outra nação ou tribo. Falta o professor dizer que, além das guerras justas, a condição de escravo se dava pelo fato de encarar o ser humano como mercadoria de alto valor e de comércio extremamente lucrativo.

Na sequência da fala do professor Flávio Alencar, inicia-se a argumentação mais polêmica e grave na construção da falácia histórica para legitimar práticas racistas. Segundo o locutor, no Brasil, o fundamento da escravidão nunca foi racial ou de origem étnica, negando enfaticamente pela segunda vez ao concluir a frase “[...] no Brasil nunca foi”. Se fosse como o professor diz, a prática de escravizar brancos europeus²⁰ seria comum ou corriqueira e não cairia preponderantemente em índios nativos e africanos, não estaria concentrada no Outro não europeu e não cristão. O tratamento ao diferente não seria discriminatório e repressivo. A escravidão praticada no Brasil poderia não ser exclusivamente racial, existiam interesses principalmente econômicos que beneficiavam comerciantes e principalmente a Coroa com os impostos. Porém, a tratativa e as características atribuídas ao negro como bestial, selvagem, primitivo e desumanizado, como expõe Bethencourt (2018) ao analisar as produções artísticas da época representando o negro, servem como exemplo de manifestação de racismo.

Paulo Cruz, outro professor negro endossa o argumento apresentado pelo *Brasil Paralelo*.

Não é racial, ela se torna racial no século XIX, quando surgem as teses eugenistas é que aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar a... a... o africano ou descendente de africano ao escravo. Mas isso é muito tardio, então não era... era, foi escravidão primeiro de oportunidade. Tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham

²⁰ Existem relatos de escravidão de pessoas brancas na Europa; em Portugal chegou a se escravizar judeus.

seus escravos também. Então quer dizer, dentro de uma economia escravista se eu sou um senhor de engenho, eu tenho escravos (BRASIL PARALELO, 2017b).

Em seu discurso, argumenta-se que a associação da raça com africano escravizado só surgiu após as teses eugenistas no século XIX e que anteriormente a isso não era uma questão racial. Ao colocar um professor negro afirmando assertivamente que a escravidão não é racial, o *Brasil Paralelo* tenta retirar o argumento daqueles que defendem alguma forma de compensação histórica e social aos negros, que os próprios negros ou parte deles concordam com esse argumento. Existe uma falha factual no discurso do professor, o termo eugenismo criado por Francis Galton é de 1883, ou seja, cinco anos antes da abolição, que era baseada nas teses evolucionistas de Darwin e afirmava que determinadas raças eram mais evoluídas que outras. Porém, a questão das raças era debatida muito antes, no século XVIII e não somente no fim do século XIX. Segundo o historiador Francisco Bethencourt (2018), a prática do racismo, mesmo não tendo essa nomenclatura, vem de períodos muito anteriores desde a Antiguidade Clássica. Lembrando que para Bethencourt (2018), o racismo consiste em cometer uma ação discriminatória a uma pessoa devido às características herdadas de sua ancestralidade. Essas características são estereótipos pré-determinados, podendo conter aspectos positivos e/ou negativos e não consideram apenas características físicas como a cor da pele. No caso de Portugal, Bethencourt (2018) lembra a perseguição aos mouros e aos judeus e da pureza de sangue como formas de racismo no próprio território português, que comprova as práticas racistas dos portugueses desde a formação do Estado Nacional Português. Existem vários exemplos que podem ser fornecidos para enfatizar o racismo na colônia brasileira, basta lembrar a nomenclatura que era dada aos negros e seus descendentes que remetiam a animais, como o termo mulato (mula) e crioulo (criação animal), além do tratamento desumanizado que recebiam. A possível alegação de anacronismo do uso racismo torna-se infundada, pois sua prática era algo comum, mesmo não sendo denominada dessa maneira.

Ao usar o termo “muito tardio”, o professor Paulo Cruz tenta provocar um eufemismo na questão histórica do racismo no Brasil, dando a sensação de que se existiu, foi por um breve período. Tenta-se desviar o foco do racismo na relação de escravidão nas palavras “foi escravidão primeiro de oportunidade”. Não se pode negar que a oportunidade foi um fator importante na escravidão, principalmente financeira como já fora mencionada, o tráfico negreiro era uma das atividades comerciais mais lucrativas na época, tanto que para muitos historiadores esse era o fator principal do descolamento da escravidão indígena para a

africana. Porém, isso não tirava o aspecto racial, pois durante todo o período, assim como foi citado, que negros possuíam cativos, os alforriados sempre ficavam com medo de serem escravizados novamente, algo que também ocorria. Ter a pele escura era um estigma que associava a pessoa diretamente a condição de escravo, de inferioridade e de subalterno aos de pele mais clara. As abstrações das propostas de realidade apresentadas pelo *Brasil Paralelo* servem exclusivamente para mascarar os aspectos racistas no período da escravidão, todas as práticas cotidianas para com os negros escravizados, a sua reificação como mercadorias ou como animais não são mencionadas.

Não se pode comparar escravidão em escala de ser pior ou melhor, porém existem características diferentes, se comparada à escravidão que ocorria na antiguidade clássica em relação ao período colonial. Na antiguidade, o escravizado quando possuía uma habilidade ou um conhecimento específico este era utilizado pelos seus donos, era comum existirem escravizados médicos, engenheiros, administradores. No caso do Brasil não existia essa prática, o conhecimento do africano escravizado e trazido à colônia era totalmente desconsiderado, pois eram inferiorizados como selvagens, sem cultura, animais escos, sem nada a oferecer além de seus corpos para trabalhos físicos e sexuais, eram totalmente desumanizados. O negro educado e letrado era a exceção no Brasil Colônia e Império.

O professor Tomas Giuliano reforça a narrativa anterior.

A alforria era uma concessão do senhor, mesmo que o negro tivesse dinheiro para pagá-lo. Ai nós temos um problema. Não conseguiram comprar sua alforria. Pois bem, eu tenho esse dinheiro, eu vou investir esse capital - compravam escravos. E tinham essa possibilidade. E nós temos casos - percebam o nível de especificidade da nossa escravidão - de antigos escravos que pagavam suas alforrias com seus próprios escravos. Claro que são casos que são minoritários no sentido da história da escravidão como um todo, mas são especificidades que não são comentadas, que não são debatidas. (BRASIL PARALELO, 2017b).

O professor foca na especificidade que ocorria no caso brasileiro, com negros comprando sua alforria com o trabalho de escravizados de sua propriedade, porém enfatiza que não era a normalidade, mas que deveria ser debatido. Mesmo sendo verdadeira a colocação, podemos levantar a questão: por que se evidenciar a exceção em vez da regra? Por qual motivo não se menciona o tratamento recebido pelo cativo, das sevícias, das resistências, dos assassinatos? Em uma série que supostamente diz contar a História do Brasil deveria despender mais tempo na questão da escravidão, na normativa e não em especificidades.

Nesse excerto, além de querer eximir a responsabilidade do sistema escravocrata do europeu, na figura do português, pretende jogar a responsabilidade da escravidão ao próprio negro.

A construção argumentativa reforça a proposta de que a escravidão não teria princípios raciais, evidenciando as exceções, pois o negro escravizado escravizava outros negros. Uma das possíveis apropriações do espectador inicialmente pode ser a de considerar como exceção o negro escravizando o negro, porém as apropriações constantemente são reapropriadas pelo mesmo indivíduo. Assim sendo, o indivíduo que inicialmente entende como exceção pode vir a aceitar como regra depois de uma reapropriação da mensagem. A estratégia de alterar o sentido de exceção para regra se percebe logo em seguida com o retorno à fala do professor Paulo Cruz.

E inclusive o continente era altamente escravocrata, assim, internamente, certo? Então quer dizer, o português não chegou lá na costa africana e chegou dando paulada e tiro e arrastando o... o... africano para dentro dos navios, né? Já existia um comércio intenso de escravos na costa. (BRASIL PARALELO, 2017b).

Os argumentos de responsabilizar o africano pela escravidão dizendo que o continente africano era altamente escravocrata internamente e de associar o negro como o escravizador, deslocando a forma simbólica de vítima do processo para réu.

Ao dizer “continente era altamente escravocrata”, cria-se o sentido de que a chegada dos portugueses, e depois de outros europeus, em quase nada afetou no continente, um eufemismo facilmente desmentido pela historiografia comprometida com o saber científico. A historiadora Katia M. de Queirós Mattoso (2016), por exemplo, ao abordar esse tema, explica a ampla variedade e formas de escravidão que existiam no continente africano, muitas delas não implicam em comércio de pessoas, também salienta o impacto que a chegada dos europeus causou, desestruturando todas as relações sociais e políticas pré-existentes. Abordar a questão da escravidão africana de forma falaciosa e leviana serve exclusivamente para fins políticos, diminuindo a importância e os reflexos sociais contemporâneos decorrentes da escravidão brasileira. Na sequência do mesmo discurso, o professor afirma que os portugueses não chegaram “dando paulada e tiro e arrastando o africano para dentro dos navios”, que implica em outro eufemismo falacioso na tentativa de isentar ou diminuir a participação portuguesa na violência que a escravidão representa. O historiador Jaime Pinsky (2010) cita o cronista português Gomes Éanes de Zurara (1410-1474) sobre uma incursão em 1444 com a finalidade de prear escravos, “deram sobre eles, matando e prendendo o quanto podiam” (apud PINSKY, 2010, p. 13) , que reflete exatamente o oposto da proposta de realidade do

professor Paulo Cruz. Pouco falta para dizer que vieram para o Brasil de forma voluntária e que não foram trazidos à força, separados de seus lares e familiares, ou afirmar que não sofreram maus-tratos e violência. O português praticamente é absolvido da responsabilidade sobre o comércio de pessoas trazidas da África. Diferentemente como diz o professor Paulo Cruz, o comércio escravo intenso na costa africana só se tornou uma realidade após a chegada dos portugueses e de outros europeus.

O eufemismo da participação do português e a naturalização do processo do comércio de pessoas prosseguem com a retomada do discurso de Thomas Giuliano.

Quando falamos de negro que veio da África de diferentes regiões, eu preciso entender que a escravidão já existia no continente africano. Porém, ela era específica em cada um dos lugares. Ou seja, é muito perigoso dizer assim: Os negros africanos escravizavam-se porque eram muçulmanos. Porque nem todas as nações eram muçulmanas. Certo? Inclusive cabe dizer que: as que eram praticavam uma escravidão pior das que não eram. (BRASIL PARALELO, 2017b).

O primeiro aspecto a se destacar está no verbo *vir* no trecho “o negro que veio da África”, como se fosse uma opção vir ou não, igual a um imigrante que procura em outro local, oportunidades e melhor qualidade de vida. Ameniza dessa maneira a “vinda” do africano para o continente americano, mascara a violência de ser trazido contra sua vontade, do trato recebido, das sevícias da captura e da logística das viagens que proporcionaram altos índices de mortalidade. O verbo correto a ser utilizado é trazer e não vir. Pode-se alegar um lapso no não uso correto do termo, porém toda a construção simbólica da escravidão e a argumentação realizada pelo *Brasil Paralelo*, minimizando o processo histórico e seus efeitos, evidenciam que a utilização do verbo *vir* é intencional, faz parte da estratégia de comunicação adotada em subtrair os aspectos negativos da mentalidade civilizadora europeia.

A responsabilidade da escravidão novamente dirige-se ao africano. A repetição dessa afirmativa serve como reforço da ideia de que o português e a civilização ocidental somente aproveitaram uma prática comum ao utilizar a mão de obra escrava dos africanos. Reforça o que Paulo Cruz mencionou anteriormente, que era uma escravidão de oportunidade e não racial. Assim como os discursos anteriores, serve para deslegitimar qualquer reivindicação social nos dias de hoje pelas desigualdades de origem étnica e consequentemente combater o racismo.

Quando finalmente parece que serão abordadas as diferentes formas de escravidão na África, o depoente apresenta a frase: “Os negros africanos escravizavam-se porque eram

muçulmanos”. Essa frase apresenta o objetivo de evidenciar a escravidão muçulmana diante as outras formas e posteriormente afirmar que esta era a pior prática. Simbolicamente, tenta-se criar a pior das escravidões, a muçulmana, e conseqüentemente uma escravidão melhor, provavelmente a escravidão portuguesa e cristã. Seguindo a lógica da construção da realidade proposta pelo *Brasil Paralelo*, cheia de abstrações históricas e com a escravidão muçulmana como a pior, faz crer que a escravidão brasileira não foi ruim como os historiadores pregam. Chegam muito próximos ao limite de regredirem cinco séculos na mentalidade e afirmarem, como os contemporâneos de Zurara, que seria uma benesse ser civilizado pela cultura ocidental e conhecer a religião cristã, como lembra Pinsky (2010) ao se referir aos sentimentos do cronista presenciando a chegada e o lamento das pessoas capturadas para serem escravizadas:

O cronista que nos legou essa descrição (Zurara) afirma ter, de início, se emocionado com o quadro. Logo, porém, lembrou-se de que os males físicos e a perda da liberdade dos africanos eram amplamente compensados pelo “caminho da salvação espiritual” que a conversão ao cristianismo lhes propiciaria. Como vemos, vários elementos “justificadores” da escravidão no Brasil (inclusive o papel colonizador da religião) já aparecem desde o início do escravismo português. (PINSKY, 2010, p. 14).

Porém, mesmo não dizendo, o sentido possível a ser apropriado pelo espectador pode ser esse, que foi muito melhor ser escravizado pelo português, ser civilizado pela cultura ocidental cristã do que correr o risco de permanecer no continente africano e ser escravizado pelos povos muçulmanos. Pode-se atribuir um possível interesse do grupo em dar esse sentido baseado na mesma forma de pensar de Varnhagem, que acreditava que os africanos tiveram melhor sorte ao ter com os europeus, “[...] com gente mais polida, com a civilização e o cristianismo” (REIS, 2007, p. 43). A intencionalidade em forçar essa interpretação pelo espectador se faz pela sequência da narrativa com o Olavo de Carvalho.

A escravidão muçulmana é um assunto relativamente recente na pesquisa historiográfica. Né? Tem um livro que eu recomendo do historiador [não se entende] que se chama Tidiane, que se chama *Génocide Voilé*, genocídio velado. Que é a desgraça que a escravidão muçulmana fez na África. Os escravos que iam pro mundo muçulmano. Os muçulmanos preferiam comprar mulheres e quando compravam homens, capavam, porque em grande parte para a finalidade sexual (BRASIL PARALELO, 2017b).

Olavo de Carvalho inicia sua fala afirmando que a escravidão muçulmana seria um assunto relativamente recente na historiografia. Essa afirmação pode ser interpretada, que por

ser recente, seria pouco conhecida ou estudada e um mistério a ser desvelado. Justificaria a visão ou os relatos históricos de um único livro, como sugere Olavo. Mesmo que esse tema seja pouco conhecido para a população brasileira, ele é bastante debatido e controverso dentro da academia para aqueles que estudam escravidão e civilizações islâmicas. Para Peter Demant, “A situação do escravo era, em geral, muito melhor no mundo muçulmano do que na antiguidade médio-oriental e greco-romana “clássica”, ou ainda sobre as potências cristãs nas Américas até um século e meio” (DEMANT, 2011, p. 146). Como podemos perceber, a questão sobre uma escala de relações escravocratas entre melhor e pior são controversas e pouco produtivas, tornando-se muito mais uma retórica política do que efetivamente relevante. Para as pessoas escravizadas, talvez por pouquíssimas exceções, a escravidão nunca foi uma opção a ser escolhida. Não se pode mensurar o sofrimento individual de cada um para se quantificar qual era melhor ou pior. Partindo desse pressuposto, a perspectiva desse trabalho evidencia o uso político dessa narrativa, na tentativa do deslocamento do sentido da escravidão praticada pelos portugueses e europeus, diminuindo a carga simbólica negativa que carrega e transferindo-a para os próprios africanos e povos islâmicos.

Em seu discurso, Olavo de Carvalho reforça a imagem negativa dos muçulmanos, como aqueles que desgraçaram o continente com a escravidão, retirando qualquer participação dos europeus tanto no período Colonial como Neocolonial. Os “vilões” são os muçulmanos. Inclusive por escravizar mulheres para a prática sexual, como se na História da Escravidão no Brasil não fosse comum os senhores praticarem sexo forçado, com as mulheres escravizadas. A imagem negativa do muçulmano é reforçada quando Olavo diz que os homens eram capados, como se todos fossem, generaliza a situação potencializando a crueldade. Realmente essa prática existia, os eunucos normalmente eram os escravos que tinham livre acesso aos haréns. Diferentemente do que sugere esse discurso, muitos escravos eram soldados, trabalhavam em serviços domésticos ou no campo, não tinham origem exclusivamente da África Subsaariana, existiam eslavos pagãos e oriundos da Ásia central. Segundo Demant (2011), nos séculos XVIII e XIX devido à crise de fornecimento de escravos originários da África, o Cáucaso tornou-se o maior fornecedor fora do continente africano. A escravidão muçulmana é um tema bastante complexo e diverso com variações no espaço e tempo, o que o *Brasil Paralelo* tenta fazer com esse discurso é criar um estereótipo reducionista, racista e com finalidade política. O objetivo do discurso está em tirar o foco na gravidade da escravidão da historiografia brasileira, seus efeitos e, consequentemente, mascarar o racismo e qualquer reivindicação ou reparação para com os negros na atualidade,

ao mesmo tempo, reforça simbolicamente o estereótipo muçulmano, que pode ser utilizado para legitimar posições, ações e discursos xenofóbicos ou racistas em ocasiões futuras.

Na estratégia de potencializar a crueldade da escravidão africana entra o depoimento do diplomata e escritor Alberto da Costa e Silva.

[...] tinha escravo na África, era enterrado com as cordas amarradas no pescoço e ficava com a ponta da corda fora do enterro para ser puxado para fora, quando fosse necessário. Quando morria um chefe em algumas regiões da África, isso poderia significar que seriam mortos, 20, 30, 40, 50 escravos para acompanhar no outro mundo o chefe que havia morrido. (BRASIL PARALELO, 2017b).

Aparentemente, o trecho parece ser recortado de uma narrativa maior, que foi escolhido deliberadamente uma parte que se encaixaria no contexto desejado pelo *Brasil Paralelo*.

O escravizado ser enterrado com uma corda no pescoço reforça a humilhação e a condição da pessoa que seria escrava mesmo depois de morta, que jamais estaria livre. Simbolicamente, torna-se forte a mensagem, principalmente para a cultura ocidental contemporânea e pelos que presam pela liberdade. O trecho “tinha escravo na África” generaliza a ação, não se fala qual cultura possuía essa prática, os motivos e o quão comum era praticada, não se contextualiza para potencializar negativamente o ato, amplifica a ação que pode ser compreendida ou apropriada pelo espectador como corriqueira em todo o continente.

A dissimulação através da generalização continua em “Quando morria um chefe em algumas regiões da África”. Não se dizem quais, em que cultura, quando ou se eram em muitas ou poucas. Assim, como analisado no trecho anterior, uma mensagem aberta para possíveis interpretativos devido à generalização potencializa a probabilidade dos espectadores se apropriarem da mensagem como sendo uma prática comum no continente africano, da morte de dezenas de escravos acompanhando seus donos para o além vida. Todo o discurso de Alberto Costa e Silva dramatiza a questão da escravidão pela eternidade, o que amplifica a sensação de crueldade, principalmente aos mais religiosos, torna-se uma afronta não somente à vida como à alma.

O locutor Felipe Valerim retorna para fazer a narrativa final sobre a abordagem da escravidão que o *Brasil Paralelo* apresenta nessa série.

A escravidão era uma situação aceita e tornara-se a mão de obra na cana de açúcar no Brasil. Primeiramente os homens da Guiné, depois os do Congo e da Angola, e em seguida o tráfico envolveu todo o sul do continente, até Moçambique, tornando o negócio de escravos o mais lucrativo e amplo do planeta. (BRASIL PARALELO, 2017b).

Logo no início do discurso se diz que a escravidão era uma situação aceita. Porém, aceita por quem? As pessoas escravizadas aceitavam de bom grado serem tiradas de suas vidas para serem levadas para outro continente, sofrerem sevícias, serem violadas, marcadas à ferro, perderem a liberdade? A escravidão poderia ser aceita por aquele que escravizava e lucrava com a prática, mas não para o escravizado. As tensões, as revoltas, as lutas e as contradições são subtraídas do discurso, dessa forma naturaliza-se o sistema escravocrata tornando-o simbolicamente mais brando do que foi historicamente, e permitindo desconstruir quaisquer implicações decorrentes desse processo na atualidade.

O excerto pode passar despercebido pela maioria das pessoas, mas talvez seja o que melhor evidencia a mentalidade racista do *Brasil Paralelo*. Por mais que possam alegar que a intenção era dizer que a escravidão foi aceita no contexto histórico, as implicações dessa colocação devem ser destacadas. Apresenta-se o negro escravizado como se aceitasse sua situação. Essa ideia desconsidera totalmente o negro como sujeito e agente histórico, pois desconsidera sua posição, sua voz e resistência. Pode ser compreensiva essa posição em um cronista do século XVI, ou em um historiador do século XIX, mas não nos dias atuais, por conta de todos os avanços de pesquisas acadêmicas e científicas no âmbito da História. Mais problemático está em saber que se a pessoa pensa e se expressa dessa maneira pode também agir dessa forma, não escravizando, mas desconsiderando a voz do negro, principalmente se essa for dissonante ao pensamento eurocêntrico. O negro só é ouvido se for para concordar com a perspectiva racista.

Em todas as análises representadas acima, dividimos os excertos conforme a edição realizada, com a fala de cada depoente em sequência, para facilitar a análise e para colocar de forma clara o discurso de cada depoente. Entretanto, analisando o discurso como um todo, percebemos a predominância do modo de organização argumentativa, com asserção de partida, de passagem e de chegada. A asserção de partida se refere à escravidão como uma mancha ou aberração moral. Referente às asserções de passagem, a primeira seria de que a escravidão não estaria vinculada ao racismo, que foi uma escravidão de oportunidade, com a justificativa de que negros escravizavam negros tanto na África quanto no Brasil. A segunda de que existiam vários tipos de escravidão, sendo a muçulmana a pior de todas. Na asserção

de chegada, temos a aceitação da escravidão, que fornece a sensação de normalidade e naturalidade em todo o processo.

Todo o processo argumentativo criado e expresso no que se refere à escravidão nesta série reforça o argumento do mito da democracia racial. Como apontamos anteriormente, o embrião desse mito surge com Von Martius apontando que a História do Brasil deveria ser realizada com a união das três raças e com a questão se a chegada dos povos africanos no Brasil teria sido ou não benéfica. A mudança ocorre com Gilberto Freire apontando como positiva a chegada do africano, porém fazendo de forma diletante e harmoniosa, mascarando os conflitos e a relação violenta dessa miscigenação. O mito da democracia racial consiste nisso, em fazer crer que as relações entre as diferentes etnias foram harmoniosas e justas, que todos são tratados de forma igual e com o mesmo nível de oportunidade. Que a cor da pele ou a etnia nunca foram barreiras ou fonte de discriminação. O racismo se manifesta de forma velada baseado no mito da democracia racial, os negros têm os mesmos direitos desde que não estejam presentes nos mesmos locais ou possuam as mesmas posições sociais, análogo ao que Sodré (2015) chama de racismo de exclusão. O *Brasil Paralelo* se manifesta totalmente favorável a essa postura pelo discurso aqui apresentado. Usa-se o termo *mito* não somente por ser uma explicação do mundo falaciosa e desconectada da realidade social, mas por ser uma explicação totalmente desprovida da *razão* científica.

Como mencionado nas análises expostas, toda a linha de organização discursiva foi construída para se amenizar o impacto da escravidão na estrutura social brasileira utilizando o modo de dissimulação, da estratégia do eufemismo. A implicação maior se reflete no combate às cotas raciais e outras políticas afirmativas, mesmo que aparecendo somente de passagem a questão. Os argumentos para o combate às cotas são dados para aqueles que são contra o sistema, que no Brasil não existe racismo e que a escravidão não sendo tão grave quanto os historiadores colocam não influenciou de forma impactante as estruturas sociais e consequentemente as cotas raciais não se justificam.

Os argumentos oferecidos pelo *Brasil Paralelo* são um pouco diferentes dos apontados por Sodré (2015) como corriqueiros nos meios de comunicação convencionais em relação às críticas ao sistema de cotas raciais. As argumentações mais presentes estão relacionadas ao fim da meritocracia, que acarretaria na queda da qualidade de ensino nas universidades por receberem alunos menos preparados e que consequentemente poderiam se formar menos qualificados. Estigmatizados pela cor da pele, seriam identificados como profissionais menos qualificados, o que implicaria em ampliação do racismo. Mesmo quando identificam que existe desproporção no percentual entre a população afrodescendente que vive no Brasil e a

que frequenta universidade em relação à população branca, não encaram como um problema racial e sim social, pautados principalmente pelo mito da democracia racial, na qual todas as raças possuem condições iguais; a desigualdade torna-se social pela má condição do ensino público oferecido. No entendimento desses discursos, as cotas são manifestações de racismo.

A primeira questão que se pode criticar nessas perspectivas refere-se à meritocracia, principalmente em um país tão desigual como o Brasil. A meritocracia deve ser um sistema que privilegie única e exclusivamente o poder do mérito. Para que seja efetiva, todos os integrantes devem partir não necessariamente em pé de igualdade, que seria utopia, mas de condições muito próximas em relação às oportunidades e acesso aos meios para se conseguir êxito. Ou seja, deveria considerar apenas a capacidade individual, sem interferência de capital econômico, social ou político, entre indivíduos que partem de condições semelhantes. O sistema meritocrata perfeito torna-se utópico, o que não impede a possibilidade de existência de um sistema que privilegie o mérito nas condições acima citadas. Porém, no Brasil, podemos afirmar que nunca houve sistema próximo a essas condições pela desigualdade social, política e econômica. Não podemos confundir conquistas pessoais, em que se batalha muito para conseguir, com meritocracia. Essas conquistas são méritos próprios, individuais e não parte de um sistema em que se privilegia o mérito.

As alegações da queda de qualidade de ensino na universidade acabam tornando-se apenas afirmações no campo da retórica e opinativa, sem embasamento em estudos empíricos que apresentem tal resultado. Por tanto, se existe alguma discriminação em relação à cor da pele no que tange a capacitação profissional, ela advém de um racismo prévio ou influenciado por ilação sem comprovação.

As narrativas normalmente indicam que o problema da desigualdade de acesso está na diferença do ensino público em relação ao privado e que as cotas mascaram ou evitam a solução de se proporcionar ensino público de qualidade no fundamental e médio. Sodré (2015) aponta que esse discurso se faz de forma excludente, como se não pudesse realizar as duas coisas ao mesmo tempo, ou enquanto se colocam em prática políticas públicas voltadas para a melhoria do ensino fundamental e enquanto não atinja seu objetivo, as cotas possam ser uma forma de equidade.

O *Brasil Paralelo*, no excerto apresentado, altera um pouco a estratégia narrativa abordando as cotas de forma discreta. Porém, propõe uma realidade na qual as cotas raciais seriam uma aberração e que contribuem para os argumentos apontados por Sodré (2015). Nessa realidade, diminuindo o significado da escravidão, diminuem os sentidos implicados no impacto social presente. Faz-se crer que o racismo não é estrutural na sociedade brasileira,

reforça-se o mito da democracia racial e de que somos um povo mestiço. Podemos ser um povo mestiço no que tange à base da pirâmide social, política e econômica, mas não em sua ponta. O racismo pode estar capilarizado em todas as classes, mas, ao que parece, é fomentado pelo topo da pirâmide, onde se encontra grande parte dos *conservadores-liberais*, que não querem alteração em sua estrutura. As cotas são uma forma de alterar essa pirâmide, de quebrar uma reserva de mercado de trabalho na qual se exige nível superior que antes era destinada à classe média e às elites econômicas, e, por isso, são fortemente combatidas.

6.3 O imaginário da segurança através das armas

Dentre as pautas defendidas pelos *conservadores-liberais* está o combate ao Estatuto do Desarmamento. Essa bandeira faz parte do bloco de ideias que constituem o *ticket conservador-liberal*, o que de certa maneira ajudou na eleição de Jair Bolsonaro no pleito presidencial. O gesto com as mãos representando uma arma foi uma das marcas da campanha, compartilhada por seus seguidores.

Na série *Brasil – A Última Cruzada*, o tema aparece em poucas oportunidades dos seis capítulos, somente em três momentos. Aparentemente, existe um esforço para que o tema seja incluído nas narrativas, mesmo que de forma sutil, pois historicamente o armamento ou desarmamento da população nos momentos apontados são irrelevantes, com informações vagas, suposições que não podem ser comprovadas e buscando enquadrar processos históricos de forma que se encaixem em suas narrativas, interesses e visão de mundo.

Os três momentos em que o tema surge são bastante distintos. O primeiro na invasão dos muçulmanos na Península Ibérica no ano de 711. O segundo com a chegada de Tomé de Souza em 1549 ao território que viria a ser o Brasil. Finalmente, na Era Vargas em meados dos anos 30 no século XX. Dentro da historiografia, qualquer relação entre três processos tão distintos ou querer compará-los seria anacronismo, porém não estamos abordando a História e sim a Comunicação e principalmente a propaganda do *ticket conservador-liberal*. Faz-se esta observação pelo motivo de que o *Brasil Paralelo* não faz as relações dos três momentos de forma direta, estão em episódios diferentes. As comparações não são históricas, mas sobre os sentidos empregados e suas possíveis implicações.

O primeiro excerto é retirado do primeiro capítulo intitulado *A Cruz e a Espada* na fala de Rafael Vitola Brodbeck, delegado de polícia no Rio Grande do Sul e escritor, apresentado no vídeo apenas como pesquisador. Encontra-se no final do décimo segundo minuto e início do décimo terceiro. O tema abordado, como mencionado, é a invasão muçulmana na Península Ibérica que se inicia no século VIII, ano de 711.

As teorias que os historiadores ah... levantam quanto a facilidade da invasão: foi porque em primeiro lugar o reino visigótico não deixava que as populações de origem romana tivessem acesso a armas ou exército. Então nós já vemos aí um processo de desarmamento, que facilitou inclusive a queda do seu próprio Estado. (BRASIL PARALELO, 2017a).

O primeiro aspecto a se destacar é a busca pela tentativa de legitimar o discurso com o respaldo dos historiadores como os que concluem que a invasão foi facilitada pelo não armamento da população. Esta afirmação é vaga e generalista, faz crer que existe um consenso entre os historiadores sobre o assunto, como se todos chegassem à mesma conclusão, sem apresentar as fontes em que se baseia. A mesma asserção coloca o enunciador em posição de superioridade, pois se torna portador de um saber que o receptor não possui. A estratégia é igual às apresentadas em análises anteriores, em fazer asserções nas lacunas de conhecimento do espectador, já que supostamente a maioria das pessoas pouco sabe sobre este processo histórico. Um dos motivos que facilitou a invasão, que foi mencionado na série, está na disputa dinástica, que proporcionou a aliança dos opositores ao Rei Rodrigo, com os muçulmanos. A disputa interna no reino visigodo parece ser mais plausível no que tange a pouca resistência da invasão muçulmana. Devemos salientar que até mesmo especialistas sobre o assunto encontram dificuldades nas pesquisas sobre o período por falta de evidências históricas, como aponta a pesquisadora e arqueóloga Catarina Tente (2010). Por esse motivo, a afirmação realizada torna-se um tanto quanto questionável. Seria necessário apresentar as fontes e os autores que seguem a hipótese do desarmamento.

O ponto de vista do entrevistado é evidentemente favorável ao armamento quando aponta o desarmamento como negativo e causa da queda do Estado, ou seja, da monarquia visigoda. O propósito da fala é influenciar o espectador a acreditar que uma população desarmada corre risco de ser invadida e espoliada. De maneira análoga, pode-se deslocar o sentido de Estado para propriedade. O indivíduo desarmado não se torna somente incapaz de defender o Estado, mas principalmente sua propriedade.

Em um contexto mais amplo, pode-se imputar ao muçulmano o papel de agente negativo. O que de fato ocorre na narrativa como um todo. Porém, nesse excerto, o agente negativo é o Estado, que por incompetência causa sua própria queda ao não deixar que a população de origem romana se armasse e possuísse seu próprio exército. A população torna-se vítima da incompetência estatal.

O substantivo Estado é utilizado de forma anacrônica, pois não existiam Estados Nacionais, o termo mais adequado seria monarquia ou reino. Sabemos que a palavra possui

vários sentidos e que poderia atribuir à fala o sentido de conjunto de condições no momento, neste caso, deveríamos escrever em letra minúscula. Devido à ambiguidade, este sentido se encaixaria perfeitamente no contexto. Entretanto, o sujeito enunciador (*Brasil Paralelo*) defende um Estado mínimo, possui a visão de que o Estado reprime os direitos individuais e as liberdades. Nota-se que no enunciado o sujeito comunicante inicia com “reino visigótico” e depois de atribuir o aspecto negativo de interventor no direito de se armar, torna-se Estado. Torna-se claro, na interpretação deste trabalho, que a intenção é a associação e a transferência das qualidades negativas para o Estado como instituição na atualidade, que interfere no direito dos indivíduos em portarem armas e poder se defender.

O excerto seguinte está no capítulo 2, intitulado *A Vila Rica* no início do trigésimo segundo minuto, realizado pelo narrador. Está inserido na narrativa das tentativas de colonização no início do século XVI, com o insucesso das Capitanias Hereditárias e a nomeação de Tomás de Souza como governador-geral.

Para defender de forma mais eficaz o território dos estrangeiros, armou a população, distribuindo armas aos colonos. O prosperar da organização e da segurança permitiu que o comércio realmente começasse. Os engenhos de açúcar a serem construídos, agora eram uma realidade e viriam acompanhados de uma das maiores chagas da História do Mundo. (BRASIL PARALELO, 2017b).

No excerto existe a associação da eficácia da defesa contra inimigos externos com o armamento da população e a distribuição de armas aos colonos. A população armada supostamente garante a segurança nessa visão de mundo. Segurança que garante o sucesso econômico. Temos uma asserção de partida que seria uma suposta população desarmada e que recebe arma. Uma asserção de passagem, na qual o armamento da população garantiria a segurança, e finalmente a asserção de chegada que seria o sucesso econômico com a realização dos engenhos de açúcar devido à organização e à segurança. O armamento da população seria responsável diretamente pelo sucesso econômico, essa mesma lógica se aplicaria ao contexto contemporâneo, dessa forma parte da crise econômica seria causada pela insegurança e a solução seria armar a população, mudando o cenário para seguro e economicamente eficiente.

Não se pode negar que a insegurança e a violência acarretam enormes prejuízos econômicos e sociais, porém não se pode afirmar que o armamento da população garantiria a segurança necessária para a prosperidade econômica.

No século XVI seria difícil encontrar colono que não possuísse arma, fosse para se proteger contra tribos indígenas hostis, animais selvagens e até mesmo contra invasores estrangeiros. Os colonos armados não garantiram o sucesso das capitânias hereditárias.

Organização e segurança sem dúvida ajudaram no processo econômico no início da colonização. Existiram várias medidas para garantir a organização no período, como a fundação da cidade de Salvador como capital da colônia. Politicamente, foram criados os cargos de capitão-mor, alcaide-mor entre outros, além de várias construções administrativas, militares e religiosas. Da mesma maneira, não foi apenas armar a população que garantiu a segurança, outras medidas foram tomadas ou já existiam, como o Forte de Santo Antônio da Barra, mesmo local onde se encontra hoje o Farol da Barra em Salvador.

A não explicação de como foi o “prosperar da organização e a segurança” pode fazer crer que foi resultado da distribuição das armas para os colonos, principalmente como aparece no vídeo em análise, em que logo na sequência forma-se esta ideia como construção lógica da narrativa.

A última frase do excerto faz ligação com o tema apresentado no capítulo anterior, a Escravidão. Colocamos a frase por completo, pois a primeira metade ainda remete ao tema anterior, pois pode ser associada à realidade da construção dos engenhos de açúcar ao fato da segurança conquistada com o armamento da população.

O próximo excerto foi o último que identificamos na série abordando o tema. Encontra-se no capítulo 6, intitulado *Era Vargas – O Crepúsculo de um Ídolo*, no quinquagésimo terceiro minuto. Como o próprio título pode prenunciar, o foco do capítulo é desconstruir a imagem de Vargas, retirando qualquer aspecto que possa ser considerado positivo sobre o período. São duas falas sequenciais, a primeira do locutor da série e a segunda de Olavo de Carvalho.

“Como todo ditador, Vargas tinha o desarmamento da população como um de seus planos centrais” (BRASIL PARALELO, 2018b).

Na sequência, Olavo de Carvalho emenda:

“Aquele...instituiu lá a campanha de desarmamento, sobretudo contra os inimigos dele lá no nordeste. Daí os caras se desarmaram e ele foi lá e matou todos, né? Quer dizer, era um monstro, certo? É um psicopata total” (BRASIL PARALELO, 2018b).

As duas falas são lançadas não exatamente dentro de um contexto narrativo linear, mas que apresenta certa lógica. Os locutores anteriores fazem comentários sobre sistemas autoritários, ditatoriais, que reprimem e matam, colocando o período Vargas como mais repressivo que a Ditadura Civil Militar no período pós Golpe de 1964. Nossa intenção não

está em fazer comparações, pois foram dois períodos históricos no Brasil em que se perseguiu, torturou e massacrava opositores ou supostos opositores políticos, utilizando agentes e todo aparato estatal. As duas ditaduras se unem no decorrer do processo histórico pela proximidade do fim de uma e início da outra, por apresentar algumas figuras políticas agindo em ambas, porém são ditaduras distintas.

A observação de onde se encaixa o excerto retirado torna-se importante, pois apesar de evocar o tema sobre o desarmamento da população, seu enfoque principal é o de criar a imagem negativa de Getúlio Vargas. O tema desarmamento surge aproveitando o gancho para associá-lo a uma medida autoritária e ditatorial.

O início da frase analisada faz a associação de que o desarmamento está atrelado a sistemas ditatoriais, como se esse fosse o plano central de todos os ditadores. O desarmamento, quando ocorre em ditaduras, normalmente é uma pequena parte de um aparato de repressão muito maior. No caso da Era Vargas, existiram medidas que foram tanto na alteração do sistema legal de forma arbitrária²¹, como o uso do aparato e violência policial²².

O desarmamento da população citada no excerto provavelmente se refere ao Decreto 24.602 de 6 julho de 1934²³, que restringe e regulamenta a fabricação de armas e munição de guerra. Pode-se entender a medida como uma forma de se evitar outra Revolução como a de 1932. Posteriormente, em 1936, o Decreto nº 1.246²⁴ detalha como o comércio e a importação de armas deve ser realizada por civis e as licenças necessárias, assim como quais armamentos são permitidos e como se faz o processo de fiscalização. Porém, ela não está se referindo ao fim do direito do indivíduo possuir arma ou do porte de arma como a frase faz parecer, ou que as pessoas que possuíssem arma deveriam se desfazer das mesmas.

Ponto sempre defendido pelos favoráveis ao fim do Estatuto do Desarmamento de poder possuir uma arma para se proteger estava contemplado no Decreto. Comprar, importar e possuir arma para a defesa pessoal era permitida, dentro de certas limitações de modelos e calibres.

²¹ Vargas governa de 1930 a 1934 sem Constituição e ignora a Constituição ao declarar o Estado Novo. Além de alterar a justiça criminal ou, como diz Cancelli (2014), uma nova tradição da justiça criminal que substitui a Escola Clássica para a Escola Positivista que permitiu uma ação diversa da polícia tanto em crimes comuns como em crimes políticos.

²² Para saber mais sobre a repressão policial da Era Vargas ver: CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

²³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24602-6-julho-1934-503043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 abr. 2019.

²⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1246-11-dezembro-1936-458789-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 abr. 2019.

A segunda parte é o depoimento de Olavo de Carvalho. A afirmação dele é vaga, aberta ao se referir aos inimigos de Getúlio. Quem exatamente no Nordeste? São coronéis? Ou comunidades como Pau de Colher e Caldeirão de Santa Cruz do Deserto? A estratégia de realizar uma afirmação sem citar fontes e de forma genérica serve para dificultar argumentações contrárias e verificação da veracidade dos fatos. Fica somente o sentido da perseguição dos opositores, que nesse caso são vítimas indefesas.

Na sequência, Olavo de Carvalho denomina Getúlio como monstro e psicopata. Não se trata aqui de procurar defender as medidas, perseguições e assassinatos aos opositores do Getúlio ou de defender a ditadura imposta, mas de entender as implicações que essas afirmações acarretam na narrativa da série. Durante todo o capítulo *Era Vargas - O Crepúsculo de um Ídolo*, tenta-se associar a figura de Vargas à esquerda, ao comunismo, ao nazismo e ao fascismo. Este tipo de associação ajuda a fornecer aspecto de veracidade à “nova máxima” de que o nazismo e o fascismo são movimentos de esquerda, tema que iremos abordar adiante. Ou mesmo de atribuir todos os males aos movimentos e personagens considerados de esquerda.

Elemento essencial neste excerto é que as características tanto de monstro como psicopata são transferidas para o que chamam de esquerda. O sentido do emprego da palavra monstro é negativo e pode significar feiura, crueldade, hediondez, desumano, perverso, diabólico, aberração, entre outros. A psicopatia está associada à doença mental e em muitos casos ao assassinato em série ou que apresentem requintes de crueldades, loucura ou insanidade. Exemplo dessa associação está em determinado momento deste capítulo em que Lula é chamado de Vargas 2.0, pelo motivo de ambos serem chamados de “pais dos pobres”, ou seja, a transferência das características e qualidades negativas são atribuídas a Lula, conseqüentemente ao Partido dos Trabalhadores e finalmente a toda esquerda. Além dessa associação, temos como possível interpretativo que as pessoas desarmadas são potenciais vítimas de monstros e psicopatas, potencializando a sensação de medo e insegurança.

Os três momentos distintos em que aparece o tema do desarmamento surgem de forma bastante rápida e que podem passar despercebidos, mas que servem para reforçar de forma consciente ou inconsciente o movimento contra o Estatuto do Desarmamento. Utilizam a *legitimação* como modo de operação ideológica por meio da *racionalização*, porém de maneira simplista. Os sentidos empregados nos três excertos podem criar uma linha de raciocínio e levar a crer que a população armada pode se defender de uma ameaça externa ao seu território, como apresentam nos dois primeiros excertos na defesa dos visigodos contra os muçulmanos e na defesa do território brasileiro, ou serve para a defesa da população contra

uma possível ameaça interna contra um Estado autoritário. Seria a defesa do indivíduo contra o Estado, seja externo ou o próprio. Nota-se que não abordam a temática da autodefesa contra a criminalidade de forma direta.

A *racionalização* simplista se faz por não haver uma construção lógica explicativa de como seria a defesa do cidadão armado contra o Estado ou contra invasores externos. Provavelmente, essa crença venha da segunda emenda da Constituição estadunidense, que prevê o direito dos cidadãos formarem milícias e possuírem armas para proteger o Estado livre. Basear-se na segunda emenda estadunidense, sendo este o caso, é desconectar-se por completo da realidade histórica e se prender ao resquício de um período que ocorreu há mais de dois séculos. A Constituição dos Estados Unidos foi criada logo após a Guerra de Independência contra a Inglaterra, no final do século XVIII, e era uma forma de se defender caso a Inglaterra tentasse uma nova investida de reconquista da colônia. Outro aspecto a se destacar é a diferença tecnológica dos equipamentos bélicos, o poder de destruição dos armamentos atuais é muito superior aos do final do século XVIII. Mesmo que uma milícia composta por cidadãos não possuía canhões e navios de guerra, os outros equipamentos bélicos eram muito próximos em suas capacidades, podendo eventualmente fazer frente a um exército invasor até a chegada de reforços do exército regular. Chega a ser delirante acreditar que uma milícia armada seja capaz de fazer frente a uma força armada com tanques, helicópteros, drones, mísseis e aviões de guerra supersônicos. A não ser que a intenção seja permitir que a população civil possua a mesma tecnologia, que os abastados tenham o direito de possuir tanques, mísseis e aviões de guerra, algo que definitivamente seria bastante preocupante.

Os motivos que levam as pessoas a defender a posse e o porte de armas parecem ser difusos, um misto de medo, insegurança, interesse econômico e desejo por poder. Não entraremos no mérito se a posse aumenta ou não os níveis de criminalidade e homicídios, pois estudos e dados com resultados diferentes são utilizados conforme o interesse para legitimar o posicionamento de cada grupo. Os defensores do fim do Estatuto do Desarmamento utilizam o índice do crescimento dos homicídios no Brasil depois da implantação do estatuto em 2005, saindo de pouco mais de 48.136 em 2005 para 62.517 em 2016²⁵, porém o próprio IPEA (2018), que fornece esses dados, coloca o controle de armas de fogo como ponto central para a diminuição de homicídios. Podemos citar o artigo *Avaliação de Impacto do Estatuto do Desarmamento na Criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicada à cidade de*

²⁵ Fonte: IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>. Acesso em: 8 abr. 2019.

*São Paulo*²⁶, que demonstra a efetividade do Estatuto do Desarmamento em diminuir os crimes letais na cidade de São Paulo.

Porém, todas as fontes apontam que a violência e a criminalidade são composições de vários fatores sociais e a alteração de qualquer um deles mostrará diferentes resultados. Isso explica em parte o motivo pelo qual em sociedade nas quais existam maiores facilidades de aquisição e posse de arma de fogo os índices de violência sejam menores. Em uma sociedade violenta como a brasileira, que nos últimos anos registrou por volta de 60 mil homicídios por ano, é difícil acreditar que armar a população seja uma solução viável no índice de combate à violência e à criminalidade. Parece ser uma solução simplista para um problema complexo que retira a responsabilidade do Estado para a própria população.

De concreto e efetivo, podemos dizer que existe interesse econômico. Antes mesmo de Jair Bolsonaro ser eleito, ao menos duas multinacionais estrangeiras do segmento simpatizavam com a eleição do futuro presidente, como aponta a reportagem do Valor Econômico de 26 de outubro de 2018²⁷, a Caracal dos Emirados Árabes Unidos e a CZ da República Tcheca. No mercado interno, a Taurus obteve grande valorização antes das eleições com as pesquisas de intenção de voto apontando a liderança de Bolsonaro, seguido de queda e revalorização no início do ano, após a posse de Jair Bolsonaro. Porém, o mercado reagiu negativamente após o decreto do dia 15 de janeiro de 2019, pois não foi contundente como esperavam acionistas e defensores do fim do Estatuto do Desarmamento.

Não podemos saber como será o decorrer desse processo, mas sabemos que existem interesses milionários por trás desse discurso e muitos já ganharam dinheiro no mercado especulativo. A estratégia do *Brasil Paralelo* ao que parece é essa: usar o medo e a insegurança da população vendendo a ideia de que o fim do Estatuto do Desarmamento é benéfico para todos, menos para os bandidos, enquanto efetivamente beneficia um seleto grupo de investidores e empresas. Por esse motivo, podemos enquadrar esse tipo de discurso com potencial ideológico pelo modo de *legitimação* com estratégia da construção simbólica por intermédio da *racionalização* simplista, como mencionado anteriormente, da *universalização* tentando fazer crer que será benéfica para todos, inclusive para o crescimento

²⁶ KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justo dos. Avaliação de impacto do Estatuto do Desarmamento na criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicadas à cidade de São Paulo. *EALR*. Brasília, v. 3, n. 2, p. 307-322, jul-dez, 2012.

²⁷ SOUZA, Marcos de Moura e. Novos fabricantes de armas já se preparam para entrar no Brasil. *Valor Econômico*, Belo Horizonte, 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5950177/novos-fabricantes-de-armas-ja-se-preparam-para-entrar-no-brasil>. Acesso em: 3 abr. 2019.

da economia, e finalmente da *narrativização* quando coloca historicamente como um erro desarmar a população.

6.4 A lógica do discurso do “Fascismo de esquerda”

Nesta análise, abordaremos como o *Brasil Paralelo* cria ao longo do episódio *Era Vargas – o crepúsculo de um ídolo*, uma construção narrativa que procura associar o Governo Vargas ao Nazismo, Fascismo e Comunismo. Seguindo a mesma lógica associativa, chegam a afirmar que o Fascismo é de esquerda.

Escolhemos três momentos distintos dentro do capítulo, seguindo a ordem cronológica do episódio. O primeiro é uma fala de Luiz Felipe Pondé, em que o Fascismo e o Comunismo são associados a formas de governo que procuram criar a identidade nacional por meio da propaganda. O segundo momento é um excerto que inclui a fala de Adriano Gianturco sobre as sociedades de massa, a do locutor que compara Stalin, Lenin, Hitler e Mussolini com líderes carismáticos da sociedade de massa, e a Rodrigo Constantino que faz uma definição do que é o Fascismo. O terceiro excerto consiste no depoimento de Rodrigo Constantino afirmando que o Fascismo é de esquerda.

Existem outros instantes em que estas associações são realizadas. Escolhemos estes três momentos pela relevância da construção lógica e por demonstrarem intencionalidade da associação de relacionar o Fascismo a movimentos de esquerda.

Realizaremos a análise do primeiro excerto da fala de Luiz Felipe Pondé, que se inicia no final do trigésimo segundo minuto.

Tem tudo a ver com a história do fascismo e do comunismo. Que é o Estado cooptar a identidade nacional e produzir essa identidade nacional a partir do Estado. Que vai, então, formando a identidade das pessoas a partir da propaganda centralizada que ele faz. Vai criando uma identidade nacional. (BRASIL PARALELO, 2018b).

Luiz Felipe Pondé inicia sua frase como portador de um conhecimento histórico e político que lhe permite associar o período Vargas com a História do Fascismo e a do Comunismo. Ao mesmo tempo, a frase desloca três movimentos políticos distintos como similares, permitindo a associação e possível interpretativo de que é algo único, apenas com nomenclaturas diferentes.

O objeto de similaridade seria a criação da identidade nacional por parte do Estado, capturando a identidade anterior e criando uma nova. As pessoas não teriam identidade formada na perspectiva apresentada ou capacidade crítica, pois teriam suas identidades

criadas pela propaganda de forma fatalista; não existe uma colocação de contrapartida que pondere a situação. Evidenciamos neste trabalho que a propaganda possui forte influência na mentalidade e na construção de visões de mundo e no comportamento dos indivíduos. Em situações específicas, as estratégias de comunicação podem ser mais impactantes, porém nunca fatalistas; a capacidade de declinar, negar e resistir às mensagens, às propagandas sempre existem, e nem sempre o resultado de uma mensagem é o esperado ou desejado, como apontam os diversos estudos culturais à partir dos anos 70 (ESCOSTEGUY, 1998). Desta forma, não se pode ser contundente em dizer que as identidades das pessoas foram formadas pela propaganda Vargas e que ela criou a identidade nacional.

O Estado, nesse contexto, torna-se o agente negativo, que manipula a identidade das pessoas. Evoca-se o sentido de que o Estado sempre está controlando todas as ações e coibindo as liberdades individuais, aspecto constantemente presente no discurso dos liberais e dos *conservadores-liberais*.

Este excerto, apesar de curto, exerce duas funções discursivas: associar o fascismo ao comunismo e ao Período Vargas, assim como reforça a imagem do Estado manipulador e controlador das liberdades individuais.

Fazer comparações de regimes não é algo impeditivo. Hannah Arendt (1989) ao falar sobre o totalitarismo tem o cuidado de distinguir o Comunismo Stalinista de outros períodos na União Soviética, assim como Nazismo e o Fascismo, destacando similaridades e principalmente as diferenças. A crítica realizada à fala não consiste na comparação, mas na forma como é produzida, sem demonstrar as distinções dos movimentos. Nota-se, desta maneira, a intencionalidade de fazer esta associação de forma proposital e com o conveniente esquecimento de que outros períodos e regimes também tentaram criar a identidade nacional. Destacamos, neste trabalho, o papel do IHGB no Período Imperial que possuía como um dos seus papéis essa função, no período Republicano com as construções dos símbolos nacionais, mitos e heróis. Não sendo dessa forma uma prerrogativa, no caso brasileiro da Era Vargas.

A própria questão das identidades coletivas, como a nacional ou de classes, são sempre controversas, difíceis de definir, são instáveis, envolvem afetos e experiências diversas e conflitantes. José Murilo de Carvalho (2017) usa como exemplo a figura de Tiradentes, na tentativa de se criar uma identidade republicana, apropriada das mais diferentes maneiras, pois serve aos espectros da direita, da esquerda, com sua imagem associada à Cristo ou ao herói cívico, arrependido ou rebelde. A pergunta que fica: é fácil definir a identidade nacional brasileira? Renato Ortiz (2013) finaliza seu artigo *Imagens do Brasil* expondo a diversidade brasileira que proporcionou, nas tentativas de se criar uma identidade nacional,

uma herança de representações que podem ser utilizadas e combinadas conforme a estratégia desejada. Segundo o autor, “[...] a identidade é o resultado do arranjo das peças depositadas nas camadas geológicas da tradição nacional” (ORTIZ, 2013, p. 633). Porém, a resposta seria facilmente apresentada e sem controvérsias se realmente fosse fácil o Estado criar identidade, como o fatalismo do excerto faz crer. A questão de identidades é bastante complexa e não interessa decorrer sobre o tema, a intenção é apenas questionar se apenas a propaganda centralizada varguista possuía a capacidade de formar a identidade coletiva nacional. A formação da identidade nacional, neste caso, surge como pano de fundo da intencionalidade em associar o Comunismo, o Fascismo e o Governo Vargas, três regimes políticos distintos como semelhantes ou iguais. Esta associação é um dos elementos que o *Brasil Paralelo* utiliza na criação da falácia como a afirmação de que o movimento fascista é de esquerda.

O próximo excerto está na sequência da narrativa. Aborda a onda centralizadora de poder no mundo no período entre as duas grandes guerras, por acreditarem que o liberalismo morreu e que simultaneamente ocorria o movimento de queda das monarquias. O excerto se encontra no final do minuto 37, é composto em seu início pela fala do cientista político Adriano Gianturco, seguido pela fala do locutor e finaliza com o economista Rodrigo Constantino.

Adriano Gianturco:

“Com a sociedade de massa chegou a hora também do sindicato, da massa. Sindicalistas, comunistas, socialistas, marxistas, populistas etc” (BRASIL PARALELO, 2018b).

Locutor:

Os líderes passaram a ser tratados como deuses. O culto à personalidade foi uma das marcas dessas ideologias. O camarada Lenin, e o pai dos povos, Stalin, eram figuras onipresentes das vítimas deste mórbido sistema. O mesmo vale para El Duce Mussolini na Itália e o fúher alemão Hitler. (BRASIL PARALELO, 2018b).

Rodrigo Constantino:

O que é o fascismo? Um regime calcado em três pilares: o Estado onipresente, os sindicatos poderosos e os grandes empresários amigos do rei. Esse é o tripé do fascismo. Esse modelo é de direita? Não se você entender por direita, Edmund Burke, os liberais clássicos, os conservadores, eles não querem saber disso. (BRASIL PARALELO, 2018b).

O primeiro aspecto a ser analisado está na associação da massa ao sindicato. Ao dizer que em uma sociedade de massa chegou a hora do sindicato, Gianturco faz uma pausa, enfatizando o sentido de sindicato como fruto da massa, ou como sendo a mesma coisa, ou implicando em dizer que o sindicato é massificado.

O termo “massa” pode possuir diferentes definições e, neste caso, não está claro com qual conceito o *Brasil Paralelo* e Adriano Gianturco trabalham. Para Hannah Arendt (1989), as massas são compostas por sujeitos atomizados, que possuem suas relações sociais limitadas a eventos estimulados por Estados autoritários. A atomização seria fruto principalmente do medo causado pelo Estado com o uso do Terror²⁸. Porém, a massa só seria possível em países em que grande das pessoas fosse neutra, desinteressada politicamente, apática e normalmente esquecida pelos políticos tradicionais. Segundo Arendt (1989), os políticos de regimes autoritários cooptariam essas pessoas na composição das massas. A massa substituiria a sociedade de classes, ou seja, não haveria classes sociais e disputa de classes, e a sociedade seria composta de pessoas que integrariam diferentes classes sociais anteriormente. A criação das massas só seria possível em países com quantidade de pessoas suficiente, tanto na condição de apatia política como excedente para a aplicação do Terror. Não utilizamos o conceito da autora nesta pesquisa, por discordância de alguns pontos e por tratar da formação da massa de forma mais específica, em sistemas autoritários, principalmente na Alemanha Nazista e na União Soviética stalinista.

Utilizamos, nesta pesquisa, o conceito de massa freudiano, no qual pessoas diferentes colocam suas individualidades em segundo plano por uma coletividade, que se agrega por um afeto positivo ou negativo, por uma instituição, ideia ou líder. O indivíduo em meio a massa estaria com seu estado psicológico alterado, em estado psicológico de massa, em uma situação de massa psicológica. Freud (2011) aponta para duas massas artificiais, o exército e a Igreja, e lembra que a morfologia das massas pode apresentar massas bem diferentes e duração também variável.

Com isso, podemos indagar o motivo de se usar o enfático “da massa” no singular ao se referir aos sindicatos, e depois em colocar nessa “massa”, além dos sindicalistas, os comunistas, populista, marxistas etc. Destacando que na composição da massa de Gianturco só existem elementos considerados de esquerda e no singular, diferente da concepção freudiana de massas com diferentes morfologias, e também seria diferente ao de Hannah

²⁸ Baseado em Hannah Arendt (1989), o Terror consiste nas perseguições, prisões e extermínio de opositores ou supostos opositores e de minorias. As políticas de estímulo às denúncias de possíveis traidores gerava o isolamento dos indivíduos por medo e desconfiança.

Arendt (1989) que estaria composta por pessoas que pertenceriam a diferentes classes sociais. O uso de massa no singular, e posteriormente juntando todos os outros integrantes implica no possível interpretativo de que sindicalistas, comunistas, marxistas e socialistas são a mesma coisa. O “et cetera” reforça o sentido de que se trata do restante da esquerda. Não existe diversidade e possíveis diferenças efetivas nesta interpretação. Implica em dizer que todo sindicalista é marxista, comunista, populista e socialista, sem distinções.

A “massa de esquerda”, criada na fala, supostamente recebe os atributos que as massas possuem principalmente no que se refere à capacidade cognitiva diminuída e de ser facilmente sugestionada. Ou seja, a esquerda seria uma massa disforme, incapaz de pensar e facilmente manipulada. Atribuímos este sentido ao possível interpretativo por ser uma frase que aborda a sociedade de massa e o termo massa de forma fugaz, sem muitos esclarecimentos. Possui preponderantemente objetivo semântico para adjetivar negativamente a esquerda.

O excerto do locutor logo após a fala de Gianturco pode levar o espectador a crer que a idolatria aos líderes endeusados era resultado da massificada esquerda, que traz consigo as características de capacidade cognitiva prejudicada e influenciável. Ao falar que o culto à personalidade era marca dessas ideologias, aparecem imagens de Hitler e logo na sequência as de Stalin, pouco falta para se dizer “dessas ideologias de esquerda”. A intencionalidade de associar comunismo ao fascismo e ao nazismo torna-se evidente na sequência ao apresentar Lenin, Stalin, Mussolini e Hitler praticamente com a mesma conotação, como líderes adorados e endeusados.

Ao mencionarem que os líderes eram figuras onipresentes *nas vítimas deste mórbido sistema*, surgem alguns possíveis interpretativos. A onipresença pode se fazer pelo culto, por seus admiradores estarem constantemente seguindo, escutando ou adorando representações que remetem ao líder e ao sistema de forma constante. Pode ser onipresença pela constante vigilância que esses regimes possuíam, utilizando forte aparato repressivo, ou ainda pela intensa propaganda. Ou possuir todos esses sentidos.

O *Brasil Paralelo* qualifica os sistemas ideológicos em que existe o culto dos líderes mencionados como mórbidos. O sentido empregado por mórbido, nesse caso, pode ser de sombrio ou de perversão, até mesmo o de doença pode ser considerado, como se adoecesse e devesse ser eliminado.

Não se trata de defender principalmente Mussolini, Stalin e Hitler, mas de evidenciar os possíveis sentidos empregados e nas implicações de como podem ser apropriadas as mensagens. Pois o que nos interessa, e acreditamos como ponto essencial desta passagem, é a associação da massa composta por pessoas ligadas à esquerda como apoiadores desses líderes

e do ideário que defendiam. Principalmente se a onipresença possui o sentido empregado no que se refere à admiração dos seguidores por seus líderes, que os tomam como exemplo, como aqueles que os guiam em todos os momentos e determinantes nas decisões realizadas pelos indivíduos. Nesta construção de sentido, todo marxista massificado é apoiador de Stalin, Mussolini e Hitler, assim como os sindicalistas, populistas, comunistas, socialistas e mais o genérico *et cetera*, que pode incluir toda pessoa associada à esquerda. De forma resumida, o possível interpretativo é que toda a esquerda apoia ou apoiou regimes como o Stalinismo, Fascismo e o Nazismo. Toda a carga histórica negativa que esses regimes possuem é deslocada para os movimentos de esquerda, que os sindicatos, de certa forma, foram responsáveis pelo genocídio de milhões de pessoas praticados por esses regimes, e provavelmente os sindicatos atuais possam ainda carregar essa característica. Estes atributos negativos, na visão de mundo apresentada, possivelmente fazem parte da estrutura da esquerda massificada, faria parte de seu DNA. Todo esquerdista seria incapaz de pensar por conta própria, seria apenas um seguidor de um líder carismático.

Este possível interpretativo se fortalece com o fala seguinte de Rodrigo Constantino, com a explicação falaciosa do que é o Fascismo. Como ocorre com quase todo depoente, a fala escolhida pela edição é realizada com propriedade, proporcionando sensação de conhecimento e efeito de verdade. Constantino é assertivo em dizer que o Fascismo está calcado em três pilares: Estado onipresente, sindicatos fortes e grandes empresários amigos do rei.

O Estado onipresente reforça a análise anterior, como parte do cotidiano das pessoas, interferindo em todos os aspectos. Porém, devemos lembrar que os líderes são cultuados pela “massa esquerdista”, como fazem crer pela fala de Gianturco. Na proposta de realidade efetuada pelo *Brasil Paralelo* existe uma troca de interesses entre a massa e o Estado, pois a “massa esquerdista” teria suas instituições fortalecidas. Finalmente existem os grandes empresários amigos do rei que não fazem parte como integrantes citados da massa, mas possuem função importante no deslocamento de sentido pretendido conforme será demonstrado no transcorrer da análise.

Concentrando nesta primeira parte da fala de Constantino, devemos explicar o porquê de qualificarmos como falaciosa. O primeiro aspecto está na afirmação de que o Fascismo está calcado em três pilares, poderíamos citar no mínimo dez características que fundamentam o nazifascismo, existindo algumas diferenças entre o Fascismo e o Nazismo. Algumas são, inclusive, apresentadas pelo próprio *Brasil Paralelo* como o culto à personalidade do líder e o apoio das massas, porém não uma massa composta exclusivamente de esquerdistas.

Entretanto, o maior engodo talvez seja a afirmação de que os sindicatos eram fortes, pois a historiografia evidencia que ocorreu exatamente o contrário, não por achismo ou cientificismo de historiadores, mas pelas evidências históricas, por meio da documentação e do contexto, utilizando-se de pesquisa científica de vários historiadores.

Torna-se necessário pontuar o que a historiografia nos diz sobre o período e sobre o Fascismo, especificamente o italiano, que inspirou outros regimes autoritários. A Primeira Guerra havia acabado em novembro de 1918. A Itália, mesmo estando do lado vencedor, sentia-se injustiçada por não ter conquistado territórios por ela desejados, além do grande preço pago com vidas de italianos, era considerada uma “vitória mutilada”. A Revolução Russa ocorreu em 1917 e borbulhava entre trabalhadores e comunistas por toda a Europa a possibilidade revolucionária, para os empresários e as elites econômicas restava o temor que o mesmo ocorresse em seus países. Greves e revoltas de trabalhadores organizadas por sindicatos eram constantes, assim quando os *camisas negras* de Mussolini começam a usar da violência e a atacar sindicalistas e comunistas, a elite econômica e parte da sociedade italiana fazem vistas grossas. Posteriormente, liberais e conservadores apoiam o Partido Fascista e Mussolini para Primeiro Ministro como a melhor opção para garantir o direito à propriedade privada e pôr fim a qualquer perigo revolucionário. O historiador Donald Sassoon (2009) ilustra bem estes e outros processos em sua obra *Mussolini e a ascensão do Fascismo*, assim como obras de outros historiadores. Na série do *Brasil Paralelo* não se menciona um fato importante sobre a mentalidade fascista que influenciava diretamente a política econômica e o enfraquecimento dos sindicatos, o Corporativismo. No ideário corporativista, a luta de classes era algo negativo e deveria ser combatida, acreditava-se que trabalhadores e empregadores deveriam trabalhar de forma harmônica “para bem comum e pelo interesse nacional” (HEYWOOD, 2010, p. 2019), e que o Estado deveria ser o intermediador de possíveis conflitos. Os sindicatos anteriores à ascensão fascista são extintos e novos sindicatos e corporações fascistas tomam seu lugar, abrangendo trabalhadores e empregadores, controlados por membros do Partido Fascista e com a proibição de greves e *lock-outs*. Os sindicatos não eram mais controlados por trabalhadores comunistas e sim por membros do partido que estavam mais alinhados aos interesses dos empregadores, dessa forma, os sindicatos perdem poder e autonomia, estão enfraquecidos e não fortalecidos.

O terceiro pilar seria formado pelos grandes empresários amigos do rei. Como mencionamos anteriormente, em meio à conturbada situação política, social e econômica em que estava a Itália e outros países que aderiram a regimes fascistas, grande parte das elites econômicas participou e apoiou o fascismo como a solução possível, ou como os liberais

italianos acreditavam, ser um mal necessário (SASSOON, 2009). A velha máxima do ditado “vão os anéis ficam os dedos” mais uma vez se encaixava no contexto histórico dos diferentes espectros da direita. Mesmo que algumas medidas como a *carta del lavoro* tenham beneficiado parte dos trabalhadores, elas fazem parte da estratégia de conter os ânimos, barrar movimentos comunistas e ganhar apoio popular²⁹. Desta forma, podemos dizer que: sim, os grandes empresários se aliaram aos fascistas, assim como conservadores e parte dos liberais.

Constantino se questiona: “Esse modelo é de direita?”

Mais uma vez a resposta torna-se positiva. Podemos acrescentar outro fator ainda não apresentado, que os partidos opositores ao Partido Fascista eram de esquerda, o PPI (Partido popular Italiano) e o PSI (Partido Socialista Italiano). O Partido Fascista que era pouco representativo vai se fortalecendo ao realizar alianças com conservadores, nacionalistas e liberais, os espectros da direita.

Esta colocação exalta um aspecto que ocorre repetidamente no discurso do *Brasil Paralelo* e nos *conservadores-liberais*. Sempre usam esquerda e direita no singular, seguindo a estratégia dualista de bem e mal. Se não é *conservador-liberal*, não é de direita, é de esquerda. O *ticket conservador-liberal* como bloco de ideias prontas tenta abarcar diferentes espectros da direita, como mencionamos em capítulo anterior para fornecer aspecto de unidade. Como o fascismo e o nazismo possuem qualificações negativas difíceis de reverter, tenta-se deslocar seu sentido como movimentos de esquerda, afinal, segundo o que defendem, todo mal da sociedade é praticado pela esquerda. A incômoda posição de extrema direita que Nazismo e Fascismo possuem, desse modo, devem ser dissociadas da direita. Seria fácil levantar alguns pontos do que o *Brasil Paralelo* prega, com o Fascismo de Mussolini, como a exaltação do passado heroico e glorioso, em culpar as esquerdas pelos males econômicos, em demonizar movimentos sociais, porém acarretaríamos em anacronismo. Pelas características apontadas até o momento, poderíamos até considerar o movimento *conservador-liberal* atual como de extrema direita, mas não como fascista. Fascismo é de direita, mesmo não sendo liberalismo, ou conservadorismo, assim como Estados autoritários podem ser de esquerda ou de direita. Devemos sempre considerar o amplo espectro dos movimentos de direita e esquerda, a grande diversidade e a relação com o espaço e tempo. Um liberal do século XXI não é igual ao do século XIX, assim como um liberal brasileiro é diferente de um estadunidense.

²⁹ Dentro da própria historiografia existem versões que encaravam essas medidas como contenção dos ânimos, colocando os trabalhadores e as classes populares como “massa de manobra”. A historiografia mais recente entende que havia compreensão por parte da população do que ocorria, que era fruto de pressão popular e negociação. Para aqueles que não tinham direito algum era em certa medida uma conquista, retribuída em forma de apoio. Seguimos a segunda linha de pensamento.

Os pilares do Fascismo apresentados por Constantino projetam um propósito bastante claro: associar o Partido dos Trabalhadores (PT) ao Fascismo. Os liberais pregam o Estado mínimo, as intervenções estatais são consideradas negativas e pauta da esquerda. O Estado onipresente seria o oposto, o que controlaria todos os aspectos da sociedade, inclusive a economia, e supostamente defendido por toda esquerda e consequentemente pelo PT. Outro aspecto está no fato de que o PT, desde sua fundação, sempre estar ligado e associado aos sindicatos. Por este motivo, torna-se necessário inverter a realidade histórica, dos fortes sindicatos em regimes fascistas. Finalmente, os grandes empresários amigos do rei são referências diretas a Lula e aos grandes empresários envolvidos na Operação Lava Jato.

Esta intencionalidade de associar os acontecimentos recentes envolvendo o PT com o Fascismo é reforçada por outro excerto minutos depois, quando aborda-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A fala também é de Rodrigo Constantino e encontra-se no quinquagésimo minuto.

Quem defende a CLT aqui no Brasil? Quem defende o legado de Vargas como positivo? Quem defende os sindicatos fortes? Quem defende o Estado onipresente e intervencionista? Lembrando o slogan de Mussolini “Nada fora do Estado, tudo pelo Estado, tudo para o Estado”? É a esquerda. Daí a gente conclui que o fascismo é de esquerda. Mas isso pode dar nó na cabeça de muita gente, que aprendeu a repetir que fascismo é só de direita. (BRASIL PARALELO, 2018b).

Este excerto será analisado duas vezes neste trabalho. Tanto no que tange à análise sobre o discurso que deslegitima a CLT, como neste momento na conclusão de que o movimento fascista é de esquerda.

Todo o capítulo, como mencionado, é destinado à Era Vargas e constantemente tenta-se associá-lo ao Comunismo, ao Fascismo e ao Nazismo, como analisamos na fala de Pondé. A fala de Constantino está em meio ao discurso que tenta deslegitimar a CLT criada no Governo Vargas, quando defende-se o quão prejudicial ela é para a economia, aumentando o Custo Brasil e que está baseada na *carta del lavoro* criada por Mussolini na Itália.

Constantino tenta criar uma lógica argumentativa, questionando quem são as pessoas que defendem a CLT, Governo Vargas, sindicatos fortes e Estado onipresente, concluindo de forma simplista que é a esquerda. Mais uma vez, a esquerda é tratada no singular, como única e, consequentemente nesta lógica, toda esquerda é fascista.

A lógica apresentada por Constantino é uma falácia de construção do consequente. A primeira falácia está em dizer que todos os itens que questionou são apenas defendidos pela

esquerda, ou que todo o espectro da esquerda defenda todos os aspectos apontados. Existem vários críticos ao Governo Vargas que são de esquerda, críticos ao que se refere ao sistema autoritário, às perseguições e à falta de democracia. Seguindo a lógica de Constantino, poderíamos dizer que o Governo Médici, em plena ditadura civil militar, era de esquerda, pois ampliou os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais com a Lei 5889 de 8 de julho de 1973³⁰, regulamentada pelo Decreto nº 73.626/74. O falso argumento dos pilares do fascismo, principalmente no que se refere aos sindicatos fortes, é repetido.

Constantino evoca a fala de Mussolini para deslocar o sentido de Estado como sinônimo de opressão, controle e da esquerda. A tentativa está em fazer crer que o Estado é a fonte de tolhimento da liberdade humana. O grande Leviatã pode realmente ser opressor quando se torna um Estado autoritário, ditatorial e não democrático. Os *conservadores-liberais* esquecem que o tolhimento das liberdades individuais se faz por outros meios e não somente via Estado. O controle das normas sociais se faz principalmente por meio dos valores culturais de uma sociedade como um todo ou de parte dela. Não foram os agentes do Estado que pressionaram para o fechamento do Queermuseu em 2017 em Porto Alegre; a postura autoritária e arbitrária em dizer o que é bom ou não à sociedade vieram de religiosos, conservadores e liberais. Este é apenas um exemplo de que o cerceamento da liberdade de expressão e imposição das normas de condutas sociais não são exclusividades do Estado ou de quem o controla. A contradição em se criticar o Estado autoritário e da postura de *conservadores-liberais* em assumirem condutas autoritárias sempre é escondida, esquecida e camuflada.

Existe outra analogia possível utilizando a fala de Mussolini, que não está explícita neste excerto, mas que torna-se conveniente expor, por também ser utilizada em alguns casos para criar o vínculo do Fascismo com a esquerda. A analogia consiste na substituição do Estado por Partido, neste caso o Partido Comunista. A centralização do Estado seria semelhante a centralização do Partido Comunista. Esta lógica serve para afirmar que são movimentos idênticos ou semelhantes, pois os liberais não pregam esta conduta. Realmente, os liberais não pregam esta conduta, ou ao menos não deveriam, pois a gênese do Liberalismo está na contraposição dos Estados Absolutistas. Todo o ideário do Liberalismo Clássico se fundamenta neste momento sócio-histórico, de oposição ao sistema absolutista, à centralização do poder no Rei. O Rei era o Estado. A Coroa controlava todos os aspectos da vida econômica e social, tanto na Metrópole como nas Colônias, com o sistema mercantilista,

³⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm. Acesso em: 14 de abr. 2019.

o exclusivo comercial, o padroado e as imposições religiosas. Mesmo que o liberalismo tenha surgido como oposição a esse sistema, e das semelhanças centralizadoras, não podemos dizer que o Absolutismo era de esquerda. Estas analogias demonstram total desconhecimento da própria História do Liberalismo ou uma intensão deliberada em querer enganar o espectador.

No final do excerto, após a falaciosa construção lógica de que o Fascismo é de esquerda, Constantino diz que esta afirmação poderia dar “nó na cabeça de muita gente” por aprenderem que Fascismo é só de direita. Podemos destacar que no discurso existe um ataque explícito mais uma vez às escolas, aos professores, historiadores e a todos os profissionais da educação e ao sistema de ensino. Normalmente, aprendemos sobre o Fascismo nas escolas, com professores, principalmente de História, com livros elaborados por historiadores, validados por seus pares e entendidos como importantes para o currículo escolar pelas Secretarias de Educação e pelo próprio Ministério da Educação por meio dos profissionais destas instituições. Supostamente, segundo a visão do *Brasil Paralelo*, todos estão conspirando para ensinar de forma equivocada os alunos. Lembrando que não somente no Brasil, pois a historiografia sobre o Fascismo é compartilhada oficialmente como um movimento de extrema direita no mundo todo. Constantino entra em contradição no final ao dizer que aprendemos “que o Fascismo é só de direita”. Ao adjetivar que Fascismo é “só” de direita, procura evocar o sentido de que o Fascismo “também” é de esquerda, porém implica em dizer que existe Fascismo de direita e de esquerda. O próprio malabarismo em tentar deslocar o sentido do Fascismo, usando uma lógica falaciosa, parece ter dado um nó na cabeça do locutor. Aparentemente, está colocando como Fascismo de esquerda o Governo Vargas e o Fascismo Italiano, mas qual seria o de direita? Como mencionado, não existe Fascismo de esquerda, os movimentos Fascistas e análogos são datados e dentro de um contexto histórico específico. Movimentos análogos contemporâneos podem ser referenciados como neofascismo ou neonazismo por surgirem de contextos diferentes. O próprio Governo Vargas, apesar de compartilhar alguns aspectos semelhantes ao Fascismo, não é considerado fascista. O movimento fascista brasileiro do período era composto pelos Integralistas.

Não entendemos que a linha de raciocínio criada seja um paralogismo, mas sofismo com nítida intenção de induzir ao erro. Não se trata também de uma interpretação histórica, na qual poderiam existir aporismo interpretativos, pois o tema foi amplamente estudado e debatido, com evidências claras das associações de espectros da direita com o Fascismo, as perseguições aos espectros da esquerda, além das políticas sociais e econômicas que privilegiavam e protegiam o Capital em um período histórico turbulento. Desta forma, concluímos que não se trata de revisionismo histórico, mas de propaganda na tentativa de

denegrir todo espectro da esquerda na atualidade e tentar desassociar um regime autoritário como sendo de direita. O Fascismo de esquerda é apenas uma retórica política simplista.

O discurso possui potencial ideológico, com o uso do modo operante da dissimulação com a estratégia do deslocamento do sentido do Fascismo e do Nazismo para a esquerda, carregando consigo toda a carga negativa que esses movimentos possuem. Este discurso se apropriado da maneira desejada pelo *Brasil Paralelo* pode ter implicações sociais diretas. A produção deste vídeo e sua veiculação se iniciaram em 2018, antes das eleições. Aumentar a carga simbólica negativa a qualquer candidato que se alinhe à esquerda no período e ainda nos períodos atuais é uma estratégia utilizada pelos *conservadores-liberais* para se consolidarem politicamente, mesmo em períodos fora do ciclo eleitoral. Não podemos mensurar efetivamente o impacto deste tipo de propaganda em que se atribui todo mal da sociedade à esquerda, mas conseguimos detectar em partes sua eficácia no resultado das eleições de 2018.

6.5 O discurso sobre os direitos trabalhistas

Para o *Brasil Paralelo* e grande parte dos *conservadores-liberais*, deslegitimar qualquer ação afirmativa ou que busque equidade nas relações sociais é uma constante no que se refere à composição do bloco de ideias prontas, do *ticket conservador-liberal*. Abordaremos o discurso da ideia pronta da qual a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou qualquer direito trabalhista traz malefícios para a sociedade.

Os dois excertos que serão analisados foram retirados do capítulo *Era Vargas - O crepúsculo de um ídolo*. O primeiro e mais longo excerto é composto por falas intercaladas de Rodrigo Constantino, Flavio Morgenstern e do locutor, em meio ao discurso de como foram prejudiciais às medidas protecionistas de Vargas, dentre elas a CLT. O segundo excerto é uma fala de Morgenstern para enfatizar o quão contraditório seria o apoio de Vargas aos aliados na Segunda Guerra, já que suas medidas se alinhavam às políticas do Eixo.

Antes mesmo de realizar a análise, pelo tema abordado, podemos afirmar que seu conteúdo possui potencial ideológico, pois procura deslegitimar leis que proporcionam equidade na relação assimétrica de poder no que se refere à relação empregado e empregador. Esta assimetria se agrava em momentos de crise econômica, com altos índices de desemprego, e o trabalhador acaba se sujeitando à condições mais precárias por falta de opção.

Faremos primeiramente a análise do excerto mais longo que se inicia em meio ao quadragésimo nono minuto, dividindo a análise pelo discurso de cada depoente ou locutor separadamente e na mesma sequência cronológica em que aparece no vídeo.

O excerto abstraído da série se inicia com a seguinte frase dita por Flávio Morgenstern: “O Vargas, ele se inspira na coisa mais pai dos pobres de todas. Que é o programa trabalhista fascista” (BRASIL PARALELO, 2018b).

A fala está em meio ao discurso sobre o intervencionismo e protecionismo do Estado na Era Vargas, com enfoques negativos a essas medidas. O trabalhismo entra como um dos aspectos intervencionistas negativos.

Flávio Morgenstern inicia o excerto com ataque explícito às leis trabalhistas. Analisando esta primeira frase, podemos extrair alguns sentidos tencionados em relação às leis trabalhistas. O programa trabalhista primeiramente é associado a “coisa” de pai dos pobres, ou seja, uma esmola, um ato populista, um agrado aos desafortunados, implica em dizer que os trabalhadores eram tutelados por Vargas. O trabalhismo de Vargas é adjetivado como fascista, carregando consigo toda a carga negativa associada ao Fascismo, deslocando o sentido de trabalhismo como análogo ao fascismo.

A alcunha de Vargas de “pai dos pobres” carrega sentido negativo no discurso. Sentido criado historicamente, replicado e compartilhado, tornando-se senso comum para grande parte da população brasileira como uma expressão de populismo. Porém, pouco se fala a respeito do contexto social e político e os motivos que levaram Vargas a ser chamado de “pai dos pobres”.

Até a chegada de Vargas ao poder, historicamente, a população brasileira sempre foi retirada do cenário político, desconsiderada em seus anseios e com pouquíssima representatividade. A participação política sempre esteve destinada às elites. No Brasil Império tínhamos o voto censitário, retirando a maior parte da população do cenário político, sem falar da escravidão. Na Proclamação da República não houve participação popular. As eleições da Primeira República eram fraudadas e em todo período os anseios da população sempre foram renegados e ignorados. A frase atribuída a Washington Luís de que “questão social era caso de polícia” sempre foi a política social de tratamento com a população. Não que a população fosse passiva e não lutasse por direitos ou reivindicasse por melhorias, mas sempre quando se mobilizavam eram brutalmente reprimidas. As revoltas ocorridas no Brasil no período Imperial e na Primeira República, e a forma como foram tratadas pelos governos, demonstram total desconexão dos anseios da população e da percepção das elites brasileiras. Mesmo na própria capital do país, a população era totalmente desconsiderada, como o caso da Revolta da Vacina em 1904. Nicolau Sevcenko (1984) expõe com clareza o processo que eclode na Revolta, desde a política de reurbanização do Rio de Janeiro e a tratativa com a

população, assim como a incompreensão por parte das elites em entender as aflições populares em relação à vacina.

Segundo Marcos Vinícius Pansardi (2002), assim como para outros pesquisadores, a Aliança Liberal e o próprio Getúlio Vargas encontraram no contato direto com a massa popular o caminho único da vitória nas eleições de 1930. O marco simbólico foi o comício de Getúlio Vargas na Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, que incorporava reivindicações de movimentos trabalhistas para mais de 100 mil pessoas. Mesmo não ganhando a eleição, segundo o autor, este apoio popular serviu como o ponto de desequilíbrio entre o entrave das disputas oligárquicas do “Estado de Compromisso” pós Revolução de 1930. Talvez, Vargas não fosse o primeiro político brasileiro a entender que a população era um agente político, mas foi o primeiro político que abriu canal e entendeu a importância da população como agente político. Esta perspectiva ajuda a compreender o populismo, porém não implica em dizer que a população é considerada como massa de manobra, tendo em vista que seus pleitos estavam sendo atendidos, algo que não ocorria anteriormente. Não entendemos que a relação entre Getúlio e a população fosse de benevolência ou de ingenuidade das partes, mas de conveniência política de ambos lados.

A alcunha de “pai dos pobres” se faz por esse motivo, por ser o primeiro chefe de Estado que atendeu anseios e reivindicações de boa parte da população anteriormente ignorada. Devemos lembrar que não deixa de refletir a mentalidade do paternalismo brasileiro existente desde a colônia, replicada nos senhores de engenho, barões do café, no coronelismo e praticamente em todo período histórico brasileiro.

Devemos salientar que em toda a série *Brasil – A Última Cruzada*, a população é apresentada em segundo plano, os sujeitos históricos reais ficam esquecidos, dando enfoque em fatos, sem o processo histórico, e na criação de heróis nacionais. O contexto histórico quase sempre é apresentado de forma mutilada e conveniente. Mesmo que o termo de “pai dos pobres” tenha sido utilizado por Getúlio para benefício próprio, para criar uma imagem positiva, a alcunha tinha uma razão de ser pela histórica falta de política social no país. Em um documentário histórico sério, este aspecto deveria ser evidenciado. Da forma como foi apresentado serve apenas para reforçar o sentido negativo, criado no decorrer dos anos, e para formular que a população era massa de manobra e que os direitos adquiridos foram uma benesse de pai para filho.

No final da frase, o “trabalhismo fascista” irá fazer a ligação da fala subsequente de Rodrigo Constantino, que endossa a afirmação: “Criou a CLT, vigente até hoje, depois de mais de 60, 70 anos, inspirada na Carta del Lavoro de Mussolini, um fascista!”

Analizando a fala de Constantino, identificamos, primeiramente, a tentativa de colocar a CLT como algo ultrapassado, ao dizer que está “vigente até hoje depois de mais de 60, 70 anos”. O sentido faz crer que em políticas modernas os direitos trabalhistas são políticas retrogradadas, devem ser abolidas, as leis devem ser desregulamentadas ou flexibilizadas como forma de modernização nas relações de trabalho. Não levam em conta que as leis trabalhistas foram criadas para evitar os abusos patronais devido à assimetria da relação empregado/empregador durante todo século XIX e início do século XX. Não falam que os abusos e a exploração começaram a acarretar revoltas e a impulsionar ideais revolucionários e comunistas nas classes operárias. Ultrapassado seria retroceder as relações de trabalho do século XIX, pois nada comprova que todos os empregadores eticamente tiveram uma evolução na tratativa com os empregados. Caso contrário, não teríamos trabalhos análogos ao escravo em pleno século XXI.

O segundo momento associa mais uma vez as leis trabalhistas ao Fascismo, a *Carta del Lavoro* e a Mussolini. Na visão proposta pelo *Brasil Paralelo* e por parte dos conservadores-liberais, leis trabalhistas fazem parte da política de Estado autoritário e fascista. Esta retórica é constante quando se aborda o tema, principalmente pela associação da *Carta del Lavoro* com a CLT.

A comparação da *Carta del Lavoro* com a CLT faz parte do “discurso de poder” como estratégia de legitimar a desregulamentação das leis trabalhistas, segundo Priscila Campana (2008). Em seu artigo *O mito das consolidações das leis trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro*³¹, após analisar e comparar ambas, a semelhança que se constata está no que se refere às organizações sindicais entre a Declaração III da *Carta del Lavoro* e o artigo 138 da Constituição de 1937. A CLT, segundo a pesquisa, foi obra tanto de uma evolução de leis trabalhistas que foram surgindo na década de 30, como uma maneira de atender às normas da Organização Internacional do Trabalho. Campana (2008) cita a fala do Ministro Arnaldo Süssekind que afirma que a CLT foi inspirada na Encíclica *Rerum Novarum* e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

É possível acrescentar outros aspectos historiográficos e dados sobre o período que podem endossar a pesquisa de Campana de que a CLT não era uma simples replica da *Carta del Lavoro* ou que leis trabalhistas só se aplicavam a regimes fascistas.

Depois de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, devido à crise que se segue, muitos países tomaram medidas de regulação estatal das relações econômicas e sociais, o

³¹ CAMPANA, Priscila. O mito da consolidação das leis trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro. *Revista Jurídica – CCJ/UFRB*, Blumenau, v. 12, n. 23, p. 44-62, jan./jun. 2008.

chamado Estado Social (BOSCHETTI, 2016). Medidas que procuravam atender aos interesses do capital e em certa medida acalmar o ímpeto proletariado, atendendo parte de suas reivindicações. Para a autora, as políticas sociais:

[...] são resultado de relações contraditórias determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas [...] são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais, sobretudo a partir de sua expansão na segunda metade do século XX. (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

Leis trabalhistas são apenas uma das medidas de políticas sociais e não significa que abrangessem a população em sua totalidade, podemos confirmar isso analisando alguns dados do IBGE.

A economia brasileira no período Vargas estava alicerçada na exportação do café e grande parte da população ainda vivia em áreas rurais. Segundo o Censo do IBGE de 1940³², referente à atividade econômica, 32,6% das pessoas acima dos 10 anos trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura, ou seja, no setor rural. Na indústria de transformação eram apenas 4,8% e 1,5% na de extração. A maior concentração estava nas atividades domésticas e estudo com 41%. No demonstrativo separado por sexo, veremos que 73,4% das mulheres estavam ocupadas nas atividades domésticas e estudos, em relação aos homens 56,7% estavam em atividades relacionadas ao setor rural e somente 10,1% no setor industrial somando transformação e extração. De forma resumida, a grande maioria dos trabalhadores não era contemplada pela CLT, já que ela somente foi estendida ao trabalhador rural em 1973. Estes dados reforçam que, em grande medida, a CLT viria como uma política social na tentativa de ajudar uma industrialização tardia, com objetivo de regulamentar e evitar conflitos e greves que pudessem comprometer tal desenvolvimento e o próprio capital.

A CLT surgiu em um momento político e econômico conturbado em todo o mundo ocidental, como estratégia política semelhante às adotadas por outros países, não sendo exclusivamente fascista ou comunista. Nos EUA, o *New Deal* implantou medidas sociais como o salário mínimo, previdência social (PURDY, 2015), além de outras medidas que podemos considerar mais radicais que as adotadas por Getúlio, como a tributação de grandes fortunas.

³² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências Demográficas** – Uma análise da população com base nos resultados dos Censos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Não se pode afirmar, como faz Rodrigo Constantino, que a CLT surgiu inspirada exclusivamente na *Carta del Lavoro*, mas de conjunturas e inspirações de fontes diversas, como o *New Deal*, por ideias keynesianas, pelas regulamentações da Organização Internacional do Trabalho e da Encíclica *Rerum Novarum*, como aponta a pesquisa da Priscila Campana (2008).

Na sequência, Flávio Morgenstern retorna com a frase: “Todo esquerdista hoje defendendo a CLT. Ele está com o Getúlio Vargas aqui ó! [Morgenstern bate no peito]”. (BRASIL PARALELO, 2018b).

A frase reforça o sentido pretendido em associar a defesa da CLT a uma posição exclusivamente de espectros da esquerda, assim como em associar que toda esquerda que defende a CLT, possui Getúlio Vargas no coração.

Mesmo curta, a frase constitui outros deslocamentos de sentido pela sequência em que se encaixa. A CLT, sendo inspiração de um fascista, remeteria em associar que aquele que a defende também apoiam medidas fascistas. Este tipo de associação faz parte da estratégia de afirmar que o Fascismo é de esquerda.

Outro descolamento possível está no ódio pela esquerda, criado por discursos anteriores tanto do *Brasil Paralelo* como de outros grupos que constituem a máquina publicitária dos *conservadores-liberais*. Se a CLT é defendida pela esquerda, deve ser coisa ruim, algo que prejudica o país. Esta intencionalidade de deslocar o ressentimento pela esquerda à CLT ganha consistência na sequência com o discurso do locutor.

No longo prazo as leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores, aumentando o chamado custo Brasil. Por que investir no Brasil é tão desvantajoso? Impostos e encargos trabalhistas oneram em excesso as empresas, gerando a inflação que corrói o valor dos salários, diminuindo seu poder de compra, resultando no empobrecimento geral do povo. Custo Brasil faz com que empresas contratem menos pessoas e afastem investidores estrangeiros, que preferem economias que dão mais retorno ao seu investimento. (BRASIL PARALELO, 2018b).

As leis trabalhistas são apresentadas como prejudiciais aos próprios trabalhadores. São as causadoras do Custo Brasil ser alto, impedem o investimento estrangeiro, corroem salários, causam inflação e o empobrecimento do povo. Finalmente, os investidores preferem investir em outros locais com maior retorno financeiro. Esta é a base do discurso argumentativo apresentado pelo grupo, com a asserção inicial de que leis trabalhistas são prejudiciais aos trabalhadores, com a asserção final de que empresas preferem outros locais

com maior retorno. Nesta perspectiva, os esquerdistas defensores da CLT, apontados na frase anterior, querem prejudicar o país e os trabalhadores.

Analizando a asserção de partida, da maneira como é apresentada, o custo Brasil está atrelado ao fator único, os encargos trabalhistas. No excerto, apesar de comentar sobre os impostos, estes não são mencionados de forma enfática; toda a argumentação se baseia nos encargos e nas leis trabalhistas. Isso se considerarmos que não estão utilizando impostos e encargos como sinônimos, pois é um sentido possível, que acarretaria maior peso negativo às leis trabalhistas que cobrariam encargos e impostos trabalhistas.

Considerando que na frase sejam aspectos distintos, teríamos dois fatores componentes do Custo Brasil, alta tributação e encargos trabalhistas. Os dois fatores normalmente são variáveis do que se chama de Custo Brasil, porém não são as únicas como o *Brasil Paralelo* faz parecer. Dentre os fatores que contribuem para o Custo Brasil estão: defasagem do sistema de ensino e consequentemente menos qualificação no trabalho, saúde, infraestrutura nas áreas de logística, energia e comunicação e altos juros que acarretam em maior custo de capital. Nos fatores citados existem desdobramentos, o que torna o tema complexo com grande número de variáveis além de outros fatores mais difíceis de mensurar, como a própria incompetência interna das empresas na gestão dos negócios.

No artigo *Impacto dos encargos sociais na economia brasileira*, dos professores e pesquisadores Dra. Mayra Batista Bitencourt e Dr. Erly Cardoso Teixeira, para que existisse algum benefício de crescimento econômico, os cortes deveriam ser drásticos nos encargos sociais gerando déficit fiscal e concluem “que somente reduções dos encargos sociais não seriam suficientes para incentivar a geração de empregos, para aumentar a competitividade da indústria nacional e ainda sem comprometer demasiadamente a arrecadação do governo.” (BITERNCOUT; TEIXEIRA, 2008, p. 82).

Na perspectiva apresentada pelo *Brasil Paralelo*, os encargos trabalhistas seriam o único fator que afastaria, devido ao alto custo, os investidores estrangeiros que procurariam locais com maior retorno. Os dados sobre competitividade 2018-2019 da CNI³³, que compara o Brasil com outros 17 países, são apresentados 9 fatores competitivos, que por sua vez são divididos em subfatores. Dentre os 9 fatores, o Brasil só fica entre o primeiro terço no que se refere à disponibilidade e ao custo da mão de obra. O índice positivo está relacionado principalmente ao que se refere à disponibilidade da mão de obra, provavelmente devido ao alto índice de desemprego. No que se refere a custo de mão de obra no subfator remuneração

³³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade Brasil 2018-2019**: comparação com países selecionados. Brasília: CNI, 2019.

da indústria, está em 11º e em 17º na produtividade do trabalho na indústria. O subfator *remuneração na indústria* é a divisão do salário mais os benefícios por hora trabalhada em dólar, já a *produtividade* é a relação do PIB da indústria pelo número de pessoas empregadas no setor. Para se chegar a conclusões mais precisas, seriam necessárias mais informações e de forma mais detalhada. A 11ª posição em remuneração pode ser devido aos encargos trabalhistas, porém pode ser referente a altos salários para trabalhos qualificados, devido à falta de profissionais no mercado ou a altos executivos. Assim como a produtividade do trabalho pode ser relacionada com a incapacidade de gestão na otimização produtiva, produção de bens com baixo valor agregado, equipamentos ultrapassados entre outros motivos.

Dentro do fator ambiente de negócios existe o subfator burocracia, no qual o Brasil se encontra em 18º lugar. Este subfator é dividido em facilidade em se abrir uma empresa e regras trabalhistas de contratação e demissão, em ambas, o Brasil se encontra mais uma vez em último lugar. Interessante no caso do subfator referente às regras trabalhistas está na metodologia da construção da variável. As variáveis são geradas a partir das perguntas: “Como os salários são geralmente determinados em seu país?” ou “Como caracteriza a contratação e a demissão de trabalhadores em seu país?”. Referente à última questão, a resposta varia: 1 = muito impedido por regulações; 7 = muito flexível. Não estamos desqualificando, porém este dado torna-se um tanto quanto subjetivo por apresentar uma variável que pode refletir tanto a percepção de quem oferece a resposta, como um desejo. Se existe o pleito de grande parte dos empresários de determinado país em alterar legislações trabalhistas, provavelmente as respostas chegarão próximas da variável 1.

Estes índices e pesquisas servem como norteadores para identificar pontos de atenção, mas não são conclusivos. Utilizamos esta referência no intuito de expor que a falta de competitividade brasileira está relacionada a vários fatores e não somente a uma questão de encargos trabalhistas. Curiosamente, no subfator *investimento estrangeiro direto no país*, que é a relação do investimento externo com o PIB, o Brasil está em 3º lugar (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI, 2019). Provavelmente, o investimento estrangeiro possui potencial de crescimento, porém esta informação torna no mínimo questionável a relação direta dos encargos trabalhistas com o investimento estrangeiro como afirma o *Brasil Paralelo*.

Bitencourt e Teixeira (2008) questionam o que realmente as pessoas críticas aos encargos trabalhistas querem; se são a redução dos encargos ou a redução dos rendimentos que compõem os salários, como o fim do 13º salário, férias e descansos semanais

remunerados, aviso prévio, rescisão contratual e dias afastados por motivos médicos pagos pela empresa. Este questionamento se faz porque não se existe consenso em relação ao percentual da oneração dos encargos na folha de pagamento. Na pesquisa, utilizaram dois índices, 25% e 45% sobre a folha de pagamento, porém apontam que existem pesquisadores que colocam 106%. Estes índices mais altos se devem pela inclusão de fatores que são considerados como parte do salário do empregado pela Organização Internacional do Trabalho, como, por exemplo, férias remuneradas, 13º salário, FGTS, que retornam diretamente ao trabalhador. Ao que parece, o objetivo deste discurso pretende também atacar estes itens e direitos que compõem o rendimento do trabalhador, pois acarretaria em diminuição dos salários e em lucro direto para empresa sem investimento algum. Sem mencionar que não existem garantias que essa lucratividade reverteria em crescimento econômico efetivo, ganho social ou abertura de novos postos de trabalho.

Não se pretende, neste trabalho, propor soluções para resolver ou diminuir o Custo Brasil, somente evidenciar que não existe solução simplista como o *Brasil Paralelo* propõe. Segundo o discurso, a desregulamentação trabalhista ou a extinção da CLT acarretaria em maiores salários, mais empregos, maiores investimentos, enriquecimento da população. Um simples ato resolveria os problemas econômicos do país.

Sabendo que o *Brasil Paralelo* está atrelado à *think tanks* patrocinadas e apoiadas por empresas e empresários, entendemos que o discurso de desregulamentação e crítica à CLT atende interesses privados e não sociais em benefício de toda população e, neste caso específico, da classe trabalhadora como procuram fazer parecer.

No discurso maniqueísta da direita que possui atributos que defendem tudo aquilo que é bom e da esquerda que defendem tudo aquilo que é mau, encaixa-se na sequência o excerto analisado sobre o sofismo criado por Constantino na lógica do Fascismo de esquerda.

Quem defende a CLT aqui no Brasil? Quem defende o legado de Vargas como positivo? Quem defende os sindicatos fortes? Quem defende o Estado onipresente e intervencionista? Lembrando do slogan de Mussolini “Nada fora do Estado, tudo pelo Estado, tudo para o Estado”? É a esquerda. Daí a gente conclui que o fascismo é de esquerda. Mas isso pode dar nó na cabeça de muita gente, que aprendeu a repetir que fascismo é só de direita. (BRASIL PARALELO, 2018b).

O excerto é subsequente ao do narrador que se coloca como um benfeitor, que avisa dos perigos que as leis trabalhistas acarretam ao trabalhador, ao povo brasileiro e a economia nacional. O *Brasil Paralelo* se coloca como aquele que prega o bem da sociedade em

contraposição àqueles que defendem a CLT, a esquerda que, por deslocamento, carrega consigo todos os males que o Fascismo proporcionou e querem o mal da nação e dos trabalhadores. De forma discreta, remetem mais uma vez à estratégia da luta entre as forças do bem e do mal.

Após a fala de Rodrigo Constantino, é inserida mais uma fala de Flávio Morgenstern.

Esse é o político que o Lula, que Dilma, é... que Cristovam Buarque que... sabe...Ciro Gomes... Toda Esquerda Brasileira atual se inspira na hora de falar: Olha, o Brasil, ele se modernizou, o Brasil é um país novo, o Brasil... a gente quer manter os nossos direitos... a gente quer criar direitos trabalhistas... é... Isso é Varguismo 2.0. É a História do Brasil que a gente não aprende na escola. (BRASIL PARALELO, 2018b.).

Percebe-se que mais uma vez a estratégia do deslocamento é utilizada. Neste caso são citados quatro políticos associados à esquerda como inspirados por Getúlio Vargas. Não somente os citados, mas qualquer político de esquerda que fala em modernização ou em direitos sociais teria a mesma fonte de inspiração. Estariam todos, pela lógica da narrativa, sendo inspirados por um fascista de forma modernizada na versão Vargas 2.0. Esta percepção e apropriação pelo espectador podem ser possíveis pela proximidade dos discursos em sequência com referências e associações entre a política de Vargas, as leis trabalhistas e o fascismo.

Importante mencionar a data de publicação do vídeo no YouTube, 9 de abril de 2018. Ou seja, tanto Lula como Ciro Gomes eram candidatos que concorriam à Presidência da República; Dilma e Cristovam Buarque eram candidatos ao Senado. Esta associação não deixa de ser uma tentativa de desgastar a imagem dos candidatos. Lula não concorreu ao cargo por determinação judicial e os outros candidatos não conseguiram se eleger.

No discurso apresentado, o substantivo “direito” tem conotação negativa, como se a atitude em querer manter algum direito adquirido ou pleitear novos fosse ruim. No interdiscurso do *Brasil Paralelo* e dos conservadores liberais, são constantes os ataques a qualquer direito social. Direitos trabalhistas, Direitos Humanos, direito às cotas, entre outros, são sempre tachados negativamente, somente os Direitos Civis da propriedade são defendidos. O direito civil da liberdade individual sempre é defendido conforme os interesses, pois atacam a liberdade individual das escolhas afetivas quando são contra qualquer política de igualdade de gênero; atacam o direito de ir e vir quando impedem exposições que acham imorais; atacam a liberdade religiosa quando criam imagem negativa de qualquer outra religião que não seja a cristã católica ou neopentecostal; atacam o direito de liberdade de expressão nas

constantes críticas que fazem aos meios de comunicação e às escolas, além de pleitear o projeto “Escola sem Partido”.

A conotação negativa referente ao direito demonstra a mentalidade autoritária do grupo e de grande parcela dos que se dizem *conservadores-liberais*. Direito, na visão destas pessoas, está restrito somente aos interesses pessoais, qualquer direito que não os beneficie ou que possa ameaçar as relações assimétricas de poder é duramente criticado.

Novamente, as escolas e todo o sistema de ensino são atacados no final, ao dizer que esta seria a História do Brasil que não aprendemos na escola. A asserção reforça a ideia vendida pelo *Brasil Paralelo* de que as escolas ludibriam e ensinam falsas verdades aos alunos, ou que lhes negam o “verdadeiro conhecimento”. Provavelmente, não se aprende na escola esta relação leviana de políticos atuais com Vargas porque um professor de História, minimamente qualificado, sabe que acarretaria em anacronismo por se tratarem de momentos, personagens e realidades históricas completamente diferentes. Comparações entre períodos diferentes podem e devem ser realizadas, mas dentro de um processo diacrônico, demonstrando quais aspectos permaneceram, quais modificaram, quais os fatores que levaram ou não estas alterações, com as realidades históricas contextualizadas para que o aluno possa entender as influências do passado na realidade vivenciada no presente. Considerando os direitos trabalhistas, do período Vargas ao atual, pode-se debater com os alunos em sala de aula, o que mudou na realidade social e econômica nesse intervalo temporal, quais aspectos e quais leis poderiam ou deveriam ser alteradas, o que acarretaria essas possíveis mudanças, quais os possíveis benefícios e malefícios, o que poderia ser considerado ultrapassado, o que poderia ser incluído. Porém, não parece ser o estímulo ao debate crítico que *Brasil Paralelo* propõe, mas, sim, em vender sua “verdade absoluta”. “Verdade” carregada de engodo, que caracteriza a intenção em vender o *ticket conservador-liberal* para conquistar seus interesses por meio da desinformação de seus espectadores.

O episódio continua após este excerto abordando o populismo e outros aspectos sobre o Período Vargas, até chegar ao momento em que abordam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Evidenciam que Vargas era a favor do Eixo e contraditoriamente acaba do lado dos Aliados. Justificam que era contraditório devido às políticas supostamente fascistas que Vargas adotava. O argumento que apresentam como política aliada ao Eixo se resume à fala de Flávio Morgenstern.

“O que ele, o que direitos trabalhistas têm a ver com a Inglaterra industrial liberal. Que direitos trabalhistas vão ter a ver com qualquer potência livre no mundo?” (BRASIL PARALELO, 2018b).

Esta frase ocorre minutos após o trecho da série que se dedica exclusivamente em deslegitimar a CLT, no final do quinquagésimo quinto minuto. A justificativa da contradição das políticas fascistas de Vargas é apresentada na forma dos direitos trabalhistas. No mundo livre e democrático, segundo a afirmação acima, não existe direito trabalhista, reforçando que qualquer política neste sentido seria política autoritária e fascista.

Em uma frase como esta fica difícil saber as fronteiras da ignorância histórica e a falta de ética na tentativa de ludibriar o espectador. Como mencionado anteriormente, no próprio *New Deal* existiam leis trabalhistas com estabelecimento de salário mínimo, previdência social para desempregados, limitação da jornada de trabalho (PURDY, 2015). A não ser que o EUA não seja considerado país livre, a falácia na argumentação fica evidente.

Referente à Inglaterra Industrial, pode ser mencionado todo o processo histórico do século XIX da luta e das conquistas das classes operárias inglesas. Para se evocar o trabalhismo inglês, deve-se mencionar os movimentos como o Ludismo e o Cartismo, nas conquistas visando melhoria nas condições de trabalho como as reduções de hora de trabalho, da conquista das férias, dos direitos de organização sindical e da participação política, seguro obrigatório contra acidente de trabalhos, entre outros.

Boschetti (2016) evidencia que as políticas sociais implantadas pelos Estados, nas quais os direitos trabalhistas em certa medida podem ser inclusos, são distintas conforme a realidade sócio-histórica de cada país. A própria constituição inglesa é bastante diferente da brasileira, composta por várias leis e decretos que abrangem desde a Magna Carta de 1215 até as leis aprovadas pelo congresso inglês atual. É chamada por alguns como uma “constituição não escrita” por não ter sido redigida em uma Assembleia Constituinte, é muito mais flexível e pode ser alterada pelo congresso apenas aprovando uma lei ou decreto. Não constitui um documento único.

Desta forma, as leis trabalhistas inglesas não estão compiladas como no Brasil, na CLT. O Plano Beveridge (1941), de seguridade social, abrangia de forma geral toda a sociedade, mas abarcava a inclusão de várias leis trabalhistas, como a do abono familiar, a do salário-família e a do seguro-desemprego (BOSCHETTI, 2016), ou substituindo algumas leis, como a *Workmen's Compensation Act*³⁴, de 1889 e alterada em 1906, referente ao seguro de acidente de trabalho.

Existem muitos outros exemplos que poderíamos citar e nos estender, porém este não é o objetivo deste trabalho, a intenção é demonstrar a falácia no discurso que proporciona

³⁴ Instituiu o seguro obrigatório contra o acidente de trabalho, com o empregador como responsável pelo sinistro.

sentidos diferentes à realidade histórica. Acreditamos serem suficientes os exemplos citados para apontar que a afirmação é falaciosa, seja por ignorância ou por desvio ético em querer ludibriar o espectador.

Todo o discurso apresentado pelo *Brasil Paralelo* evidencia a intenção de deslocar o sentido da CLT para algo negativo, que prejudica o trabalhador, que as pessoas que as defendem estão atreladas a regimes fascistas ou autoritários e que em países livres não existem leis trabalhistas.

O potencial ideológico está principalmente atrelado ao modo operacional da *dissimulação* com a estratégia do *deslocamento* dos sentidos negativos do Fascismo à política de Getúlio Vargas e especificamente neste caso à CLT, chegando a compará-la à *Carta del Lavoro*. O modo de operação da *legitimação* através da *racionalização* se potencializa no discurso de que as leis trabalhistas aumentam o Custo Brasil e consequentemente acarretariam em inflação e empobrecimento da população, tornando a desregulamentação digna de apoio. Ainda no modo de operação da *legitimação*, pode-se detectar a estratégia da *universalização* ao realizarem a alusão de que em países livres e democráticos não existem e nunca existiram leis trabalhistas. Outro modo de operação da ideologia presente no excerto é o da *fragmentação* por meio da estratégia do expurgo do outro quando se referem à esquerda, nos defensores da CLT e, em certa medida, à própria CLT por ser considerada prejudicial à sociedade e por isso deve ser combatida.

Os excertos selecionados apresentam discurso com grande potencial ideológico por procurar deslegitimar a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), que tem por finalidade não simplesmente oferecer direitos aos trabalhadores que proporcionem melhor bem-estar social, mas proporcionar equidade na relação empregador e empregado. Desregulamentar só faria crescer a assimetria da relação de poder, resultando em relação de dominação do empregador sobre o empregado, que se sujeitaria à precarização das condições de trabalho e menores salários, com menos poder de negociação e direitos garantidos, evidenciando o potencial ideológico do discurso.

Outros discursos análogos a esses são constantes, como o de “modernizar as leis trabalhistas”, porém como apontam Bitencourt e Teixeira (2008), devemos nos ater se o pleito se refere aos encargos ou à redução dos salários e rendimentos do trabalhador. Como identificamos, existem vários fatores que contribuem para o Custo Brasil e que poderiam ser mais evidenciados como pauta política e econômica pelos empresários, como uma reforma tributária e não simplesmente redução de impostos, ou maior investimento em infraestrutura pelo próprio setor privado.

7 CONSIDERAÇÕES

Antes de qualquer outro posicionamento, enfatizamos mais uma vez que a série *Brasil – A Última Cruzada* trata-se de propaganda que vende o *ticket conservador-liberal*. Seus conteúdos e propostas sobre o passado não podem ser considerados História e nem mesmo revisionismo por não possuírem embasamento científico.

Nosso objetivo foi contribuir na análise do *ticket conservador-liberal na série Brasil – A Última Cruzada*, e avaliar o potencial ideológico em sustentar e estabelecer relações de dominação. Durante todo o trabalho, procuramos responder: “Como as representações do passado são utilizadas e redefinidas para se propagar o *ticket conservador-liberal* na série *Brasil – A Última Cruzada*?”.

Acreditamos que no transcorrer do trabalho nosso objetivo foi alcançado e que identificamos o potencial ideológico nas mensagens e no conteúdo do *ticket conservador-liberal* na série. Para alcançar o objetivo, tivemos que compreender melhor a direita *conservadora-liberal* contemporânea brasileira. Entendemos que a direita *conservadora-liberal* procurou centralizar o discurso do amplo espectro da direita, que possui diversos interesses no que chamamos de *ticket conservador-liberal*. Devido ao envolvimento de vários *think tanks* ativistas, consideramos que a propaganda do *ticket*, como a realizada pelo *Brasil Paralelo*, foi uma estratégia destas instituições na tentativa de unir as direitas e de oferecer um discurso aparentemente uníssono por meio de vários canais de comunicação.

O principal elemento que serviu para agrupar e constituir este arranjo entre as direitas foi o discurso de ódio pela esquerda. Por este motivo uma das estruturas lógicas da construção discursiva é generalizar a esquerda e apresentando sua imagem negativa, como má e inimiga da sociedade. A outra estrutura lógica discursiva está em vender as diferentes pautas de interesses e visões de mundo dos espectros da direita, demonstrando apoio aos pleitos de cada segmento, como, por exemplo, os militares, os religiosos e empresários de diversos setores.

Após a eleição de Bolsonaro em 2018 e o enfraquecimento das esquerdas, o arranjo entre as direitas se demonstra, até o momento, mais retórico do que um posicionamento efetivo e uníssono. As diferenças tornam-se mais evidentes com as constantes controvérsias e ataques entre a própria base do governo. De maneira específica, podemos citar as intervenções de Jair Bolsonaro na Petrobras no que tange à política de preço do diesel e no Banco do Brasil

devido ao conteúdo de uma propaganda, postura oposta de uma política liberal, além das controvérsias entre “olavistas” e militares³⁵.

Em nossa pesquisa foi importante entender o uso das representações do passado e a sua relação com o presente. O *Brasil Paralelo* utiliza o passado como forma de legitimar suas pautas e visão de mundo por meio de um discurso de “mesmidade” e legitimação das relações de dominação, é a estratégia da *eternalização* apontada por Thompson (2011). Em outras palavras, seus discursos quase sempre oferecem conclusões baseadas no passado de que algo “sempre foi”, quando querem reforçar algo de seus interesses ou “de nunca foi” para negar alguma versão ou fatos que desagradem. O discurso do “sempre foi”, podemos identificar na composição das análises de que a esquerda sempre foi prejudicial e causou atraso no desenvolvimento do Brasil, ou no discurso de que sempre que a população estava armada pôde se defender e prosperar economicamente, ocorrendo o inverso ao estar desarmada. O discurso do “nunca foi” tem como o ápice o discurso de que no Brasil a escravidão nunca teve viés racista. Implica dizer que se algo “nunca foi assim” é por que “sempre foi de uma outra determinada maneira” e desta forma justificam-se suas versões do passado.

Na busca pela impressão de verossimilhança ou de credibilidade no discurso sobre o passado, o *Brasil Paralelo* se utiliza de uma linguagem fílmica semelhante a dos filmes documentários com depoimentos de supostos especialistas. Porém, como demonstramos no decorrer do trabalho, a base da historiografia que apresentam é ultrapassada e não se ajusta ao conhecimento científico em História, sem falar que, para atender seus propósitos, realizam inúmeras distorções, abstrações e falácias para alterar os sentidos das representações históricas. Segundo Bernardet e Ramos (1988), o filme documentário oferece a impressão de que se está retratando fatos e situações que ocorreriam independente da filmagem, como se estivessem simplesmente demonstrando a realidade do ocorrido. Porém Bernardet e Ramos (1988) enfatizam que o documentário também é uma construção da interpretação da realidade e que o maior problema do filme documentário é a veracidade da fonte. A série apresenta dois problemas neste caso, a principal são as fontes historiográficas que não são apresentadas, o máximo que se tem é a versão ultrapassada de Gilberto Freyre. O outro problema é que se

³⁵ Estamos apenas pontuando alguns dos casos noticiados na imprensa referente a estes casos. No G1 referente à intervenção no preço “Recuo no preço do diesel coloca em dúvida agenda liberal do governo, dizem especialistas; ENTENDA. Disponível em : <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/12/recuo-no-preco-do-diesel-coloca-em-duvida-agenda-liberal-do-governo-dizem-analistas-entenda.ghtml>. Acesso em: 18 mai. 2019. No caso envolvendo Olavo de Carvalho e os militares no site Catraca Livre temos a matéria “Olavo de Carvalho perde a linha com General Mourão”. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/olavo-de-carvalho-perde-a-linha-com-general-mourao/>. Acesso em 18 mai. 2019.

baseia única e exclusivamente em depoimentos de pessoas que, em sua maioria, não está atrelada a pesquisas historiográficas, não são especialistas em História e muito menos nos períodos históricos retratados.

Para que o consumidor da série não perceba que se trata de falácia, tanto como filme documentário como produção historiográfica, a estratégia adotada é abordar os fatos de forma superficial e descontextualizada para construir a partir disso outra versão do passado aproveitando-se da ignorância histórica do espectador. Esta estratégia em manipular o passado não é uma novidade, Eric Hobsbawm (2018) fala sobre o conhecimento da Revolução Francesa que o “leigo instruído” normalmente possui. Apesar de saber sobre alguns fatos sobre a Revolução e seu início, o enfoque e as lembranças principais são sobre o período do Terror, das execuções e da guilhotina por influência do discurso conservador.

Os conservadores criaram uma imagem duradoura do Terror, da ditadura e da histérica e desenfreada sanguinolência, embora pelos padrões do século XX, e mesmo pelos padrões das repressões conservadoras contra as revoluções sociais, tais como os massacres que se seguiram à Comuna de Paris de 1871, suas matanças em massa fossem relativamente modestas: 17 mil execuções oficiais em 14 meses. (HOBSEBWM, 2018, p. 119).

A estratégia de oferecer enfoque em determinados acontecimentos mais interessantes e abstrações em outros é uma constante, como apontamos na narrativa do *Brasil Paralelo*. Porém, o mais grave torna-se a distorção completa dos processos históricos para a criação de uma história ficcional, como o fascismo de esquerda ou a insinuação de que a escravidão no Brasil tenha sido causada pelos próprios africanos. Usando a terminologia de Hobsbawm (2018) o “leigo instruído”, uma pessoa com estudos pode saber que existia escravidão no continente Africano, mas pouco sabe sobre as civilizações e sobre a sociedade africana no período para contestar a versão que o *Brasil Paralelo* oferece. O mesmo ocorre com o pouco conhecimento que possui sobre o Fascismo, Nazismo e o Comunismo e, conseqüentemente, pode ser levado a acreditar que são todos movimentos semelhantes. Provavelmente, pouco sabe ou nada sabe sobre o Reino Visigótico para ser crítico diante do discurso da facilidade da invasão muçulmana na Península Ibérica como resultado da proibição dos povos de origem romana não possuírem armas.

Por meio dos excertos analisados, que seguem algumas das ideias que constituem o *ticket conservador-liberal*, concluímos que os sentidos apresentados possuem grande potencial ideológico no que se refere em estabelecer e sustentar relações de dominação. De maneira resumida, seria a relação de dominação da “elite econômica caucasiana cristã” sobre

os demais que não se enquadram nesta descrição. O discurso de dominação étnica está presente na análise sobre a escravidão, o racismo e as cotas, porém pode ser detectada em outros momentos não analisados, como no discurso e criação da imagem do indígena, assim como dos povos muçulmanos que, além de étnicos, também consiste na tentativa de estabelecer uma superioridade religiosa. Em relação às classes sociais, podemos evidenciar o ataque às políticas de assistência social e trabalhista, no caso do discurso que tenta deslegitimar a CLT ou as políticas de cotas sociais. Referente a sustentar a relação de dominação religiosa sobre as demais, citamos a construção negativa da religião e dos povos muçulmanos, mesmo sem termos nos aprofundado neste assunto.

Podemos incluir outro aspecto que não retiramos da análise do discurso, mas pela observação ao assistir as produções. A figura feminina como depoente, e consequentemente considerada como especialista, é a exceção. Somente uma mulher surge como depoente. Seria falta de especialistas em história do sexo feminino ou reflexo de uma mentalidade misógina?

Todos os modos de operação da ideologia citados por Thompson (2011), assim como as diferentes estratégias de alteração das formas simbólicas, aparecem no decorrer da série. No mesmo excerto, detectamos várias operações e estratégias ocorrendo em conjunto. Porém, destacamos três operações que em nosso entendimento são preponderantes: a *fragmentação* com a estratégia do *expurgo do outro* ao criar a esquerda como inimiga da sociedade; e a *dissimulação* através do *deslocamento* ao associar constantemente fatos, políticas e personagens negativos à esquerda ou qualquer pensamento, postura ou pessoa crítica e oposta aos anseios dos *conservadores-liberais* como esquerdistas. A terceira, mencionamos a pouco como “sempre foi ou nunca foi”, é o modo de *reificação* utilizando a estratégia de *eternalização*, no qual o uso do passado serve para legitimar e naturalizar ações presentes por se tratar de uma continuidade, quando estas se enquadram em seus interesses. Uma versão oposta e contraditória é considerada uma subversão ou o ocultamento do “saber histórico” causado por “historiadores e professores marxistas”.

A visão de mundo maniqueísta faz parte do *ticket conservador-liberal*, mas, ao que parece, este discurso foi enfaticamente repetido pelo *Brasil Paralelo* e por outros canais de comunicação dos *conservadores-liberais* visando às eleições presidenciais de 2018. Podemos dizer, neste caso, que mesmo não realizando uma pesquisa de recepção o resultado alcançou seu objetivo; o ódio pela esquerda e principalmente pelo PT tiveram implicações no resultado das eleições e nas relações e práticas sociais. Como frisamos anteriormente, existem duas estruturas lógicas na narrativa do *Brasil Paralelo*. A primeira se encaixa exatamente no que acabamos de mencionar. A segunda seria a visão de mundo e os interesses dos diferentes

espectros da direita, com ataques a direitos sociais, a democracia, e que possam beneficiar determinados grupos. A receptividade desta segunda estrutura lógica não nos permite qualquer contundência no que se refere à alteração na sociedade e nas relações sociais, até mesmo pelo amplo espectro temático que abordam e que para cada um deveria ser realizado uma pesquisa de recepção distinta. Por exemplo, o indivíduo que acaba aceitando positivamente o fim das cotas raciais, acreditando no discurso de democracia racial, pode discordar da desregulamentação trabalhista, aceitando parcialmente o *ticket*. No entanto, podemos realizar algumas inferências e possibilidades nestes discursos. Além de tentar unificar o discurso da direita e talvez, mais do que convencer as pessoas a aceitarem o *ticket conservador-liberal* de forma homogênea e ganhar apoiadores, o intuito seja mitigar as objeções, revoltas e resistências a futuros projetos que abordem esses temas, evitando grandes manifestações populares contrárias. Podemos perceber que, em certa medida, estes objetivos parecem estar sendo atingidos. A reforma da previdência, apesar de não estar diretamente sendo abordado pelo *Brasil Paralelo* nesta série, faz parte do *ticket conservador-liberal* e apresenta pouca resistência popular ou manifestações contrárias até o momento. A flexibilização da posse e porte de armas de fogo encontra entraves jurídicos de constitucionalidade, mas não se percebe mobilizações populares contrárias de grande vulto. Provavelmente, projetos para diminuição de cotas raciais e sociais, de desregulamentação trabalhista, ou tentativa de aprovar projetos análogos ao “Escola sem Partido”, surjam no transcorrer do governo Bolsonaro e possivelmente encontrarão resistência, mas talvez sem grande mobilização social. Nesta perspectiva, quando não existe grande mobilização social contrária a cada conquista das pautas que compõem o *ticket conservador-liberal*, podemos inferir que as mensagens e formas simbólicas aplicadas pelos *conservadores-liberais* atingiram seu propósito ideológico, pois aparentemente influenciaram para sustentar e estabelecer relações de dominação.

Obviamente, outros fatores além da propaganda e do discurso podem levar ao sucesso ou não da implantação total ou parcial das ideias que compõem o *ticket conservador-liberal*. Este trabalho esteve limitado em uma única fonte, em uma série de apenas um canal de comunicação que distribui o *ticket conservador-liberal*. No entanto, acreditamos que esta pesquisa pode contribuir no entendimento de como a realidade social pode ser afetada por meio da propagação do *ticket conservador-liberal*, sem conseguir esgotar o tema. Dentro da própria série *Brasil – A Última Cruzada* existem temas e aspectos não explorados, como a construção simbólica do índio e as questões de demarcações de reservas indígenas, ou o discurso islamofóbico e a intolerância religiosa.

De modo mais enfático e conclusivo, podemos dizer que toda a série *Brasil – A Última Cruzada* é uma “propaganda” que procura vender o *ticket conservador-liberal* de modo geral, mas que tem como principal enfoque a venda da necessidade urgente da aprovação de projetos análogos ao “Escola sem Partido”. Como demonstramos nas análises, o sistema educacional é constantemente atacado, insinua-se que o verdadeiro conhecimento é, de forma conspiratória, negado à população e o que se pratica é a doutrinação de esquerda comunista marxista. O mote principal que o *Brasil Paralelo* tenta vender está em que a sua versão é a “verdadeira História do Brasil”, negada aos brasileiros.

Novos questionamentos não conclusivos surgiram no decorrer da pesquisa e até mesmo outras hipóteses a serem exploradas. Uma dessas hipóteses está na conclusão que chegamos de que o *Brasil Paralelo* trabalha na ignorância do conhecimento histórico do espectador. O *Brasil Paralelo*, ao focar em determinadas especificidades sabendo do desconhecimento do espectador, pode distorcer fatos e processos históricos sem ser contestado. Esta estratégia é proposital, pois constantemente lembram o espectador que aquilo é algo que ele não aprendeu na escola. A hipótese que levantamos é que este novo “conhecimento” apreendido pelo espectador é mais difícil de ser posteriormente contestado, mesmo que sejam apresentadas provas contundentes da falácia. O melhor exemplo que podemos oferecer é o discurso de que o Fascismo ou o Nazismo eram movimentos de esquerda, indo contra toda a historiografia mundial. Adeptos dessa ideia chegaram a criticar a embaixada e o consulado alemão por um vídeo publicado explicando o Nazismo. O mais grave da situação é que muitos dos crentes destas distorções fantasiosas são pessoas com escolaridade de nível superior. Talvez, nestes indivíduos seja ainda mais difícil de reverter a manipulação sofrida.

Baseamos esta hipótese no Efeito Dunning-Kruger, que consiste basicamente na relação de confiança dos indivíduos que acreditam ser competentes e na competência efetiva. Os estudos realizados por David Dunning e Justin Kruger (2009) demonstraram que as pessoas menos competentes sobre determinados temas se julgam conhecedoras dos mesmos, demonstrando confiança semelhante aos especialistas no assunto. Os pesquisadores acreditam que isso seja reflexo do *above-average effect* (acreditam estar acima da média). Um aspecto importante apontado na pesquisa está no fato de que o mesmo conhecimento que a pessoa necessita para produzir um julgamento correto é utilizado para avaliar um julgamento. Ou seja, as pessoas menos capacitadas e competentes em avaliar o próprio conhecimento e habilidades são menos capazes de reconhecer e julgar as competências e habilidades daqueles que a possuem. A superestimação do conhecimento e habilidades juntamente com a

incapacidade de autoavaliação levam a duas implicações: além de fazerem as pessoas chegarem a conclusões erradas e consequentemente levá-las a praticar ações equivocadas, a incompetência retira-lhes a possibilidade de concretizar aquilo que desejam. Para se quebrar esse círculo vicioso, os pesquisadores apontam como solução a conscientização das pessoas sobre suas incompetências. Tornar a pessoa consciente de sua incompetência não a deixa capacitada, mas permite que possa procurar saber mais e se capacitar sobre o assunto. Conforme as pessoas aprendem e se capacitam, os pesquisadores notam que o grau de confiança das pessoas torna-se menor do que a dos incompetentes, retomando a confiança somente quando estão chegando próximas ao nível de especialista.

A hipótese de que aqui no Brasil o mais estudado, do “leigo instruído”, seja mais difícil de ser conscientizado de sua incompetência se faz por alguns fatores. O primeiro fator ocorre pela crença que boa parte das elites e da classe média brasileira possui de estar acima da média dos outros no que se refere ao aspecto intelectual (*above-average effect*), principalmente pela dificuldade histórica das classes populares atingirem o nível de escolaridade superior, associando a expertise em tudo com a formação universitária específica. Além da dificuldade apontada por Dunning e Kruger (2009) do incompetente reconhecer suas limitações e incapacidade perante os demais, a soberba de parte dos brasileiros instruídos pode ser outro fator que os impeçam de aceitarem suas incompetências quando apresentadas. Aparentemente, esta combinação de efeitos se intensifica na medida em que a formação superior que possui lhe oferece maior *status* social. Soma-se a este contexto o ódio criado e fomentado contra a esquerda. Levados pelo “gozo do ódio” (LEBRUN, 2008), toda contestação e demonstração do equívoco, ignorância e incompetência, passa a ser refutada e taxada como discurso de esquerdista. Se esta hipótese estiver certa, juntamente com a conclusão de Dunning e Kruger (2009), de que os incompetentes chegam a conclusões equivocadas, que os levam a práticas equivocadas, poderíamos inferir que boa parte dos problemas sociais e políticos se devem a estas pessoas - que se mostram incompetentes, mas que superestimam suas capacidades de forma inflexível e conservadora – que votam, defendem ou criticam projetos políticos, econômicos e sociais sem realmente saberem do que se trata. Considerando que a soberba e o ódio oferecem maior resistência à percepção da incompetência, o cenário brasileiro se mostra desalentador para uma alteração positiva nas práticas sociais, políticas e econômicas, ao menos em curto prazo.

Retornando para o *Brasil Paralelo* e a série *Brasil- A Última Cruzada*, podemos concluir que o discurso apresentado não se trata apenas de vender uma perspectiva econômica ou política, mas de um discurso radicalizado de extrema direita. Por meio da análise do

discurso, tornou-se evidente a visão de mundo racista, intolerante com tudo que é diferente ao que pregam, carregada de ódio, por vezes explícito, outras vezes dissimulado. Não podemos dizer que todos os participantes são de extrema direita, mas ao vincularem suas imagens à série, estão endossando este discurso e apoiando este posicionamento. Também não podemos ser categóricos neste trabalho em dizer que os *conservadores-liberais* são de extrema direita, para isso, deveríamos ampliar o objeto de estudo para outros canais de comunicação. Porém, por inferência do que se vê e escuta em outros canais, pela semelhança dos discursos e pela própria composição do *ticket*, podemos dizer que os *conservadores-liberais* estão se radicalizando e se alinhando como movimento de extrema direita.

O *ticket conservador-liberal* se consumido e apropriado pelos espectadores, da maneira como os *conservadores-liberais* desejam, ou concretizados como políticas públicas, causam implicações diretas nas relações e práticas sociais. O discurso racista e de ódio servem como incentivo para práticas de violência contra diferentes etnias ou pessoas com pensamentos e posturas consideradas de esquerda, ou para segregar o considerado “diferente”. A desregulamentação das leis trabalhistas provavelmente resultará na precarização das relações de trabalho e da própria situação econômica e social do trabalhador. Em um país extremamente violento como o Brasil, com altos índices de mortes violentas, inclusive domésticas³⁶, liberar ou facilitar o acesso e o porte de arma de fogo aparentemente só tende a aumentar o número de homicídios ou de intimidações e violência psicológica. O discurso de que professores são doutrinadores marxistas e esquerdistas, que tenta legitimar a aprovação do projeto “Escola sem Partido”, já surte efeito nas relações entre professores, alunos e pais de alunos. Professores chegam a perder ou são afastados³⁷ dos seus empregos simplesmente por abordarem temas que desagradam a visão de mundo dos pais e alunos. Mesmo que o projeto “Escola sem Partido” não tenha sido aprovado, a liberdade de cátedra está ameaçada, limitando-se a pluralidade de ideias, o debate, o desenvolvimento do pensamento crítico e promovendo-se tensão improdutiva nas salas de aula.

Parafraseando Robert Darton (1990), a sociedade, suas práticas e relações podem ser pioradas em vez de melhoradas, e a pior versão de todas, pelo menos para uma nação que

³⁶ Vítimas de violência: 3.211 mulheres foram assassinadas em 2014; 3.664 mulheres foram assassinadas em 2015; 3.355 mulheres foram assassinadas em 2016. Estes índices estão subestimados pela falta dos dados dos Estados de São Paulo, Paraná, Sergipe e Pernambuco. Fonte: Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

³⁷ Existem vários outros casos relatados nas mídia, tornando este apenas um exemplo. Informação disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/03/21/professor-e-afastado-de-escola-no-rj-apos-atividade-com-charge-de-bolsonaro-e-trump-diz-secretaria.ghml>. Acesso em: 10 mai. 2019

pouco conhece sobre História e Ciências Humanas, talvez seja a visão de mundo do *Brasil Paralelo* e do *ticket conservador-liberal*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARANTES, Paulo Eduardo (org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ATLAS network. Diretório Global: Brasil. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/brazil>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismo: das cruzadas ao século XX**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BERNARDET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

BITENCOURT, Mayra Batista; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Impactos dos encargos sociais na economia brasileira. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/498/493>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934. Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas. **Lex**: coleção de leis de Brasil, Rio de Janeiro, v. 4, p. 514, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24602-6-julho-1934-503043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.246, de 11 de dezembro de 1936. Aprova o regulamento para a fiscalização, comércio e transporte de armas, munições e explosivos, produtos agressivos e matérias primas correlatas. **Lex**: Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Sessão 1-29/12/1936, p. 27800, 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1246-11-dezembro-1936-458789-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 73.626/74, de 12 de fevereiro de 1974. Aprova Regulamento da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. **Lex**: Coleção de Leis do Brasil, Brasília, v. 2, p. 195, 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73626-12-fevereiro-1974-422164-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL – A Última Cruzada: A cruz e a espada. Brasil Paralelo, 2017a. YouTube (51 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkOlAKE7xqY&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL – A Última Cruzada: A Vila Rica. Brasil Paralelo, 2017b. YouTube (69 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=svViHH8IBVg&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF&index=2>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL - A Última Cruzada: A guilhotina da igualdade. Brasil Paralelo, 2017c. YouTube (58 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2k7gKPjMzpE&index=3&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL – A Última Cruzada: Independência ou morte. Brasil Paralelo, 2017d. YouTube (74 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YpjDmTdsJac&index=4&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL – A Última Cruzada: O último reinado. Brasil Paralelo, 2018a. YouTube (79 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=J8hnQcNyoXU&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF&index=5>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL – A Última Cruzada: Era Vargas – o crepúsculo de ídolo. Brasil Paralelo, 2018b. YouTube (85 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FRzjxqqZgr4&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF&index=6>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL PARALELO. Homepage. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br>.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso de ódio? Algumas observações sobre o Direito alemão e americano. **Direito Público – Doutrina Estrangeira**, n. 15, jan./fev./mar. 2007.

CAMPANA, Priscila. O mito das consolidações trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro. **Revista Jurídica – CCJ/ FURB**. Blumenau, v. 12, n. 23, p. 44-62, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/835/657>. Acesso em 21 abr. de 2019.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **A Construção Nacional 1830 – 1889**. vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje. **Lua Nova**. São Paulo, n. 43, p. 5 – 24, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade Brasil 2018-2019**: comparação com países selecionados. Brasília: CNI, 2019.

CONGRESSO Brasil Paralelo: As raízes do problema – como chegamos aqui. Brasil Paralelo, 2017e. YouTube (44min). Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=9Dl_zrsa65U&list=PL3yv1E7IiXyRJrtVusbyOWxvbm9TW_zPP&index=4&t=0s . Acesso em: 30 mai. 2019.

CRUZ, Sebastião Velasco e. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita Volver** - o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 13-47.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DUNNING, David; KRUGER, Justing. Unskilled and unaware of it: how difficulties in recognizing one's own incompetence lead to inflated self-assessments. **Scientific Research – Psychology**, v. 1, p. 30-46, dez. 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/12688660_Unskilled_and_Unaware_of_It_How_Difficulties_in_Recognizing_One's_Own_Incompetence_Lead_to_Inflated_Self-Assessments. Acesso em: 22 abr. 2019

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, dez. 1998.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930** – História e historiografia. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Vitória Azevedo da. **A monarquia no cinema brasileiro**: metodologia e análise de filmes históricos. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios da metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FUCS, José. A ‘máquina’ barulhenta da direita na internet. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 mar. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-maquina-barulhenta-da-direita-na-internet,70001714254>. Acesso em: 03 jan. 2019.

G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **G1**, São Paulo, 24, jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, CPDOC, p. 5-27, 1988.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: Uma breve história da humanidade. 18. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789 -1848. 40. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográfica** – Uma análise da população com base nos resultados dos Censos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea/ FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>. Acesso em: 2 abr. 2019.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justo dos. Avaliação de impacto do Estatuto do Desarmamento na criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicadas à cidade de São Paulo. **EALR**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 307-322, jul./dez. 2012.

LAPORTA, Taís; GERBELLI, Luiz Guilherme. Recuo no preço do diesel coloca em dúvida agenda liberal do governo, dizem analistas; ENTENDA. **G1**, São Paulo, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/12/recuo-no-preco-do-diesel-coloca-em-duvida-agenda-liberal-do-governo-dizem-analistas-entenda.ghtml>. Acesso em: 18 mai. 2019.

LAVAREDA, Antonio. Neuropolítica: o papel das emoções. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 90, p. 120-146, jun./ago. 2011.

LEBRUN, Jean-Pierre. **O Futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC, 2008.

LIMA, Venicio Artur de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação . In: ARANTES, Paulo Eduardo (org). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 89-94.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita Volver** - o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil: séculos XV ao XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIGUEL, Luiz Felipe. A reemergência da direita brasileira. GALLEGO, Ester Solano (Orgs). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MORAES, Reginaldo C.. A Organização das células neoconservadoras de agitop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In. CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita Volver** - o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 231-246.

MORENO, Ana Carolina. Resultado das manifestações de junho. G1, Brasil, 28 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>. Acesso em 19 nov. 2018.

MORINI, Thiago Ferrer. Taurus, ascensão de uma fabricante de armas com Bolsonaro. **El País**, Brasil, 15 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/economia/1547038307_822194.html. Acesso em: 3 abr. 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo do ídolos**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, dez. 2013.

PASSARDI, Marcus Vinícius. **Da Revolução Burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente a revolução de 1930**. 2002. 224f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2002.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro (et. al.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. P. 173-275.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita Volver** - o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 261-278.

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, 2014, p. 83-94.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUZA, Marcos de Moura e. Novos fabricantes de armas já se preparam para entrar no Brasil. **Valor Econômico**, Belo Horizonte, 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5950177/novos-fabricantes-de-armas-ja-se-preparam-para-entrar-no-brasil>. Acesso em: 3 abr. 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita Volver** - o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e cotas no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TENDLER, Silvio. Prefácio. In: FERREIRA, Jorge; SOARES, Mariza de Carvalho (Orgs.). **A História vai ao cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2001

TENTE, Catarina. **Arqueologia Medieval Cristã do Alto Mondego: Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI**. 2010. 574f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/4804>. Acesso em: 5 abr. 2019

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VALERIM, Filipe. Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet. **Boletim da Liberdade**, 19 jul. 2018. Entrevista. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

VAN DIJK, Teun A. *et al.* **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VILELA, Lara; MENEZES-FILHO, Naercio; THACHIBANA, Thiago Yudi. As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos alunos selecionados? Simulação com dados do Enem. **Isper**, São Paulo, n. 17, jul. 2016.